

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação Em Ciência Política



Dissertação de Mestrado

O PSOL nas eleições presidenciais: desempenho eleitoral e condições socioeconômicas nos municípios brasileiros

Alessandro Bruce Lied Padilha

Pelotas, 2017

Alessandro Bruce Lied Padilha

**O PSOL nas eleições presidenciais:
desempenho eleitoral e condições socioeconômicas nos municípios
brasileiros**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.
Linha de pesquisa: Teoria política e teoria social contemporâneas

Orientadora: Dr^a. Rosangela Marione Schulz

Pelotas, 2017

Alessandro Bruce Lied Padilha

O PSOL nas eleições presidenciais: desempenho eleitoral e condições socioeconômicas nos municípios brasileiros

Dissertação apresentada, como requisito parcial, para obtenção de grau de Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas

Data da defesa: 2017

Banca Examinadora

Professora Rosângela Marione Schulz (orientadora)
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS)

Professor Álvaro Augusto de Borba Barreto
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
(PUC)

Professor Renato da Silva Della Vecchia
Doutor em Ciência Política Pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS)

Dedico esta dissertação as duas pessoas mais importantes da minha vida: Vanda e Padilha, minha mãe e meu pai. Obrigado pela dedicação, apoio e amor. Cada detalhe fez muita diferença!

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Vanda Teresinha Lied Padilha e Antonio Valdir Padilha, pelo apoio emocional, financeiro e por estarem sempre ao meu lado. Agradeço a minha querida amiga Milena (japagirl) pela amizade e incentivo de estudar, sua dedicação aos estudos sempre foi contagiante. Agradeço ao amigo e colega Marcelo Marques pela amizade, pelas conversas, pela parceria nas idas a piscina, um ótimo companheiro para conversas, com quem compartilhei angústias e sonhos. A incrível Diandra, amiga que tenho muito carinho e apreço. Eu poderia denominá-la de minha fiel escudeira para as aventuras da vida. Agradeço a Eduardo Horn, Mateus e Julinha que, juntamente com Diandra, transformaram-se em uma família em minha estada em Pelotas. Agradeço ao Leonardo Vasconcelos pela ajuda e incentivo. Agradeço a minha grande amiga Renata Rojas Guerra (wonderwall) pela enorme ajuda e por sempre me acolher. A minha amiga e colega de mestrado Larissa, pelo contato e por compartilhar um pouco da sua magia. A Mariana Schardosim, pelas corridas, papos e amizade. Agradeço a linda Isabela Andrade, pelos cafés compartilhados enquanto compartilhávamos apartamento. Agradeço a Carla Rosane, pessoa sensacional e sonhadora. Agradeço a amiga Carline, pessoa sempre presente nessa trajetória acadêmica. Agradeço ao João Paulo, pela companhia e parceria de sempre. Agradeço a minha orientadora Rosângela Schulz pela paciência e apoio. Agradeço a Luciana Elste por tudo, sempre foi muito importante saber que poderia contar com sua amizade. Agradeço a Álvaro Barreto e Renato Della Vechia por aceitarem compor minha banca de mestrado e por dedicarem seu tempo a leitura dessa dissertação.

“Importa ser do seu próprio tempo”

Jaspers

RESUMO

Padilha, Alessandro Bruce Lied. **O PSOL nas eleições presidenciais: desempenho eleitoral e condições socioeconômicas nos municípios brasileiros**. 2017. 118 f. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

Essa dissertação tem como proposta a investigação acerca da existência, ou ausência, de correlação entre o desempenho eleitoral do PSOL nos municípios brasileiros nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014 e as condições socioeconômicas desses municípios. É realizado o mapeamento do desempenho eleitoral PSOL para as três eleições presidenciais em questão como complemento a questão central da correlação. A metodologia utilizada pela dissertação foi a pesquisa bibliográfica para trazer informações sobre a estrutura partidária brasileira, sobre o PSOL e sobre as condições socioeconômicas brasileiras. O estudo conta com uma abordagem quantitativa e como método procedimental foi utilizado o estudo de caso do PSOL nas eleições presidenciais em que o partido competiu. Os resultados obtidos pela pesquisa verificaram a existência de correlação positiva entre o desempenho eleitoral do PSOL nas eleições presidenciais nos municípios brasileiros e as condições socioeconômicas desses municípios. A dissertação está estruturada em quatro capítulos: introdução, um capítulo dedicado a estrutura partidária no Brasil, um ao PSOL e o último destinado ao mapeamento do desempenho eleitoral do PSOL e aos Coeficientes de Correlação.

Palavras-chave: condições socioeconômicas; desempenho eleitoral; eleições presidenciais; PSOL.

ABSTRACT

Padilha, Alessandro Bruce Lied. **PSOL in the presidential elections: electoral performance and socioeconomic conditions in the cities of Brazil**. 2017. 118 f. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

This dissertation aims to investigate whether there is correlation between PSOL's electoral performance in the presidential elections of 2006, 2010 and 2014, and the socioeconomic conditions of the cities in Brazil. In addition, the research maps the PSOL's electoral performance in these referred elections as a complement of the main objective. The methodology used by this dissertation was the bibliographical research to bring information about the structure of political parties in Brazil, about PSOL and about the socioeconomic conditions in Brazil. The research has a quantitative approach and used a case study as a method of procedure. The results verify the existence of positive correlation between the PSOL's electoral performance in the presidential elections in 2006, 2010 and 2014, and the socioeconomic conditions of the cities in Brazil. The dissertation is divided into four chapters: introduction, a chapter in which the structure of political parties in Brazil is presented, one about PSOL and the last one brings the mapping of PSOL's electoral performance and the coefficients of correlation of the three elections.

Keywords: socioeconomic conditions; electoral performance; presidential elections; PSOL.

Lista de Figuras e Gráficos

Figura 1 Instâncias do Partido Socialismo e Liberdade.....	51
Figura 2 Fórmula pela qual o Coeficiente de Pearson é calculado.....	79
Gráfico 1 Histograma acerca do percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2006	66
Gráfico 2 Percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2006 nos estados brasileiros.....	71
Gráfico 3 IFDM Geral do Brasil para o período de 2005 a 2013.....	79
Gráfico 4 Histograma acerca do percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2010.....	85
Gráfico 5 Percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2010 nos estados Brasileiros.....	89
Gráfico 6 Histograma acerca do percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2014.....	98
Gráfico 7 Percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2014 nos estados Brasileiros.....	101
Quadro 1 Síntese das definições teóricas dos partidos políticos.....	26
Quadro 2 Parlamentares eleitos do PSOL.....	56

Lista de Tabelas

Tabela 1 Estatísticas acerca do percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2006 nos municípios brasileiros.....	64
Tabela 2 Contribuição das regiões brasileiras para o resultado eleitoral do PSOL na eleição presidencial de 2006.....	67
Tabela 3 Número de eleitores votantes por região na eleição presidencial de 2006.....	68
Tabela 4 O percentual de votos válidos obtido pelo PSOL na eleição presidencial de 2006 nas regiões brasileiras.....	69
Tabela 5 Estatísticas acerca dos percentuais de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2006 nos estados brasileiros.....	70
Tabela 6 Estatísticas acerca dos percentuais de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2006 nas capitais brasileiras.....	72
Tabela 7 As votações do PSOL na eleição presidencial de 2006 nas capitais brasileiras.....	73
Tabela 8 Os 20 municípios em que o PSOL obteve os maiores percentuais de votos válidos na eleição presidencial de 2006.....	74
Tabela 9 Os 20 municípios em que o PSOL obteve os menores percentuais de votos válidos na eleição presidencial de 2006.....	75
Tabela 10 Estatísticas acerca do percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2010 nos municípios brasileiros.....	84
Tabela 11 Contribuição das regiões brasileiras para o resultado eleitoral do PSOL na eleição presidencial de 2010.....	85
Tabela 12 Número de eleitores votantes por região na eleição presidencial de 2010.....	86
Tabela 13 O percentual de votos válidos obtido pelo PSOL na eleição presidencial de 2010 nas regiões brasileiras.....	87
Tabela 14 Estatísticas acerca dos percentuais de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2010 nos estados brasileiros.....	88
Tabela 15 Estatísticas acerca dos percentuais de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2010 nas capitais brasileiras.....	90

Tabela 16 As votações do PSOL na eleição presidencial de 2010 nas capitais brasileiras.....	91
Tabela 17 Os 20 municípios em que o PSOL obteve os maiores percentuais de votos válidos na eleição presidencial de 2010.....	92
Tabela 18 Os 20 municípios em que o PSOL obteve os menores percentuais de votos válidos na eleição presidencial de 2010.....	94
Tabela 19 Estatísticas acerca do percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2014 nos municípios brasileiros.....	97
Tabela 20 Contribuição das regiões brasileiras para o resultado eleitoral do PSOL na eleição presidencial de 2014.....	98
Tabela 21 Número de eleitores votantes por região na eleição presidencial de 2014.....	99
Tabela 22 O percentual de votos válidos obtido pelo PSOL na eleição presidencial de 2014 nas regiões brasileiras.....	100
Tabela 23 Estatísticas acerca dos percentuais de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2014 nos estados brasileiros.....	100
Tabela 24 Estatísticas acerca dos percentuais de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 20014 nas capitais brasileiras.....	102
Tabela 25 As votações do PSOL na eleição presidencial de 2014 nas capitais brasileiras.....	103
Tabela 26 Os 20 municípios em que o PSOL obteve os maiores percentuais de votos válidos na eleição presidencial de 2014.....	105
Tabela 27 Os 20 municípios em que o PSOL obteve os menores percentuais de votos válidos na eleição presidencial de 2014.....	106

Lista de abreviaturas e Siglas

Ação Integralista Brasileira – AIB
Ação Popular Socialista - APS
Aliança Nacional Libertadora - ANL
Aliança Renovadora Nacional – ARENA
Articulação de Esquerda - AE
Assembleia Nacional e Popular da Esquerda - ANPE
Central Única dos Trabalhadores – CUT
Coletivo Ecosocialista Libertário - ECO
Coletivo Resistência Socialista - CRS
Coletivo Socialismo e Liberdade – C-SOL
Corrente Socialista dos Trabalhadores – CST
Democracia Socialista – DS
Esquerda Socialista e Democrática - ESD
Fernando Henrique Cardoso - FHC
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH
Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agraria - ICIRA
Liberdade, Socialismo e Revolução - LSR
Movimento de Unidade Socialista - MUS
Movimento Democrático Brasileiro – MDB
Movimento Esquerda Socialista – MES
Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBTTT
Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - MTL
Partido Comunista do Brasil - PCdoB
Partido Comunista Brasileiro – PCB
Partido da Frente Liberal – PFL
Partido da Mobilização Nacional - PMN
Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB
Partido da Reconstrução Nacional – PRN

Partido Democrata Cristão - PDC
Partido Democrático Social - PDS
Partido Democrático Trabalhista - PDT
Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB
Partido dos Trabalhadores – PT
Partido Liberal - PL
Partido Popular – PP
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB
Partido Republicano da Ordem Social - PROS
Partido Republicano Mineiro – PRM
Partido Republicano Paulista – PRP
Partido Social Democrata - PSD
Partido Socialismo e Liberdade – PSOL
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU
Partido Trabalhista Brasileiro – PTB
Primeiro Quartil – Q1
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD
Socialismo Revolucionário – SR
Terceiro Quartil – Q3
Trabalhadores na Luta Socialista - TLS
Tribunal Superior Eleitoral – TSE
União Democrática Nacional – UDN

Sumário

1	Introdução.....	15
2	Estrutura partidária brasileira.....	23
2.1	Partidos políticos: visão geral.....	23
2.2	Partidos políticos no Brasil.....	30
2.3	Partidos políticos de esquerda no Brasil.....	38
3	O Partido Socialismo e Liberdade.....	44
3.1	A formação do Partido Socialismo e Liberdade.....	44
3.2	Organização interna.....	50
3.3	Tendências do PSOL.....	53
3.4	A face pública do PSOL.....	55
4	O PSOL nas eleições presidenciais.....	63
4.1	Mapeamento do desempenho eleitoral do PSOL na eleição presidencial de 2006.....	66
4.2	O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)	79
4.3	Coeficiente de Pearson para a eleição presidencial de 2006.....	82
4.4	Mapeamento do desempenho eleitoral do PSOL na eleição presidencial de 2010.....	85
4.5	Coeficiente de Pearson para a eleição presidencial de 2010.....	97
4.6	Mapeamento do desempenho eleitoral do PSOL na eleição presidencial de 2014.....	98
4.7	Coeficiente de Pearson para a eleição presidencial de 2014.....	111
	Considerações finais.....	112
	Referências Bibliográficas.....	116

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como proposta o estudo do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), mais especificamente, procura verificar se há, ou não, correlação entre o desempenho eleitoral do PSOL nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014 e as condições socioeconômicas nos respectivos municípios onde essas votações ocorrem. O PSOL está inserido no contexto político brasileiro, onde são realizadas eleições periódicas para constituição de governos¹, dinâmica em que os partidos políticos brasileiros concorrem a cargos públicos políticos por meio da conquista de votos dos eleitores.

Para Joseph Schumpeter (1984) a democracia é um procedimento de escolha de elites para formar governos e os partidos políticos são as entidades que detêm o monopólio da representação. Toda pessoa que deseje disputar um cargo público político deve estar vinculada a alguma dessas organizações. Anthony Downs (1999), em sua teoria econômica de democracia, pensa os eleitores como sujeitos racionais² e os governos como entes que objetivam maximizar o apoio político.

Por outro lado, Robert Dahl (2012, p. 11), ao focar seu estudo em sociedades plurais, entende a perspectiva democrática como um processo de “progressiva ampliação da competição e da participação política” sob uma gama de pressupostos, tais como: oposição a governos, liberdade para formar organizações políticas, ler e ouvir opiniões alternativas, votar de modo secreto e escolher candidatos de diferentes partidos políticos. Apesar de serem distintas em relação ao papel de eleitores e partidos políticos as três perspectivas têm em comum o fato de vincular um governo a um povo sob um regime de alternância no poder, tal como Lijphart (2003) compreende as instituições representativas.

A escolha de um governo envolve tanto os partidos políticos, instituições que competem em eleições periódicas com o intuito de obter sucesso no pleito eleitoral, como os eleitores, indivíduos que exercem o seu poder político em termos de escolha

¹ A representação política por meio de eleições inaugurou um processo pelo qual os grupos que ansiavam pelo poder não mais investiam para tomá-lo por intermédio de meios revolucionários e violentos. Em seu lugar se estabeleceu a alternância de governos (VASCONCELOS, 2015), de modo que investidas totalitárias perderam cada vez mais espaço no cenário político.

² Essa racionalidade se refere aos processos de ação, ou seja, aos meios utilizados para se obter os fins desejados. Desse modo não se pode julgar os eleitores pelos resultados obtidos e somente pelo meios utilizados (DOWNS, 1999, p. 28)

de representantes. Nessa dinâmica, ambos os atores podem influenciar e ser influenciados no processo político em que estão envolvidos.

No que se refere as instituições políticas brasileiras, o processo de democratização mais recente do país ocorreu em 1985, fenômeno que pôs fim a ditadura civil-militar implantada em 1964. O regime ditatorial, ao abolir os partidos políticos vigentes por meio do Ato Institucional de número 2, encerrou a dinâmica institucional-partidária vigente e a substituiu por um sistema bipartidário, composto por duas agremiações tuteladas pelo regime: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (REIS, 2015).

Esse cenário partidário foi reconfigurado a partir da abolição do sistema de bipartidarismo forçado em 1979, decisão que possibilitou o surgimento de novos partidos políticos. Dentre eles estão: Partido Democrático Social (antigo ARENA), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (antigo MDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Popular (PP) e em 1980 o Partido dos Trabalhadores (PT) (CARVALHO, 2012, p. 176).

Em 1979 os partidos políticos passam a desfrutar de maior liberdade e em 1985 as bases para o pluripartidarismo são ampliadas (ANDRADA, 2007, p. 35), processo que no âmbito legal é endossado pela Constituição de 1988, a qual assegurou uma autonomia sem precedentes aos partidos políticos brasileiros (CARVALHO, 2012). É na esteira desses acontecimentos que surgem os partidos políticos com os quais conta o cenário político brasileiro atual.

A Constituição de 1988 restituiu a eleição presidencial direta, mecanismo de escolha do posto máximo da nação pelos eleitores que havia sido substituído, por via do Ato Institucional de número 1, pela escolha indireta do presidente. A eleição direta de 1989 adotou o sistema de dois turnos e dessa data em diante foram realizadas eleições ininterruptas para o cargo de presidente. Ao analisar as eleições em seu conjunto, Limongi e Guarnieri (2014) afirmam ser encontrado um padrão na disputa eleitoral da presidência, de modo que “em cinco das seis eleições, dois partidos, PT e PSDB, receberam a maioria dos votos. Desde 1994, a votação conjunta desses dois partidos variou entre 70% e 90% dos votos válidos” (LIMONGI; GUARNIERI, 2014, p.6).

O duelo entre PT e PSDB nas eleições presidenciais a partir de 1994³ contou com uma terceira alternativa em todas as disputas, contudo, não houve a permanência de um mesmo “desafiante” por mais de um ciclo eleitoral. PT e PSDB construíram um duopólio eleitoral (LIMONGI; GUARNIERI, 2014; LAMOUNIER, 2015). O espaço de tempo analisado no presente trabalho corresponde aos pleitos presidenciais de 2006, 2010 e 2014, totalizando três competições eleitorais presidenciais que foram hegemonizadas por PT e PSDB, apesar do primeiro partido ter vencido as três. É nesse contexto eleitoral que o PSOL se inseriu ao lançar candidatos à Presidência da República nas três eleições.

O PSOL é uma agremiação política recente, fundada em 2004, que surgiu de uma ruptura ocorrida dentro do PT, quando alguns parlamentares petistas se recusaram a votar reformas que consideravam ser contrárias aos direitos dos trabalhadores e por isso foram expulsos (MEDEIROS, 2016, p. 25). O partido é guiado por perspectivas socialistas e de liberdade, vocábulos que integram seu nome e que são sua base principiológica.

O PSOL investe na tentativa de ser uma alternativa eleitoral de esquerda (ALENCAR, 2016, p. 60), apesar de ter um desempenho eleitoral pouco expressivo. Por conseguinte, tendo em vista o desenvolvimento das condições econômicas, sociais e políticas brasileiras e, paralelamente, o processo eleitoral em que os partidos políticos e os eleitores estão envolvidos, questiona-se: Há algum tipo de correlação entre o desempenho eleitoral do PSOL nas eleições presidenciais e as condições socioeconômicas nos municípios brasileiros? Em caso afirmativo, que tipo de correlação é essa?

A hipótese do presente estudo gira em torno da existência de correlação positiva entre o desempenho eleitoral do PSOL e as condições socioeconômicas dos municípios brasileiros nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014. Uma correlação positiva significa que há uma tendência de maiores percentuais de votos válidos por parte do partido estarem associados a municípios com Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)⁴ elevado (as variáveis são diretamente

³ Embora o artigo de Limongi e Guarnieri (2014) envolva a análise até a eleição presidencial de 2010, é sabido que a eleição presidencial de 2014 manteve mesmo padrão: PT e PSDB foram os partidos políticos que disputaram o segundo turno.

⁴ O IFDM é explicado a seguir.

proporcionais). Essa hipótese está amparada na ideia de que as votações do PSOL estão associadas as condições socioeconômicas dos municípios.

Os estudos acerca da correlação entre desempenho eleitoral e condições socioeconômicas não são novos e servem como uma importante base para os partidos políticos traçarem suas estratégias. Exemplo disso é o estudo desenvolvido pela Fundação Perseu Abramo⁵ (2014), que comparou o desempenho eleitoral dos candidatos à Presidência da República, Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT), no segundo turno das eleições de 2014 conforme as condições socioeconômicas dos municípios brasileiros. Outro trabalho nessa mesma linha é o desenvolvido por Marta Ferreira (2014) que analisa a relação entre voto personalista e as condições socioeconômicas no estado do Pará.

Fábio Reis (2015, p. 395) afirma que a questão social se faz presente nos processos políticos brasileiros e que a democracia acaba por ter uma dimensão redistributiva por incorporar maiorias populacionais e cita os exemplos do Brasil, Bolívia e Equador. Ademais o autor afirma que existiu uma correlação entre o apoio eleitoral e a posição socioeconômica dos eleitores nas eleições de 2006 e 2010 (REIS, 2015, p. 395).

O presente estudo tem como objetivo geral verificar se existe, ou não, correlação entre o desempenho eleitoral do PSOL nos municípios brasileiros nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014, e as condições sociais desses municípios brasileiros. Como objetivos específicos têm-se:

- Caracterizar a estrutura partidária no Brasil.
- Apresentar o PSOL.
- Mapear o desempenho eleitoral do PSOL nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014 nas regiões brasileiras.
- Apresentar o desempenho eleitoral do PSOL nos estados brasileiros nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014.
- Apresentar o desempenho eleitoral do PSOL nas capitais brasileiras nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014.
- Apresentar os 20 municípios em que o PSOL obteve maior e menor desempenho eleitoral nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014.

⁵ Instituto pertencente ao Partido dos Trabalhadores.

- Analisar a correlação (ou sua ausência) entre o desempenho eleitoral do PSOL e as condições socioeconômicas dos municípios brasileiros a partir do Coeficiente de Pearson para as eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014.

A metodologia utilizada para a realização do estudo foi a pesquisa bibliográfica, para apresentar informações relevantes sobre os partidos políticos brasileiros, sobre o PSOL e sobre as condições socioeconômicas das regiões brasileiras. O trabalho contou com uma abordagem quantitativa e a coleta de dados foi realizada junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para que fosse possível mapear as votações do PSOL, tarefa que envolveu o aprendizado no manuseamento de microdados e lidar com questões acerca da mudança de metodologia utilizada para disponibilização de dados pelo TSE. Mais especificamente, me refiro aos dados eleitorais acerca da eleição presidencial de 2014, em que o TSE não ofereceu o percentual de votos válidos do município, como havia ocorrido nos anos anteriores. Os valores obtidos nos municípios foram mensurados em termos percentuais com relação ao total de votos obtidos pelo partido em cada estado brasileiro e distrito federal.

Como método procedimental utilizou-se o estudo de caso do PSOL, um partido recente que lançou candidaturas à Presidência da República em todas as eleições que foram realizadas depois de sua fundação. Além disso, para verificar a existência/ausência de correlação entre o desempenho eleitoral do PSOL nos municípios brasileiros nas eleições presidenciais (medido pelo percentual de votos válidos obtidos) e as condições socioeconômicas (medido pelo IFDM) nesses municípios foi utilizado o Coeficiente de Pearson, instrumento estatístico conhecido e fundamental para tal tarefa por mensurar o grau de associação entre duas variáveis.

O Coeficiente de Pearson pode variar entre o intervalo de -1 a 1, de modo que um valor negativo expressa uma correlação negativa (se o valor de uma variável aumentar o da outra diminuirá), e de modo contrário, se assumir um valor positivo isso indica uma correlação positiva (se o valor de uma variável aumentar o da outra aumentará também). Se o valor for igual a zero, isso indica uma ausência de correlação (as variáveis não estão correlacionadas), se o valor for igual a 1 se terá uma correlação positiva perfeita e se o valor for igual a -1 se terá uma correlação negativa perfeita.

As estatísticas das três eleições analisadas, tal como valores de média, valor máximo e mínimo, Q1 e Q3⁶, desvio padrão e variância, e os Coeficientes de Pearson para as três eleições foram calculadas/obtidas pelo programa de modelagem estatística R⁷. A base de dados utilizada para obter o desempenho eleitoral do PSOL nos municípios nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014 foi a disponibilizada pelo TSE e o mapeamento desse histórico de votações do PSOL teve como foco o percentual de votos válidos obtidos a partir do viés das regiões.

A base de dados utilizada acerca das condições socioeconômicas foi o Índice IFDM que, como está presente em seu nome, é um índice que identifica o nível de desenvolvimento de determinado município e o atribui um valor que varia de 0 a 1, de modo que quanto mais próximo de zero o valor que o município recebe menor o seu desenvolvimento municipal segundo o IFDM e, de modo contrário, quanto maior o valor do IFDM que o município obtém maior o seu desenvolvimento municipal. A série histórica acerca dos IFDMs dos municípios brasileiros disponibilizada pelo Sistema Firjan vai do ano de 2005 a 2013.

Para a eleição presidencial de 2006 foi utilizado o IFDM geral de 2005, para a de 2010 foi usado o IFDM geral de 2009 e, por fim, para a eleição presidencial de 2014 foi utilizado o IFDM geral de 2013. Essa decisão metodológica foi tomada em função de o IFDM geral de 2014 ainda não ter sido calculado, de modo que se fez a opção de utilizar os IFDMs gerais dos anos anteriores as eleições em apreciação. Essa decisão também se baseia no caráter paulatino da percepção de condições sociais, de modo que melhorias ou piora nas condições sociais levam algum tempo para serem notadas pela população e pelos eleitores. Além do mais, a defasagem entre o cálculo dos IFDMs gerais utilizados e as eleições a que atendem é pequena, de aproximadamente 10 meses.

Outra opção metodológica relevante foi a de utilizar o IFDM ao invés do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Tal escolha foi tomada porque o IDH é calculado a cada década pois sua base para cálculo provém do Censo Demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), calculado uma vez a cada dez anos⁸,

⁶ Primeiro e terceiro Quartil

⁷ Mais informações sobre o R podem ser obtidas no seu website. Disponível em: <https://www.r-project.org/about.html> Acesso em 29 Set. 2017.

⁸ Para mais informações segue o website do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>> Acessado em: 12/09/2017.

sendo que o último Censo Demográfico é o de 2010. Dessa forma, a escolha do IFDM se deu por ser um índice calculado anualmente, o que torna a pesquisa mais aprimorada em relação aos seus objetivos.

O PSOL foi escolhido como objeto de estudo por se posicionar como uma alternativa eleitoral de esquerda (MEDEIROS, 2016) em um período histórico que se advoga o desvio de curso do PT em relação ao projeto político que afirmava no começo dos anos 1980. Outra razão se relaciona com a compreensão acerca do processo do partido que tem por objetivo seu enraizamento na sociedade brasileira e cujo desdobramento poderia ser visto em termos de votos, ainda que seja reconhecida ser uma tarefa difícil (ALENCAR, 2016, p. 60). Nesse sentido se faz necessária a pesquisa quantitativa em termos eleitorais e a identificação de existência/inexistência de associação entre o seu desempenho eleitoral e as condições socioeconômicas, para obtenção de alguma ideia acerca do condicionamento socioeconômico dos eleitores do PSOL nas eleições presidenciais. Dessa maneira, esse estudo pode vir a servir como uma base para o PSOL pensar suas estratégias eleitorais, assim como vir a somar os poucos estudos científicos que existem atualmente sobre o partido.

Em geral, praticamente não existem estudos quantitativos que foquem no PSOL. As pesquisas sobre o partido, geralmente, utilizam abordagem qualitativa e exploram questões como as razões de atuação no campo político (MOURA, 2011), sua estrutura interna (SILVA, 2011), sua atuação no âmbito digital (FONSECA, 2013) e sua origem (POMPEO, 2007). Diante disso, estabelece-se a importância do estudo do partido assim como a utilização da abordagem quantitativa para fazê-lo. De tal forma, essa dissertação vem para somar-se as pesquisas já existentes.

O enfoque na Presidência da República é em razão de ser cargo mais importante do país e que oferece aos partidos a possibilidade de apresentarem seu projeto político no cenário político nacional, ainda que suas chances de vitória sejam diminutas. Além do mais, todo partido que adentra a campanha eleitoral nacional para disputar a Presidência da República ganha visibilidade, o que pode, ou não, desdobrar-se em ampliação de sua influência nacional. Não apenas isso, concorrer à Presidência da República pode dar projeção ao partido e ser um meio de se assentar entre os eleitores, no sentido que Braga e Pimentel (2011) apontam em seu estudo⁹.

⁹ Os autores argumentam em seu estudo que não existe uma identidade partidária por parte dos eleitores no Brasil e sim uma identificação firmada em função das campanhas eleitorais presidenciais (BRAGA e PIMENTEL, 2011).

O segundo capítulo do estudo é iniciado pelo percurso histórico da ideia de partido político, passando pela caracterização dos partidos políticos brasileiros e termina por enveredar para os partidos políticos de esquerda. Todo esse processo foi feito a fim de retratar o contexto político-partidário em que o PSOL está inserido. São também apresentadas algumas questões sociais, econômicas e políticas acerca do desenvolvimento político e social brasileiro.

O terceiro capítulo foca no objeto de pesquisa, o PSOL, apresentando informações sobre de sua origem, história e características relacionadas com sua organização. Esse capítulo se relaciona com o objetivo específico de apresentar o PSOL.

O quarto capítulo conta com as estatísticas descritivas acerca do mapeamento das votações do PSOL nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014 pela ótica das regiões brasileiras. Nesse capítulo são apresentados os Coeficientes de Person para as eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014, apresentação que se segue com análise referente a cada ano, respectivamente.

2 Estrutura partidária brasileira

Em razão do presente trabalho estar focado em um partido político, o PSOL, faz-se necessária uma aproximação com o objeto de estudo, tarefa que é iniciada pela apresentação de alguns pontos do percurso histórico dos partidos políticos, assim como de algumas teorias que visaram explicar o funcionamento dessas instituições. Na sequência, apresenta-se o sistema político-partidário brasileiro e a esquerda no Brasil, contextos em que o PSOL está inserido.

2.1 Partidos políticos: visão geral

A denominação de partidos políticos era, inicialmente, semelhante a de facções, entidades que dividiam as Repúblicas antigas, que se assemelhavam a ideia de clubes movidos por causas revolucionárias e dos clãs existentes na Itália da Renascença, afirma Maurice Duverger (1980, p. 19). Próximos a ideia de facção, grupo movido por paixões e que age de modo excessivo, na origem de sua formação histórica os partidos políticos eram vistos de forma pejorativa (GUARNIERI, 2015, p. 83), sentido que muda apenas lentamente, como aponta Giovanni Sartori (1982, p. 23): “a transição de facção para partido foi, na verdade, lenta e tortuosa, tanto no domínio das ideias como dos fatos”.

Outra conotação atribuída aos partidos políticos remete a lógica de “parte” (SARTORI, 1982, p. 24) constituinte de algo mais amplo que a própria organização, um sistema de partidos ou um Estado por exemplo, cuja atuação se dá dentro de uma ordem política com funções e objetivos definidos. Sartori (1982, p. 37) está de acordo com a ideia de que essas agremiações políticas se integram ao todo e pensa-os como uma “subdivisão compatível com a unidade, e não uma divisão que a desorganiza”.

Diferentemente das facções os partidos políticos servem como uma ponte entre o governo e a eleitores, e como parte de um todo, desempenham funções e papéis vinculados ao propósito da totalidade, afirma Sartori (1982, p. 46). Concepção essa não vinculada a uma ideia orgânica em que as partes funcionam apenas e enquanto estiverem vinculadas ao fim macropolítico, mas que também desenvolvem seus microprocessos segundo seus princípios e objetivos, e em consequência disso podem influenciar o todo assim como o todo faz com as partes, sem que haja uma balança de trocas equilibrada e estável.

Nesse sentido, Duverger (1980), ao se referir sobre a concepção moderna de partidos políticos menciona que os mesmos eram inexistentes até 1850, com exceção dos Estados Unidos, cenário que 100 anos mais tarde se mostra completamente oposto. Em 1950, em grande parte dos países evidenciou-se a atuação dessas organizações, contexto em que sua atividade se desenvolveu e foi condicionada diante das peculiaridades de cada sistema político, econômico, cultural e social em que estiveram inseridas. Sartori (1980, p.43) confirma e explica o entendimento de partido segundo uma concepção moderna – observação feita por Duverger (1980) - pelo advento das eleições, momento em que os partidos se “solidificam” em vista das vantagens eleitorais que decorrem de sua estabilização no cenário político.

É no contexto de eleições e na esteira da ampliação do sufrágio que ocorre o processo de mudança de um partido de elite¹⁰ para um partido eleitoral, descreve Sartori (1982, p. 42). Esse fenômeno acabou por abarcar maior quantidade de grupos sociais e fazer com que os partidos políticos se preocupem com a opinião de seus eleitores, pelo menos a fim de manter ou conquistar votos em eleições. Tal processo influenciou na transformação de um governo responsável em um governo sensível, sendo que o primeiro “não precisa responder além de sua responsabilidade técnica: seu dever é comportar-se de maneira responsável e competente” (SARTORI, 1982, p. 43).

Por outro lado, um governo sensível é flexível e leva em consideração as exigências da população para a tomada de ações políticas, fator essencial para a constituição dos partidos em partidos políticos democráticos, transição que se efetiva apenas “quando a ênfase se desloca da responsabilidade para a sensibilidade política” (SARTORI, 1982, p. 43). É nesse sentido que Amartya Sen (2010, p. 199) destaca a importância dos regimes democráticos, de modo que “os direitos políticos e civis dão as pessoas a oportunidade de chamar a atenção eficazmente para necessidades gerais e exigir a ação pública apropriada”.

De modo mais específico, ao focar na temática da pobreza, Sen (2010, p. 217-225) argumenta que não há ocorrência de fomes generalizadas em países democráticos, contexto em que partidos políticos sensíveis às demandas da população são centrais. A existência de direitos civis, políticos e a realização de eleições periódicas servem como um mecanismo de aprovação/desaprovação sócio-

¹⁰ Partido típico do espaço-tempo em que o sufrágio era limitado. No Quadro 1, a seguir, o Partido de elite está especificado.

política dos governos. Por outro lado, têm-se os exemplos de Bangladesh de 1974 e de Wollo (Etiópia) em 1973 que, dentre outros fatores, incorreram em fomes coletivas que poderiam ter sido evitadas caso contassem com governos sensíveis e mecanismos típicos da democracia: eleições livres, oposição ao governo, liberdade de imprensa, etc (SEN, 2010).

A passagem do governo responsável para o governo sensível envolve não apenas a aptidão dos partidos políticos em sensibilizarem-se com as necessidades da população, mas também a contrapartida por parte de eleitores, oposição, imprensa e grupos sociais na avaliação e pressão feita em vista das decisões tomadas pelo partido governante. Um partido político que se torna governo e que não atenda um mínimo de necessidades usualmente atendidas por outros partidos provavelmente encontrará dificuldades para manter-se na posição de governo.

Dessa maneira, Sartori (1982, p. 46) elenca três premissas como características dos partidos políticos: “Os partidos não são facções”, “um partido é parte-de-um-todo” e os “partidos são canais de expressão”. A primeira diz respeito ao fato de os partidos políticos serem uma necessidade, ligando um povo a um governo, ao passo que as facções não. A segunda expressa a ideia de uma parte que atua em conjunto com o todo e não contra ele e, por fim, a última diz respeito ao fato de os partidos servirem como meios de representação, transmitindo às autoridades os anseios e interesses da população, ou pelo menos de partes dela.

A última premissa é bastante controversa, uma vez que os partidos podem escolher representar seus membros e não seus eleitores, e pelo fato de que a representação é concebível sem que haja partidos políticos (SARTORI, 1982, p. 49). O autor realiza uma discussão em torno da terceira premissa, entendendo que essas organizações podem canalizar, expressar, organizar e mesmo manipular a vontade da população.

Com base nos trabalhos de Duverger (1957), Kirchheimer (1966) e Katz e Mair (1995), os autores Hernández (2014, p. 137) e Martins Junior (2015, p. 68-69) trazem uma tipologia semelhante acerca dos partidos políticos que auxilia na compreensão do desenvolvimento dessas organizações, vinculando a transformação de suas características ao período histórico em que ocorrem:

Quadro 1: Síntese das definições teóricas dos partidos políticos

Partidos de Elite	Típicos do séc. XIX, “pré-expansão do sufrágio, em que os recursos políticos estavam altamente concentrados nas mãos de uma pequena minoria que objetivava a distribuição de privilégios” (MARTINS JUNIOR, 2015, p. 68-69). Os cargos não eram remunerados, o recrutamento de seus membros acontecia a partir da capacidade econômica desses e seu financiamento era viabilizado por pessoas de prestígio (HERNÁNDEZ, 2014, p. 137).
Partidos de Massa	“Organizações surgidas no final do século XIX, persistindo até 2ª metade do séc. XX, período de constante expansão do eleitorado em quase todos os países do mundo” (MARTINS JUNIOR, 2015, p. 69) em que se evidencia o sufrágio eleitoral masculino e o clímax do movimento de trabalhadores (HERNÁNDEZ, 2014). Ainda que com maior dispersão, os recursos políticos continuam concentrados: geralmente nas mãos de pessoas que queriam reformas sociais. Os cargos agora são remunerados, o entendimento de profissionalização da política entra em voga e o recrutamento de membros se dá em larga escala (HERNÁNDEZ, 2014). Reis (2015, p. 390) afirma ser esse o caso dos “partidos socialistas de origem extraparlamentar” que contam com a constante militância de seus filiados para enraizamento e mobilização de potenciais integrantes e eleitores.
Partidos <i>catch-all</i> (pega-tudo)	Surgidos após a segunda guerra mundial, sendo contemporâneos da aparição do Estado de Bem-estar Social, e com menor orientação ideológica, em busca de um eleitorado mais amplo possível para vencer as eleições (HERNÁNDEZ, 2014; MARTINS JUNIOR, 2015). Caracterizado pela busca de apoio em todos os segmentos da população, contemporâneo ao aparecimento do financiamento público e imerso no contexto de consolidação da profissionalização da política (HERNÁNDEZ, 2014). Reis

	(2015, p. 390) assume que esses partidos resultariam do “mero envolvimento no jogo eleitoral e do imperativo de diluir a mensagem para conquistar maiorias”.
Partidos-Cartel	Surgidos a partir dos anos 70 em um contexto de transformação dos partidos <i>catch-all</i> , possuem estreita relação com os meios de comunicação de massa, com campanhas eleitorais amplamente financiadas por empresas privadas. Estabelecem uma nova relação com o Estado, recebendo subvenções por parte desse. Há uma maior profissionalização da política e uma diminuta importância do fenômeno de filiação (HERNÁNDEZ, 2014; MARTINS JUNIOR, 2015).

Fonte: formulação própria a partir das elaborações de Hernández (2014), Martins Junior (2015) e Reis (2015).

O Quadro 1 traz algumas concepções sintéticas sobre os partidos políticos, apresentando algumas peculiaridades e relacionando essas instituições com o seu momento histórico. Dentre as especificidades, o desenvolvimento dos meios de comunicação e a sua utilização nas campanhas eleitorais passou a desempenhar um papel fundamental na propaganda partidária dos partidos políticos contemporâneos, fato que, no caso brasileiro, afeta partidos com pouca expressão eleitoral que têm menor tempo de propaganda partidária que agremiações com maior representação no Congresso Nacional, sendo esse, o caso do PSOL.

Aliado a isso se tem a distinção que Vieira (2010) faz dos partidos políticos: uma concepção tradicional e uma concepção orgânica dessas organizações. A primeira está amparada pela ideia de que os partidos são entes preocupados, principalmente, em angariar eleitores e garantir a manutenção dos benefícios e gratificações para seus membros, utilizando-se do magnetismo que seus chefes são capazes de exercer sobre os eleitores. Segundo Vieira (2010, p. 33), Max Weber, Robert Michels e Maurice Duverger são autores que podem ser utilizados para ilustrar essa ótica.

Já a concepção orgânica dos partidos políticos se refere a ideia de que eles são instrumentos de transformação social capazes de incitar a consciência política das massas e não apenas máquinas eleitorais movidas por interesses e benefícios. Essa segunda ótica pode ser exemplificada por meio das formulações de Karl Marx,

Friedrich Engels, Lênin e Antonio Gramsci (VIEIRA, 2010, p. 39-56). O PSOL busca se afirmar a partir de um discurso que mantém vínculo com as perspectivas orgânica e tradicional dos partidos políticos: declara-se um instrumento de transformação social (TEMER, 2016), e afirma, paralelamente, seu empenho para tornar-se um partido com viabilidade eleitoral, ainda que reconheça as dificuldades e desafios desse objetivo (ROBAINA, 2016).

Por outro lado, ainda que não seja o foco deste estudo, existem os trabalhos que tratam das questões internas aos partidos políticos, perspectivas essas que são representadas pelos trabalhos de Gaetano Mosca (1992)¹¹, Vilfredo Pareto (1984)¹², Michels (1982)¹³ e Max Weber¹⁴. Esses autores abordam as classes dirigentes das

¹¹ Gaetano Mosca (1992) sustenta a impossibilidade da existência de uma ordem social altamente desenvolvida que dispense uma classe política e aponta duas classes de pessoas dentro de uma comunidade política: as que dirigem os assuntos públicos e as que são dirigidas. “A primeira, sempre menos numerosa, exerce todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que o poder traz consigo”, ao passo que a segunda é dirigida segundo os ditames da primeira (MOSCA, 1992, p. 51).

¹² Já as questões levantadas por Vilfredo Pareto (1984) levam em consideração o caráter heterogêneo da sociedade na investigação acerca das condições que levam a um equilíbrio social. Pareto (1984, p. 73) defende a existência de uma elite governante e uma elite não governante, sendo a primeira formada pelos “indivíduos que direta ou indiretamente participam de forma considerável do governo” e a segunda: os demais. O autor aponta para uma dinâmica em que há uma circulação de elites dirigentes no poder cuja fluidez ocorre conforme a transformação dos cenários políticos e sociais.

¹³ Michels (1982) encara o problema da elite dirigente não a partir da ótica de circulação de elites no poder, mas sim como um processo de intercomposição de elites, em que antigos elementos atraem, absorvem e assimilam novos, fenômeno que acontece continuamente. Seguindo essa lógica, Michels (1982, p. 106) afirma que “a organização política conduz ao poder. Mas o poder é sempre conservador”, de modo que a formação e renovação das elites pode ser guiada por ideais revolucionários, todavia, uma vez no poder, ocorrerá o abrandamento do contingente político que nessa posição se estabelece. Outra característica abordada pelo autor é a fixação do poder de decisão em poucas mãos no interior dessas organizações, caracterizando-as pela condução de uma política partidária anti-democrática (MICHELS, 1982, p. 106-107). Fato que pode parecer curioso em um primeiro momento, entretanto, apesar dos partidos estarem vinculados a uma ordem democrática isso não significa que internamente as decisões são conduzidas por processos que se igualam a aqueles de constituição de governos por meio de eleições e conflito político. Os partidos lidam com uma gama de fatores bastante ampla, tal como seu tamanho, definição e seguimento de seus princípios, organização e divisão interna de suas funções, negociações parlamentares e recrutamento, o que influencia na definição de sua política interna. Ainda assim, Michels (1982, p. 107) afirma que dentre os campos de atividade dos partidos, os principais são a “movimentação eleitoral” e a “movimentação para assegurar novos membros” e, portanto, os seus recursos materiais e humanos estarão em função dessas duas tarefas.

¹⁴ O partido político segundo Max Weber (1968 apud VIEIRA, 2010, p. 33) recebe ênfase na “relação com o parlamento e na sua constante preocupação com a estrutura burocrática”, desse modo guarda com o Estado a semelhança de ter em seu interior uma burocracia que mantém a organização em funcionamento, fenômeno que o confere eficiência e longevidade. Para Weber (1968), os partidos tendem a concentrar o poder nas mãos de poucos líderes e dirigentes do partido, os quais são responsáveis pelos rumos da política intrapartidária. Weber (1968, p. 57) entende que a pessoa que se devota à política persegue o poder, seja por razões egoístas, por sede de poder ou porque isso possa lhe conferir prestígio. O envolvimento dos que aderem aos partidos políticos se dá pela organização ser um potencial acervo de empregos onde há distribuição de recompensas aos seus correligionários.

agregações partidárias pela perspectiva de formação de elites que estão habilitadas a dirigir essas organizações.

O contexto em que as elites partidárias e o partido político como um todo se inserem condiciona sua atuação. Ao longo da história essas instituições foram influenciadas pelas concepções e eventos da época em que atuavam, tais como voto feminino, direitos sociais, voto censitário, pobreza, desigualdade e guerras. Transformações nas perspectivas sociais, políticas e econômicas, sugerem a existência de novas demandas que caberão aos partidos políticos oferecerem respostas.

As demandas de uma sociedade partem da própria sociedade, porém são os eleitores que definem a elite política que acreditam estar melhor preparada para realizar suas necessidades e desejos. É a partir dessa mesma sociedade que a elite política é constituída em governos. Nesse sentido, cabe mencionar a contribuição de Joseph Schumpeter (1984, p. 326), que em sua ideia de democracia como método, compreende a constituição de elites políticas como o melhor meio de se tomar decisões. O papel desempenhado pelos partidos e pelos eleitores, segundo o autor, estariam bastante bem definidos: eleitores depositam seus votos em processos eleitorais - sua participação política fica restrita a essa etapa - e partidos políticos conduzem os negócios públicos.

O argumento de Shumpeter (1984), todavia, coloca o eleitor comum como ingênuo, figura que seria facilmente manipulada. Já a formulação de Anthony Downs (1999), em sua teoria econômica da democracia, compreende tanto eleitores como governos enquanto entes racionais¹⁵ que atuariam no sentido de utilizar o mínimo de recursos necessários para obter as unidades do que desejam/valorizam. Para Robert Dahl (1997), a democracia (processo de democratização) é um sistema dotado de uma série de garantias institucionais e oportunidades que se vinculam a duas questões essenciais: a contestação pública e o direito de participação. Tanto no modelo de Downs (1999) como no de Dahl (1997), há ênfase no processo de escolha da classe política por meio do voto em eleições livres, processo que vincula eleitores aos partidos políticos que concorrem aos cargos públicos em questão.

¹⁵ Anthony Downs (1999, p. 28) especifica que por ação racional se deve considerar os meios utilizados para atingir determinado objetivo, portanto, se refere aos "processos de ação".

2.2 Partidos políticos no Brasil

A origem e desenvolvimento das organizações partidárias brasileiras sofreu influência do modelo de colonização e tipo de Estado adotado no Brasil (VIEIRA, 2010, p. 61). Por ter sido uma colônia de exploração, a origem da economia política brasileira esteve subjugada aos ditos portugueses, que acharam no “novo mundo” as riquezas naturais que os beneficiaram e onde implementaram um sistema agrícola de acordo com suas necessidades e aptidões da terra.

Com a utilização de mão-de-obra livre e escrava, em linhas gerais, o processo histórico brasileiro deixou profundas marcas no que diz respeito a exclusão econômica e política de pessoas negras, indígenas e aquelas com baixo poder econômico (FURTADO, 2007), caracterizando-se pela definição de latifúndio monocultor e exportador de base escravista (CARVALHO, 2012, p. 18). A constituição das classes dirigentes brasileiras esteve vinculada às demandas portuguesas e influenciada pela hierarquia existente entre metrópole e colônia.

Já com relação ao Estado brasileiro, Abrucio, Pedroti e Pó (2010) e Vieira (2010) argumentam que seu processo de formação se baseou sob o signo do patrimonialismo, perspectiva segundo a qual o poder público é utilizado na busca dos interesses da classe dirigente e a sociedade é tomada como o lugar em que os recursos são alocados/manejados como se a essa classe pertencesse.

Vieira (2010, p. 61) sustenta que no período colonial os partidos eram “agrupamentos facciosos que objetivavam os favores da Coroa” e por ela eram nomeados para realizar funções. Com a proclamação da independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, os grupos monarquistas, moderados e radicais se articularam em torno do lançamento de uma Carta Constitucional e para isso, em 1823, foi instaurada uma Assembléia Geral Constituinte. Entretanto, apesar do movimento de composição de uma Assembleia constituinte ter sido iniciado, Dom Pedro I acaba por outorgar a Constituição de 1824 (VIEIRA, 2010, p. 64-65), Carta que estabelece os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e que ainda criou o “poder moderador”, um mecanismo exclusivo do imperador que lhe possibilitava nomear ministros de Estado, dentre outras questões (CARVALHO, 2012, p. 29).

Durante todo o período imperial, Primeiro Reinado (1822-1831), Período Regencial (1831-1840) e Segundo Reinado (1840-1889), a Constituição de 1824 definiu que o direito político do voto pertencia a todos os homens brancos acima de

25 anos com renda mínima de 100 mil-réis (CARVALHO, 2012, p. 29-30). Pessoas na condição de escravos não eram tomadas como cidadãos, às mulheres não era dada a possibilidade de votar e os libertos poderiam votar apenas na eleição primária. A tendência era de que as pessoas, excluídos escravos e mulheres, ganhassem um valor acima do montante de 100 mil-réis, o que lhes conferia a possibilidade de voto, pondera Carvalho (2012, p. 29-30).

Na década de 1830 atuavam dois partidos políticos brasileiros: o Partido Liberal e o Partido Conservador. O primeiro representava a “burguesia urbana, aliada ao idealismo dos bacharéis e dos profissionais liberais” ao passo que o segundo era representante “do núcleo central das elites reacionárias e comprometidas com o regime escravocrata, as quais eram formadas pelos grandes grupos rurais da agricultura e da pecuária” (BONAVIDES, 1996a, p. 378; FERREIRA, 1993, p. 238 apud VIEIRA, 2010, p. 66-67).

Na fase imperial (1822-1889) os partidos políticos existentes eram tomados como “agências de interesses de determinados agrupamentos das elites rurais e urbanas” (VIEIRA, 2010, p. 69). Nessa época as eleições eram indiretas e feitas em dois turnos, de modo que no primeiro turno os votantes escolhiam os eleitores que participariam do segundo obedecendo a proporção de um eleitor para o conjunto de 100 domicílios (CARVALHO, 2012, p. 30). No segundo turno os eleitores deveriam ter renda superior a 200 mil réis e elegiam os deputados e senadores. Se comparado com os padrões europeus da segunda metade do século XIX a média de votantes no Brasil era significativa, apesar de excluir mulheres e escravos, afirma Carvalho (2012, p. 31).

Segundo Carvalho (2012, p. 38), em 1881 “a Câmara de Deputados aprovou lei que introduzia o voto direto, eliminando o primeiro turno das eleições”, processo que passou a envolver apenas eleitores e não mais “votantes”. Simultaneamente a lei foi elevado para 200 mil-réis a renda exigida para participar do pleito eleitoral, tornou o voto facultativo e proibiu analfabetos de votar, período esse em que uma fração pequena da população era alfabetizada (CARVALHO, 2012, p. 39).

Desse modo, pode-se perceber os diferentes filtros utilizados para permitir/negar a participação da população brasileira na escolha de seus líderes: o filtro educacional na questão dos analfabetos, o que exigia renda mínima e sem mencionar a questão das pessoas negras, a quem foi negado diferentes recursos por sua condição de escravizados. Assim, a exclusão de diferentes grupos do processo de escolha de representantes, tais como mulheres, pessoas negras, analfabetos e

peessoas que auferissem renda inferior a exigida, acabou por selecionar grupos com condições sociais, econômicas e políticas específicas para participar do processo político de eleição de representantes, cenário que se fossem utilizadas as lentes de Dahl (1999, p. 30) para interpretar, poderia ser dito que se tratava de um sistema com baixa “inclusividade”.

Um ano antes de ser iniciado o período republicano houve a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, fato que tirou da condição de escravos todas as pessoas negras sequestradas e colocadas no regime de trabalho forçado. Conforme Carvalho (2012, p. 47), o processo de libertação contou com a pressão política inglesa que, em 1827 ratifica com Portugal um tratado que proibia o tráfico negreiro, acordo que não era respeitado pelo país signatário.

Em 1871, foi aprovada lei que libertava os filhos de pessoas escravizadas que nascessem daquela data em diante, mas só em 1884 que a questão é discutida no Parlamento e que nasce um movimento popular abolicionista (CARVALHO, 2012, p. 47). Quando a abolição teve êxito, aos libertos não foram concedidas terras, escola ou emprego, o que levou alguns a voltarem as fazendas para trabalharem por um baixo salário ou a ir para as cidades e tonarem-se desempregados.

O período republicano é iniciado em 1889 e não muda o *status quo* vigente (MARTINS JUNIOR, 2015; VIEIRA, 2010), sendo caracterizado pela existência do que Vieira (2010, p. 70) chama de “agrupamentos oligárquicos, representando as elites de cada Estado-membro. Cada Estado-membro tinha o seu partido republicano, a sua facção, onde ocorria o agrupamento institucional dos coronéis locais”. As pessoas que agora viviam em uma República e foram tornadas cidadãs pela Constituição de 1891 eram as mesmas que viviam no período anterior sob o status de Colônia, onde 85% eram analfabetos e mais de 90% viviam em áreas rurais, “sob a influência dos grandes proprietários”, analisa Carvalho (2012, p. 32).

A Constituição de 1891 instituiu a federação, retirou a exigência de renda para votar, manteve a proibição do voto de analfabetos, transformou as províncias em Estados-Membros, proibia o voto de menores de 21 anos, mulheres, mendigos, permitiu o voto aberto (voto não-secreto), entre outras transformações, afirma Vieira (2010, p. 71). Carvalho (2012, p. 41) menciona que a Primeira República ficou conhecida como a “república dos coronéis” em vista da influência dominante dessas figuras no cenário político local.

Como os partidos políticos se organizavam dentro de seu Estado-membro, essas organizações partidárias não tinham um caráter nacional. Os Estados-membros que se destacavam economicamente na época, São Paulo e Minas Gerais, pela plantação do café e criação de gado leiteiro, respectivamente, acabaram por se destacar no exercício da política em âmbito nacional. O fenômeno consistia na alternância no poder dos dois partidos de elites (MARTINS JUNIOR, 2015, p. 71) que representavam esses estados, o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM), no cenário político nacional, o que ficou conhecido como a política do Café-com-Leite (VIEIRA, 2010, p. 71).

É no período da Primeira República (ou república velha) que surge o Partido Comunista do Brasil (PCB) (VIEIRA, 2010, p. 75). Essa agremiação política foi fundada em 1922 a partir da influência da Revolução Bolchevique de outubro de 1917, na Rússia, evento cuja expansão global é apontada por Hobsbawm (1995, p. 62) como sem “paralelo desde as conquistas do islã em seu primeiro século”. O nascimento do PCB está localizado no que Moreira (2000, p. 18) nomeia de primeira “onda de esquerda”¹⁶, processo ligado a ascensão do comunismo e anarquismo na América Latina.

Em 1930, com a deposição de Washington Luís por um movimento liderado por civis e militares, Getúlio Vargas chega ao poder e assim inicia-se a chamada Era Vargas, período caracterizado pela “marca da centralização e do fortalecimento do Estado, especialmente o desenvolvimento de burocracia civil e militar” (MARTINS JUNIOR, 2015, p. 71). Tal período fica conhecido pela expansão sem precedentes da intervenção do Estado nas esferas econômica e social, esforço perpetrado em prol do projeto nacional-desenvolvimentista conduzido pelo governo (ABRUCIO, PEDROTI e PÓ, 2010).

Conforme Carvalho (2012, p. 87) a fase revolucionária da chamada Revolução de 1930 dura até 1934, período em que é votada a nova constituição e que Vargas é eleito presidente. Em 1937, com ajuda dos militares, o líder político conduz um golpe de Estado e permanece no poder até 1945, intervalo de tempo conhecido como o período ditatorial de Vargas e denominado de Estado Novo.

Duas organizações orientaram as atividades políticas na década de 1930: a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB). Liderada por

¹⁶ Moreira (2000) nomeia “ondas de esquerda” parafraseando as “ondas de democratização” de Samuel Huntington (1994).

Luiz Carlos Prestes “sob a orientação da Terceira Internacional” o primeiro grupo agregava democratas, socialistas e comunistas e o segundo era baseado em concepções fascistas defendendo o antipartidarismo e o corporativismo (CARVALHO, 2012, p. 102; VIEIRA, 2010, p. 80). Esse cenário começa a mudar com o engajamento brasileiro na 2ª Guerra Mundial, evento que dá início a um processo de abertura política, expressado pelo debate acerca da realização de eleições e organização de partidos políticos (MARTINS JUNIOR, 2015, p. 71).

Nesse período ocorre a equiparação do direito ao voto para as mulheres e o voto feminino é assegurado pela Constituição de 1934 (LAMOUNIER, 2015, p. 19). Carvalho (2012, p. 87) afirma que “o ano de 1930 foi um divisor de águas na história do país. A partir dessa data, houve aceleração das mudanças sociais e políticas, a história começou a andar mais rápido”. Houve a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, seguido de ampla legislação trabalhista que acaba por ser “finalizada” com a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943 (CARVALHO, 2012).

Em 1945 Vargas é deposto do poder e são realizadas eleições. Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente e assumiu o cargo em 1946, mesmo ano em que foi promulgada a terceira Carta Constitucional Brasileira. Até 1964 houve liberdade de imprensa e de organização política ainda que a influência do momento político anterior tenha acompanhado todo esse período. Vargas após deposto foi eleito senador, cargo que ocupou até voltar ao poder como presidente pela via eleitoral em 1950. A partir de 1945 muitos partidos políticos foram organizados e funcionaram de forma livre, com a exceção do Partido Comunista que em 1947 teve seu registro cassado (CARVALHO, 2012, p. 127).

Os partidos políticos que sucedem o período ditatorial varguista, em sua maioria, foram criados no fim do Estado Novo, sendo os principais o Partido Social Democrata (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN) (CARVALHO, 2012, p. 148). Para Martins Junior (2015, p. 72), essas organizações haviam deixado de se configurar como partidos de elite e estavam inseridos em um contexto que haviam “partidos políticos nacionais, eleições diretas para todos os cargos, através de sufrágio universal de alfabetizados, o que em 1945 significava 13,4% da população”.

Em 1964 o poder é tomado a partir do golpe civil-militar, movimento que decidiu abolir os partidos políticos tal como haviam vigorado desde 1945 (MARTINS JUNIOR, 2015, p. 73). Ao invés da extinção por completo das organizações partidárias, os

militares optaram pela manutenção “parcial do Estado representativo”, inaugurando o bipartidarismo forçado pelo Ato Institucional de número 2 (LAMOUNIER, 2015, p. 21; REIS, 2015, p. 393).

De acordo com Carvalho (2012, p. 157), em linhas gerais o governo dos militares pode ser dividido em três fases: a primeira, 1964 a 1968, caracterizada por forte repressão, queda do salário mínimo e baixo crescimento econômico; a segunda vai de 1968 a 1974 e corresponde aos “anos mais sombrios da história do país” a partir de uma perspectiva cívico-política; e por fim, de 1974 a 1985, quando se inicia o processo de abertura política. Dentro do período que vai de 1965 a 1979 tem-se a atuação de dois partidos (ANDRADA, 2007, p. 35), a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), organizações que, conforme Martins Junior (2015, p. 73) “disputaram eleições abertas periodicamente para diversos cargos, mas ficaram vedadas ao escrutínio eleitoral as chefias estaduais e federal do Poder Executivo”.

No que diz respeito ao processo eleitoral no período da ditadura civil-militar, houve um crescimento muito grande do eleitorado: se em 1960 22% da população votava, em 1982 esse total aumenta para 49% e, após o final do período autoritário, atinge-se a marca de 70% da população em torno do ano de 2004 (LAMOUNIER, 2015, p. 20). Entretanto, há de se fazer a ressalva de que “os governos militares manipularam o processo eleitoral de diversas formas e em numerosas ocasiões, mas não o suprimiram por completo”, afirma Lamounier (2015, p. 21).

Com relação a questão partidária, em 1979 foi abolido o sistema de bipartidarismo forçado pela Lei 6.767, fato que reconfigura o cenário partidário a partir do surgimento de seis novos partidos: Partido Democrático Social (antigo ARENA), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (antigo MDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Popular (PP) e em 1980 o PT (CARVALHO, 2012, p. 176). Vieira (2010, p. 98) informa que em 1982 as regras do pleito eleitoral são mudadas pela Lei 6.978 que, entre outras questões, institui o voto vinculado e unifica as eleições. A partir de sua aprovação o eleitor só poderia destinar seus votos a candidatos de um mesmo partido nas eleições, sob pena de ter seus votos anulados caso tal procedimento não fosse seguido.

Em meio a isso entrou em pauta o tema da redemocratização, havendo manifestações nas principais capitais do país (VIEIRA, 2010, p. 99), movimento mobilizatório que atinge seu clímax com a campanha por eleições diretas em 1984

(CARVALHO, 2012, p. 188). Apesar da emenda Dante de Oliveira ter proposto eleições diretas essa proposta não foi aprovada e se escolheu o próximo presidente de maneira indireta (MARTINS JUNIOR, 2015, p. 74). E foi nesse contexto que, pela Emenda Constitucional número 25 de 1985, foram ampliadas as bases para o pluripartidarismo e estabelecida a livre criação de partidos políticos no artigo 152 (ANDRADA, 2007, p. 35). Três anos mais tarde é promulgada a Carta Constitucional utilizada no Brasil até os dias de hoje, a Constituição de 1988.

Segundo Carvalho (2012, p. 199-202), a promulgação da nova constituição traz a novidade do voto facultativo aos analfabetos¹⁷, o Tribunal Superior Eleitoral passa a aceitar registro provisório de partidos políticos mediante a apresentação da assinaturas, o que já possibilitava esses novos partidos disputarem eleições. Em função disso, as agremiações partidárias se multiplicaram, havendo duas em 1979, cinco em 1982, e no ano de 1986 somavam 29 (CARVALHO, 2012).

A Constituição de 1988 conferiu autonomia as agremiações partidárias ao barrar a interferência Estatal sobre elas no *caput* do artigo 17 (VIEIRA, 2010, p. 117), ficando a cargo dessas organizações o estabelecimento de questões referentes a sua estrutura interna, funcionamento e organização (ANDRADA, 2007, p. 35). De acordo com Martins Junior (2015, p. 75), como previsto pela Constituição recém promulgada as eleições diretas para presidente foram realizadas em 1989, evento que contou com a participação de 22 candidatos. Pelo PMDB, partido que detinha 40% das cadeiras na Câmara, foi lançada a candidatura de Ulisses Guimarães que acabou por conquistar 4,4% dos votos. O Partido da Frente Liberal (PFL), que contava com 21% de cadeiras na Câmara, fez 0,8% dos votos sob o nome de Aureliano Chaves. Disputaram o segundo turno as candidaturas do PT e do PRN (Partido da Reconstrução Nacional), sendo eleito o candidato do segundo partido.

Depois de 29 anos sem votar para eleger um presidente o Brasil quebra esse ciclo com o nome de Fernando Collor de Mello. Seu governo enfrentou altíssimas taxas de inflação, fenômeno cujas medidas do Plano Collor adotadas não obtiveram sucesso para seu controle e, para abalar ainda mais a imagem do novo presidente ocorrem denúncias de corrupção contra seu governo, o que tornou insustentável sua manutenção no cargo. O *impeachment* de Collor aconteceu em 1992 e o vice-

¹⁷ De acordo com Castro (2015, p. 289), o voto universal existe desde 1985 no Brasil, quando aos analfabetos foi dada a oportunidade de participar de eleições.

presidente, Itamar Franco, assumiu a Presidência da República (MARTINS JUNIOR, 2015, p. 75).

As eleições de 1994 foram vencidas pelo candidato Fernando Henrique Cardoso (FHC) por meio da coligação entre PSDB, PFL e PTB (MARTINS JUNIOR, 2015, p. 77). Eram enfrentadas taxas de inflação altas pela economia brasileira e o processo de estabelecimento do Plano Real visava solucionar o problema. Após o primeiro mandato de FHC, ancorado pelo sucesso do Plano Real, seguiu-se a sua reeleição, possibilidade inexistente para eleições anteriores. O voto como um exercício de aceitação ou rejeição de governos, pela primeira vez no Brasil, decidiu pela manutenção de um presidente no cargo.

Conforme Martins Junior (2015, p. 77) após o exercício de dois mandatos de FHC, o petista Luiz Inácio da Silva (Lula) foi eleito para o cargo de presidente em 2002, resultado alcançado por meio da utilização de uma estratégia de pragmatismo eleitoral por parte da agremiação (BRAGA e PIMENTEL, 2011, p. 277). A chegada do PT ao poder executivo nacional foi acompanhada de esperança, por parte daqueles que viam na agremiação o instrumento de transformação política e social, e preocupação, por parte daqueles que viam no PT o elemento pró-revolução que acabaria por ruir a economia brasileira.

O desenvolvimento dos partidos políticos no Brasil e das condições econômicas, sociais e políticas serviram de pano de fundo um para o outro, como fatores que estiveram presentes na vida dos cidadãos de modo paralelo. As condições econômicas, sociais e políticas são passíveis de terem influenciado/influenciarem o processo eleitoral brasileiro, uma vez que a passagem do tempo em uma sociedade faz parte de um processo imbricado das condições materiais e de ideias que vigoram em um momento histórico específico.

Até aqui foi vista, de modo sucinto, a história política brasileira, com ênfase para os partidos políticos. Foram também apontadas questões históricas que influenciaram o desenvolvimento dos partidos políticos: a amplitude que o voto teve na sociedade brasileira nos diferentes períodos históricos; os grupos que tiveram acesso ao voto; e mudanças sociais, políticas e institucionais que afetaram a dinâmica eleitoral e existência dessas organizações políticas. A seção seguinte se dedica ao tema específico da esquerda no Brasil, grupo em que o PSOL se encontra.

2.3 Partidos políticos de esquerda no Brasil

Com relação a história da esquerda no Brasil, ficou conhecida a ideia de ciclos de esquerda, a qual é compartilhada por Araújo (2016), Pompêo (2007), Medeiros (2016) e Robaina (2016). A concepção de ciclo está ancorada em três elementos: a existência de uma interpretação da sociedade que seja hegemônica, a noção de um modo estratégico de ação e, por fim, uma organização política legítima perante a maior parte dos militantes e aos olhos da sociedade (POMPÊO, 2007). No caso brasileiro teriam ocorrido dois ciclos de esquerda: o primeiro teve como expoente o PCB e o último, o PT (POMPÊO, 2007, p.1).

Ainda que a ideia de ciclo de esquerda possa ser questionável e mesmo equivocada para interpretar a realidade, seja por tomar como expoentes dois partidos e deixar toda uma gama de atores de fora, em vista dos objetivos deste trabalho, esta seção focará no PCB e no PT. O primeiro, por ter sido a entidade de maior referência para o campo político da esquerda, cuja atuação se deu em âmbito nacional a partir dos anos 1922. O segundo, por ser o partido a partir do qual o PSOL irá surgir.

O PCB, é um partido político que surgiu em 1922 a partir da influência da Revolução Bolchevique de outubro de 1917, na Rússia. A sua fundação está localizada no que Moreira (2000, p. 18) nomeia de primeira “onda de esquerda”¹⁸, fenômeno ligado a ascensão do comunismo e anarquismo na América Latina.

Cardoso (1984, p.1) afirma que o PCB foi a organização política que acomodou grande parte dos militantes com tradição marxista do país e esteve a maior parte de sua trajetória na ilegalidade. O período que atuou com maior liberdade está situado entre 1945 e 1964, tendo obtido aceitação de seu registro pela Justiça Eleitoral entre os anos de 1945 a 1947 e a fase pós 1980, época que correspondente a perda da influência do partido (NEVES, 2001, p.3).

O PT foi o ator hegemônico do segundo ciclo de esquerda na ótica de Pompêo (2007), foi fundado em 1980 no contexto da ditadura civil-militar brasileira, momento em que há perda de influência por parte do PCB (NEVES, 2001). Terron e Soares (2010, p. 312) indicam a década de 1970 como o espaço-tempo em que ocorrem as articulações entre sindicatos, setores de esquerda da igreja católica e movimentos sociais, fenômeno que resultaria no surgimento desse partido. Neves (2001, p.2)

¹⁸ Moreira (2000) nomeia “ondas de esquerda” parafraseando as “ondas de democratização” de Samuel Huntington (1994).

indica 1978 como o período do novo sindicalismo, ano correspondente a entrada de novos agentes na vida sindical nacional e período que se segue com a atuação do Partido dos Trabalhadores e, posteriormente, da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A repressão institucional intensa aos militantes do PCB e a dificuldade do partido em encontrar novas estratégias de ação o levou a perder força, situação que colocou o PT na dupla perspectiva de seu aliado e adversário no final da década de 1970, uma vez que ambos se subsidiavam de militantes/simpatizantes que compactuavam com o ideal de esquerda, ainda que o PT fosse uma força política em processo de formação. De modo mais específico, o movimento sindical, comum a ambos os partidos, “tornou-se a alavanca de organização e recrutamento de quadros do PT”, tornando-se uma de suas bases e o caracterizando como ente que surge em prol da classe trabalhadora (NEVES, 2001, p. 3).

Diante dos desafios para a formação de um novo partido, passaram-se dois anos desde a fundação do PT, em 1980, até que a nova organização política fosse reconhecida oficialmente pelo Tribunal Superior da Justiça Eleitoral como um partido político brasileiro, fato que ocorreu em 11 de fevereiro de 1982¹⁹. Conforme Keck (2010, p. 138), o processo de formação do PT esteve ancorado na estratégia de apelar a grupos previamente organizados na sociedade para sua composição. De acordo com Pompêo, a formação do PT esteve amparada em quatro diferentes grupos:

Setores progressistas da igreja católica, em grande parte organizados nas Comunidades Eclesiais de Base, o novo sindicalismo, com forte influência no ABC paulista; a intelectualidade, com professores universitários, intelectuais, artistas, estudantes, etc; e setores difusos, organizações diversas, tanto as democráticas como as revolucionárias, que haviam lutado contra a ditadura militar” (POMPÊO, 2007, p. 2).

Paralelamente, houve o recrutamento em nível parlamentar para formação do partido. Nomes como o de Eduardo Suplicy, Irma Passoni, Marco Aurélio Ribeiro e Geraldo Siqueira, deputados estaduais paulistas, realizaram sua filiação ao PT e deram início à organização do partido na esfera parlamentar. Embora houvesse a preocupação de que os parlamentares que se engajassem ao partido pudessem não representar os interesses dos trabalhadores, deu-se continuidade a estratégia de recrutamento de indivíduos proeminentes (KECK, 2010, p. 139).

¹⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. Website do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <http://www.pt.org.br/nossa-historia/> Acesso em: 14 dez. 2016.

Conforme Keck (2010, p. 136), o processo que se estende de sua fundação até a obtenção de seu registro provisório é acompanhado por inúmeros esforços para a organização e reconhecimento do partido. Decidido a ser um partido “legal”, teve que satisfazer os requisitos da legislação partidária aprovada em 1979²⁰, trabalhando para reunir as assinaturas necessárias, redigir estatutos²¹ e conseguir financiamento, tendo em vista que a legislação vigente proibia o financiamento de partidos políticos por sindicatos, agentes com que o PT mantinha proximidade.

Ao final de setembro de 1980 o PT já havia conseguido formar comissões no número mínimo de estados e requereu seu registro provisório em 22 de outubro do mesmo ano. O assentamento do partido não se deu da mesma forma em todos os estados do Brasil, variando de acordo com a adesão e simpatia dos grupos lá organizados (ou em formação). São peculiares as experiências da região do ABC paulista, pela organização e sólida rede estabelecida para constituir o partido, e o estado do Acre, pela fluidez com que foram organizados os diretórios da organização, constituindo-se como único estado em que os diretórios chegaram a todas as cidades (KECK, 2010, p. 147).

Segundo Keck (2010, p. 156), após os esforços iniciais de formação e legalização do PT, a tarefa seguinte era consolidar o partido através do recrutamento de novos membros. É verdade que a agremiação orientou esforços para se adequar as exigências da legislação partidária e obtenção do registro no intuito de participar da eleição de 1982, objetivo que fez o partido estabelecer metas como a criação de diretórios em 40% dos municípios de cada estado e alcançar um milhão de filiados.

No quesito organizacional, a unidade básica da agremiação era o núcleo e haviam incentivos para que todos que integravam o partido fizessem parte de algum deles. A instituição dos núcleos é um dos dois mecanismos organizacionais apontados por Keck (2010, p. 150) como dispositivos que visavam estimular a participação interna no PT. Keck (2010) informa que grande parte dessas unidades eram formadas a partir da experiência de bairro e, assim como o estabelecimento dos diretórios, variavam de acordo com a região e nível de organização dos militantes.

²⁰ Lei nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979, projeto que reformou a legislação sobre os partidos políticos no Brasil (KECK, 2010, 128).

²¹ Não apenas os estatutos eram necessários, mas também a publicação de manifesto e programa (KECK, 2010, P. 129).

Outro mecanismo organizacional criado foi o estabelecimento de convenção em dois turnos, processo que consistia na realização de reuniões deliberativas prévias ao encontro oficial. Essas pré-convenções aconteciam em três níveis, municipal, regional e nacional, e tinham por intuito abranger um público maior no processo deliberativo do que as reuniões oficiais abarcavam. Keck (2010, p. 150) afirma que eram nas pré-convenções que as decisões eram tomadas ao passo que as reuniões oficiais serviam de espaço para tornar público ao partido o que fora deliberado previamente.

Houve um contínuo esforço por parte do partido para se adequar a legislação partidária e para conseguir participar da eleição de 1982, todavia, os resultados obtidos pelo PT não acompanharam as expectativas positivas. O período que se seguiu ao pleito eleitoral foi acompanhado pela redução vertiginosa do esforço de filiação de novos membros, dinâmica que é retomada em 1985 com expansão do recrutamento em 1986 e 1988, totalizando 625.000 membros em todo país em junho de 1989 (KECK, 2010, p. 158).

No que diz respeito ao financiamento do partido, Keck (2010, p. 160) aponta para a “ineficácia organizacional na cobrança de quotas dos filiados”, de modo a não considerar essa via como uma fonte segura de obter verba para o partido. Muitos dos recursos provinham da contribuição dos parlamentares eleitos para o Congresso e outra parte provinha do governo por meio do financiamento partidário.

Na arena eleitoral o partido cresce notavelmente a partir de 1990, estando entre as quatro maiores bancadas na Câmara dos Deputados desde 1994. Em 1982, Gilson Menezes, ferramenteiro, tornou-se o primeiro prefeito eleito pelo Partido dos Trabalhadores, feito que ocorreu na cidade de Diadema, São Paulo. Em 1986, um dos fundadores do partido, Luiz Inácio Lula da Silva, elegeu-se para deputado federal com a marca de maior votação da história da Câmara. Figura política essa que se torna conhecida pelos brasileiros em vista da disputa eleitoral pelo posto de Presidente da República, cargo pelo qual competiu de 1989 a 2006, ininterruptamente (TERRON e SOARES, 2010, p. 312).

Com relação a Câmara dos Deputados, o Partido dos Trabalhadores (PT)²² obteve crescimento de 1994 até 2002 no percentual de votos válidos obtidos bem como no percentual de cadeiras conquistadas no Congresso Nacional (TERRON e

²² Informações obtidas do trabalho de Terron e Soares (2010, p. 313).

SOARES, 2010, p. 313). Houve um pequeno crescimento do percentual de votos destinados ao partido entre 1994 e 1998, apenas 0,1%. Já no intervalo de 1998 a 2002, ocorreu a maior taxa de crescimento do percentual de votos recebidos, 5,2%. No intervalo entre as eleições de 2002 e 2006 é que a taxa cai, evidenciando-se uma taxa negativa de crescimento (decréscimo) de 3,4% (TERRON e SOARES, 2010, p. 313).

De acordo com Terron e Soares (2010, p. 314), 22 anos depois de sua fundação o PT galgou a marca de maior bancada no Congresso Nacional, com 91 cadeiras, seguido pelo PFL, PMDB e PSDB, cada um com 84, 74 e 71 cadeiras, respectivamente. Na eleição de 2006 o número de cadeiras conquistadas pelo partido cai para um total de 83, oito a menos do que na eleição anterior. Já com relação as eleições presidenciais, o desempenho do PT foi crescente: em 1994 obteve 22% dos votos válidos; em 1998 conquistou 26% dos votos válidos; em 2002 conquistou 42% dos votos válidos no primeiro turno e no segundo turno 51%; em 2006 obteve 45% dos votos válidos no primeiro turno e no segundo turno conquistou 58% (TERRON E SOARES, 2010, p. 315); em 2010 o partido conquistou 46% dos votos válidos no primeiro turno e 56% no segundo; e em 2014 conquistou 41% dos votos no primeiro turno e 51% no segundo turno.

Lembrando que o período que vai de 1994 até 2006 o cargo é disputado pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva, tendo sido vitorioso em 2002 e 2006, ao passo que Dilma Rousseff disputou e conquistou a Presidência da República em 2010 e 2014. Mais especificamente, o cenário em que o PT conquista a Presidência da República, sob o nome de Luiz Inácio Lula da Silva, é o de uma administração pública seguida de dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Ao longo do tempo o presidente eleito pelo PSDB contou com a grande credibilidade conferida pelo sucesso do Plano Real, projeto que FHC integrou e que estabilizou os preços da economia brasileira (FIGUEIREDO E COUTINHO, 2003, p. 95). Oito anos mais tarde, sua boa imagem (e a do partido) sofre com a crise cambial de 1999 e a crise de energia em 2001, fatores que conferiram imagem negativa ao candidato José Serra. O pleito pela Presidência da República é vencido pelo candidato do PT, Luiz Inácio.

Com relação ao processo de filiação ao PT: até 1990 houve uma concentração de filiados na região Sudeste (60%), fenômeno que Amaral (2011) defende estar ligado a formação da organização, baseada na realidade urbana e em proximidade com movimentos populares urbanos e com o sindicalismo. Uma mudança do

panorama com vistas para a desconcentração dos filiados da organização começou a ser evidenciada a partir de 1993, atingindo “uma distribuição de membros entre as regiões muito próxima da configuração do eleitorado brasileiro” em 2008, afirma Amaral (2011, p. 4).

Até 2006 a região Nordeste foi subrepresentada no panorama das filiações, cenário que apresentou mudanças em 2008, quando a região atingiu um montante de 26% dos filiados ao partido (AMARAL, 2011, p. 5). Em vista do processo de interiorização pelo qual o PT passa, Amaral (2011, p. 6) defende que “o partido que chega ao final dos dois mandatos do presidente Lula é mais nacional, menos concentrado nos grandes centros urbanos”, tendo apresentado um crescimento entre 2003 a 2009 na ordem de 191,7% na taxa de filiados por mil eleitores.

E é dessa organização, do PT no contexto dos anos 2000, que surgiu o PSOL. Cabe ressaltar que o PT é um partido com longa trajetória para parâmetros brasileiros e um forte competidor em disputas eleitorais, tendo vencido 4 eleições consecutivas para a Presidência da República.

3 O Partido Socialismo e Liberdade

Este capítulo está vinculado ao objetivo específico de apresentar o PSOL, uma vez que o partido político é objeto do presente estudo. Desse modo, são trazidas informações sobre o partido, tais como seu processo de fundação, organização interna e número de filiados. Essas informações foram levantadas a fim de vislumbrar possíveis elos para questões que são tratadas no próximo capítulo, tais como seu desempenho eleitoral mais acentuado/menos acentuado em diferentes regiões e sobre a questão da correlação entre o seu desempenho eleitoral nas eleições presidenciais e as condições socioeconômicas nos municípios brasileiros.

3.1 A formação do Partido Socialismo e Liberdade

A fundação do PSOL ocorreu em 2004 e em 2005 foi obtido seu registro junto à Justiça Eleitoral. Sua origem pode ser atribuída a uma ruptura ocorrida dentro do PT, fato que Pompêo (2007) atribui as mudanças de posição pelas quais a agremiação política passou. Mudanças essas que levaram os integrantes mais radicais do PT a questionar suas posições e medidas, processo que teve seu ápice com a expulsão de parlamentares do partido.

As mudanças de posição pelas quais o PT passou são fruto do longo processo que acompanhou a trajetória do partido, envolvendo dimensões teóricas e a realidade política do partido no ambiente em que se insere (BRAGA e PIMENTEL, 2011, p. 277; REIS, 2015, p. 394). Essas mudanças de posição, expressão adotada por Pompêo (2007), estão presentes mesmo antes da ascensão do partido ao Palácio do Planalto em 2003.

Conforme Silva (2003), o significativo desempenho eleitoral nas eleições de 1988 já havia colocado o Partido dos Trabalhadores diante de um dilema: a obtenção de êxito eleitoral ou a manutenção de sua radicalidade em termos de conteúdo programático. O curso dos acontecimentos aponta que o “crescente desempenho nas eleições é acompanhado de um abrandamento do conteúdo programático para torná-lo mais abrangente e digerível”, para assim, incorporar outros setores da sociedade que não se identificavam com a lógica radical do partido (SILVA, 2003, p. 17).

Com o passar dos anos, sua viabilidade eleitoral é então atestada com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002, eleição em que o

partido faz aliança com o Partido Liberal (PL), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido da Mobilização Nacional (PMN) e Partido Comunista Brasileiro (PCB), aponta Fonseca (2013, p. 82). Após a vitória há a redação de uma carta endereçada a população brasileira, a Carta ao Povo Brasileiro²³. Nesse documento há a substituição do termo “classe” pela palavra “povo”, fato que Pompêo (2007, p. 2) interpreta como uma tentativa discursiva de conciliação de classes²⁴. Todavia, a palavra classe é cara ao PT quando se recorre a sua origem, denominação ligada a própria gênese do partido, amparada na defesa do viés dos trabalhadores.

A palavra classe está presente na Carta de Princípios da organização, de 1979, período próximo ao nascimento do partido²⁵. Sua relevância simbólica está atrelada ao caráter classista segundo o qual o PT foi fundado (POMPÊO, 2007). Além disso, tal termo se insere como elemento integrante da interpretação que orientou a perspectiva do PT, uma sociedade dividida em classes, havendo exploradores e explorados, um jogo de soma zero que para alguém ganhar outro há de perder.

O termo classe aparece inúmeras vezes no referido documento, sendo conectada a ideia da criação de um partido político composto por trabalhadores que ensejam enfrentar os quadros de desigualdades no seio da sociedade brasileira, assumindo, para isso, a perspectiva dos explorados, de modo que os próprios trabalhadores pudessem construir seu futuro a partir de um partido que lhes confira voz e vez. Congruente a essa ideia consta no documento que a emancipação da classe trabalhadora é “obra dos próprios trabalhadores”²⁶.

A palavra “povo”, substituindo a palavra classe, aparece na “Carta ao povo brasileiro” 23 anos depois do nascimento do partido, evento que é noticiado pelo jornal Folha de São Paulo pela seguinte chamada: “Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro”²⁷. Na “Carta ao povo brasileiro” foram utilizadas

²³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml> Acesso em 26 set. 2017.

²⁴ Pela teoria marxista a lógica capitalista divide a sociedade entre explorados e exploradores. O primeiro grupo é representado pelos detentores dos meios de produção e o segundo grupo é aquele que nada possui além de sua prole, ou seja, os proletários. Este segundo grupo tem que vender sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência e o seu esforço humano, definido enquanto trabalho, seria a fonte de valor dos produtos e serviços dispostos na sociedade. Entre esses dois grupos haveria conflito em vista de seus distintos e antagônicos interesses e por esse motivo não haveria espaço para conciliação (MARX e ENGELS, 1999).

²⁵ O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1980 e obteve reconhecimento junto ao Tribunal Superior da Justiça Eleitoral em 1982 (POMPÊO, 2007, p. 2).

²⁶ Tal expressão consta na Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/cartadeprincipios.pdf> Acesso em 23 jul. 2017.

²⁷ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em 24/09/2017.

expressões como justiça social, inclusão e projeto alternativo, denominações mais brandas do que as que o PT utilizou próximo da sua origem (POMPÊO, 2007).

Em 2003 o PT ascende ao Palácio do Planalto tendo Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente e pela primeira vez o partido político estava na posição de governo e não na de oposição. As ações que se seguiram à vitória não conseguiram acomodar a totalidade dos membros e grupos no interior do PT. A nomeação de um latifundiário para o Ministério da Agricultura, a indicação de Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central e o apoio do governo federal à candidatura de José Sarney para a presidência do Senado foram ações que tumultuaram a dinâmica interna do PT, situação na qual a senadora Heloísa Helena demonstra repúdio e faz recusa pública à indicação de Meirelles para a ocupação do cargo de presidente do Banco Central (BABÁ, 2016, p. 44).

Reis (2015, p. 394) chama atenção para o momento em que Lula, “um operário de um partido de esquerda, de programa socializante e retórica radical” chega à Presidência da República, evento dotado de um simbolismo peculiar para a experiência da esquerda no Brasil. O outro ponto que o autor ressalta sobre a primeira experiência petista no governo federal é a “moderação e equilíbrio por parte de Lula e do PT por terem dado continuidade às políticas econômicas financeiras austeras, o que antes havia sido alvo de crítica (REIS, 2015, p. 394).

Foram apresentadas três alternativas para os grupos com identificação socialista ligados ao PT: romper com o partido, engajar-se na atuação direta a partir dos movimentos sociais ou permanecer no PT de forma combativa em vista da tese de “governo em disputa” (VALENTE, 2016, p. 124). Adotou-se a tese de “governo em disputa” (VALENTE, 2016, p. 124), segundo a qual existiriam segmentos de esquerda e direita dentro do governo e a hegemonia de uma ou outra perspectiva se daria por meio da disputa e da capacidade de tais grupos fazerem/exercerem pressão no governo, aproximando-o de um ou outro viés (POMPÊO, 2007, p. 4).

A proposta de reforma da previdência, em pauta em 2003, foi um fator que agravou os conflitos internos do PT por ser vista como desviante do que até então havia sido historicamente defendido pelo partido. Alguns grupos internos ao PT se posicionam contrários à reforma e alguns parlamentares petistas indicam, previamente, que votariam contra tal medida. Assim fizeram os deputados federais Babá, João Fontes, Luciana Genro e a senadora Heloísa Helena (BABÁ, 2016).

Dentre as abstenções na votação pela reforma da presidência estão João Alfredo (CE), Orlando Fantazzini (SP), Walter Pinheiro (BA), Ivan Valente (SP), Maninha (DF), Chico Alencar (RJ), Mauro Passos (SC) e Paulo Rubem Santiago (PE), posição que, segundo Pompêo (2007, p. 4), equivaleu a votar contra a proposta de reforma. O processo de expulsão dos parlamentares do PT inicia no dia 12 de maio por meio da aprovação pela Executiva Nacional do partido da representação do secretário Silvio Pereira contra Babá, Heloísa Helena e Luciana Genro e, posteriormente, João Fontes, fato que ocorre mesmo antes da votação da reforma (BABÁ, 2016, p. 42-43).

De acordo com o deputado federal Babá (2016, p. 43), a intenção era que a expulsão ocorresse antes da votação da proposta de reforma, entretanto, o partido aguarda a efetivação da votação para expulsá-los. Mesmo havendo manifestações contrárias ao processo de expulsão, o Diretório Nacional, nos dias 13 e 14 de dezembro de 2003, efetiva o ato que desliga Heloísa Helena, Babá, Luciana Genro e João Fontes do PT.

Chico de Oliveira, um dos fundadores do partido, rompe com o PT alegando não ter votado nas eleições presidenciais o programa político que estava sendo conduzido em matéria de política econômica, a reforma da previdência e demais ações que fugiam do até então defendido pelo partido (POMPÊO, 2007). As correntes políticas a que pertenciam Babá e Luciana Genro, Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) e Movimento Esquerda Socialista (MES), respectivamente, consideraram-se expulsas do partido em vista do acontecido nos dias 13 e 14 de dezembro. A Democracia Socialista (DS), corrente a qual Heloísa Helena era vinculada, decide permanecer no PT, ainda assim, militantes dessa corrente se desfiliaram do partido em apoio a Senadora (POMPÊO, 2007, p. 6).

Em meio a essa trama, tem-se a influência do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) para a formação do PSOL. Segundo Pompêo (2007, p. 6), o PSTU cogitava a ideia de formação de um novo partido, o que o levou a se aproximar de setores de esquerda do PT em 2002 e reunir-se com a direção das tendências petistas MES e CST em 2003. Ainda em 2003, no Fórum Social Brasileiro, o PSTU convocou plenária para a criação de um movimento para formação de um novo partido, que ficou conhecido como “Movimento por um Novo Partido Socialista”, contudo, esse movimento logo perde força e se extingue.

No dia 19 de janeiro de 2004, no Rio de Janeiro, ocorreu encontro em que participaram membros de correntes políticas, pessoas ligadas a movimentos sociais e parlamentares, ocasião em que é elaborado e aprovado um documento pela formação de um novo partido. Os signatários do Esquerda Socialista e Democrática (ESD) são os parlamentares expulsos do PT (SILVA, 2011, p. 23), “a CST, o MES, representantes do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), do C-SOL²⁸ e de organizações menores, como o Socialismo Revolucionário (SR)” (POMPÊO, 2007, p. 7).

Conforme Babá (2016, p. 48), aconteceu nos dias 5 e 6 de junho de 2004 o Encontro Nacional do novo partido, que passou a ser chamado Partido Socialismo e Liberdade. No encontro foram definidas a Executiva Nacional, o Diretório Nacional, o programa e o estatuto provisórios. O surgimento do partido, em 2004, iniciou a tarefa de organização nos estados federados e coleta das 438 mil assinaturas para obter seu registro definitivo²⁹ (BABÁ, 2016, p. 48), reconhecimento oficial que é conquistado em 15 de setembro de 2005³⁰. O PSOL, dessa maneira, surgiu a partir da ruptura ocorrida no Partido dos Trabalhadores, movimento que toma impulso pela adesão de outros setores que viram no surgimento de um novo partido uma alternativa político-eleitoral para a classe trabalhadora.

Em 2005, veio à tona o escândalo de corrupção que envolvia a compra de voto de parlamentares, esquema que ficou conhecido como Mensalão. Tal evento ocorreu no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva e desestabilizou o PT, fazendo com que, em 2005, houvesse uma nova onda de rupturas. Aconteceu em São Paulo, nos dias 24 e 25 de setembro, a primeira Assembléia Nacional e Popular da Esquerda (ANPE), ocasião em que ao final membros das correntes Articulação de Esquerda (AE) e Democracia Socialista (DS) desfiliam-se do PT e engajam-se no PSOL, informa Pompêo (2007, p. 8).

Paralelamente, também nos dias 24 e 25 de setembro, aconteceu o Encontro Nacional Extraordinário, realizado pela tendência Ação Popular Socialista (APS), que decidiu, por intermédio de votação acirrada, romper com o PT e ingressar no PSOL.

²⁸ Sigla referente ao Coletivo Socialismo e Liberdade (C-SOL) (POMPÊO, 2007).

²⁹ De acordo com a Lei nº 9.096/95 e com a Resolução – TSE nº 23.465/15, para obter seu registro um partido político deve ter caráter nacional, o apoio de eleitores não filiados a partido político correspondente a 0,5% dos votos da última eleição geral para a Câmara dos Deputados distribuídos por no mínimo um terço dos estados e ainda com o mínimo de 0,1% do eleitorado tendo votado em cada um desses estados, isso sem incluir no cálculo os votos em branco e os nulos.

³⁰ Informação obtida no website do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partido-socialismo-e-liberdade> Acesso em 07 dez. 2016.

Em um primeiro momento, sua decisão de ingressar no PSOL esteve sob a ideia de “filiação democrática”, o que não lhes conferia os mesmos direitos e deveres de membros filiados ao partido, situação que se alterou em janeiro de 2006, quando o grupo adquiriu caráter pleno dentro do partido (POMPÊO, 2007, p. 8).

Vinculado a sua história e processo de formação, o PSOL é um partido que encarna o ideário de esquerda, expresso em seu estatuto e programa, orientando-se pelas perspectivas de democracia, socialismo e liberdade, viés principiológico em que são rejeitadas ideias totalitárias e regimes de partido único. Em seu programa são apontadas as várias frentes que o partido defende: o combate ao racismo, a defesa dos direitos das mulheres, a defesa de perspectivas e direitos LGBT e a defesa da classe trabalhadora, para citar algumas.

De acordo com o site do TSE, o PSOL possui 122.537³¹ eleitores filiados distribuídos pelo território brasileiro e apresenta a terceira maior taxa de crescimento de filiação partidária. As duas primeiras posições são ocupadas pelos partidos Solidariedade e Partido Republicano da Ordem Social (PROS). Quando o PSOL iniciou sua trajetória eleitoral, em 2006, o seu número de filiados era de 5.571, o que correspondia a 0,004% do montante de eleitores filiados a partidos políticos no Brasil. A taxa de crescimento de eleitores filiados ao partido foi sempre crescente para os períodos com intervalo de dois anos. Em 2008, o PSOL contava com 29.969 filiados e em 2010, com 41.225, o que correspondia a, aproximadamente, 0,3% dos eleitores filiados a algum partido. Em 2012, seis anos após sua primeira experiência nas urnas, o partido contava com 67.064 eleitores filiados, correspondente a, aproximadamente, 0,44% dos eleitores que são filiados a algum partido. Em 2014, ano da última eleição em que o partido disputou o cargo de chefe do Executivo, haviam 91.252 eleitores filiados, valor que correspondia a, aproximadamente, 0,6% dos eleitores filiados a partidos políticos³². Apesar de sempre ter tido uma taxa crescente de eleitores filiados, o PSOL é um partido pequeno e com pouca expressão em termos de filiados e em termos de desempenho eleitoral.

O PSOL é um partido que surgiu há pouco tempo na cena política brasileira, conquistou algum espaço por meio da competição pela Presidência da República com Heloísa Helena (6,85% dos votos válidos na eleição de 2006, por exemplo), elegeu

³¹ Valor obtido no website do TSE. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados> Acesso em 4 de Jan. 2017.

³² Dados obtidos no website do TSE. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/> Acesso em 28 set 2017.

deputados federais, estaduais e disputou o segundo turno nas eleições de duas capitais brasileiras em 2014. No Rio de Janeiro (RJ), Marcelo Freixo (PSOL) disputou o segundo turno com Marcelo Crivella (PRB) e em Belém (PA) Edmilson (PSOL) disputou o segundo turno com Zenaldo Coutinho (PSDB).

A legenda (PSOL), entretanto, parece se diferenciar dos partidos sem representação que existem em função do fundo partidário destinar uma parte de sua verba a eles³³. Tais partidos sobrevivem não porque tem representatividade entre os (as) eleitores (as) ou porque são competitivos em termos eleitorais, mas pelo fato do fundo partidário distribuir 5% de sua verba total igualmente a todos os partidos registrados (SAMUELS, 1997).

3.2 Organização interna

Conforme Moraes (2017, p. 82), o desenvolvimento do PSOL se deu pela via da institucionalização de penetração territorial, utilizando uma das categorias de Panebianco (2005) para tal análise. Esse processo acontece quando existe um centro que estimula e controla o desenvolvimento das áreas periféricas do partido. Esse centro foi representado pelos dissidentes do PT na formação do PSOL, os quais imprimiram o movimento que buscou realizar articulações para a ampliação do alcance do partido para outras regiões.

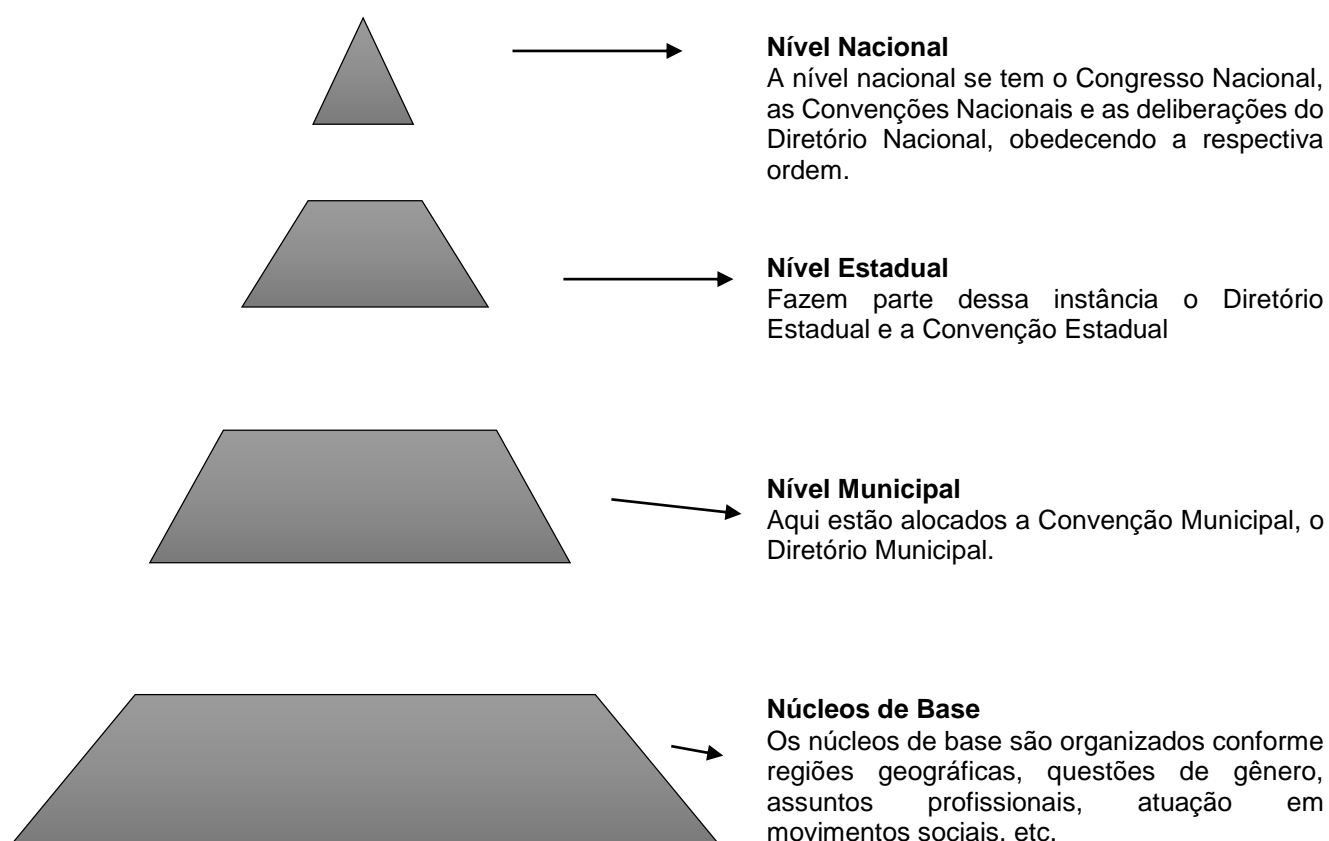
De acordo com o artigo 30 do estatuto do PSOL, os órgãos internos do partido são: Congresso Nacional, Convenção Nacional, Diretório Nacional, Convenção Estadual, Diretório Estadual, Convenção Municipal, Diretório Municipal e Núcleos de Base, esses últimos sendo as unidades mais básicas do partido. No artigo 25 do documento consta que os órgãos do partido devem acatar as resoluções do

³³ Um exemplo desse tipo de partido parece ser o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), sigla pela qual Levy Fidelix concorreu à Presidência da República em 2014. De acordo com reportagem da BBC, no contexto das eleições de 2014, o político também já concorreu a governador, deputado federal, prefeito e vereador, não tendo obtido sucesso em nenhuma das ocasiões. Com relação ao Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário), a distribuição dos recursos é dada da seguinte forma: 5% do fundo é dividido igualmente entre todos os partidos políticos devidamente registrados no Tribunal Superior Eleitoral e os 95% restantes são divididos segundo a proporção de votos recebidos por cada partido para a Câmara Federal, explica o TSE. Como o PSOL é ainda um partido pequeno do ponto de vista de cargos conquistados de um modo geral, mas especificamente para a Câmara Federal, o acesso ao Fundo Partidário se dá na proporção da eleição de seus candidatos (as) a essa Câmara. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140929_eleicoes2014_nanicos_reforma_politica_if_r Acesso em 21 set. 2017.

Congresso Nacional, decisões das Convenções Nacionais e do Diretório Nacional, nessa ordem.

De acordo com o estatuto do partido, as instâncias do partido estão dispostas segundo divisões territoriais-políticas e sua organização também obedece essa forma. Elas estão demonstradas na figura a seguir.

Figura 1: Instâncias do Partido Socialismo e Liberdade



Fonte: Elaboração própria a partir do Estatuto do PSOL (2010).

Âmbito Nacional: O órgão supremo do partido político é o Congresso Nacional que, pelo estatuto, deve reunir-se de dois em dois anos salvo realizações extraordinárias. O Congresso Nacional é convocado pelo Diretório Nacional e composto por ele e por delegados que são eleitos em plenárias dos Núcleos de Base obedecendo a regra da proporcionalidade. As resoluções do Congresso Nacional devem ser acatadas por todas as instâncias do partido, não havendo outra alternativa senão a convocação de outro Congresso para o estabelecimento de resoluções diferentes. É responsabilidade do Congresso Nacional eleger os membros do Diretório Nacional (61 titulares e 13 suplentes), membros da Executiva Nacional (17 titulares e 6 suplentes). O Diretório

Nacional é o órgão máximo do partido pelo período de dois congressos, cabendo a ele delegar poderes aos órgãos regionais se assim for necessário. A Comissão Executiva do Diretório Nacional é quem dirige o partido por meio das diretrizes aprovadas pelo Congresso, Convenção, Diretório e Comissão Executiva Nacional (ESTATUTO DO PSOL, 2010).

Âmbito Estadual – Os órgãos estaduais, Convenção Estadual e Diretório Estadual, estão dispostos em ordem decrescente de poder, respectivamente. Analogamente ao âmbito nacional, a Convenção Estadual elege o Diretório Estadual, convenção essa que é formada pelo Diretório Estadual e pelos delegados dos Diretórios municipais. Cabe as Convenções Estaduais eleger os candidatos a governador, vice-governador, senadores, deputados federais e deputados estaduais e homologar as candidaturas de prefeito e vereador dos municípios que apresentem candidatos. Também é de responsabilidade dos Diretórios Estaduais a apresentação dos delegados para as Convenções e Congressos nacionais (ESTATUTO DO PSOL, 2010).

Âmbito Municipal – Analogamente, o órgão superior nos municípios é a Convenção Municipal, seguidos do Diretório Municipal e Comissão Executiva Municipal. A Convenção Municipal é formada por todas as pessoas filiadas em condições estatutárias reunidas em plenária. Cabe a Convenção Municipal eleger os delegados para participar da Convenção Estadual e escolher o Diretório Municipal, cabendo a este último escolher a Comissão Executiva Municipal (ESTATUTO DO PSOL, 2010).

Com relação a coalizão dominante e características daqueles que ocupam os mais altos cargos do partido - membros da Comissão Executiva do PSOL - Silva (2013) apresenta um quadro com os nomes que a compuseram nos períodos de 2004-2007, 2007-2009, 2009-2011 e 2011-2013. Silva (2013) informa que a coalizão dominante do PSOL do período em questão foi composta em sua grande maioria por trabalhadores assalariados, não havendo nenhum grande empresário no referido grupo. O autor identifica que o corpo dirigente era composto do que chama de classe média urbana com hegemonia da categoria docente, fato que conferiu parte do nome ao artigo de Silva (2013): “Partido dos professores”.

Silva (2013, p. 90) analisa que “aqueles que são conduzidos aos postos de direção são professores que, como tais, já exercem a função intelectual”, condição

que é preexistente a ocupação das posições de direção do partido. Os dados apresentados pelo autor revelam a alta taxa de escolarização daqueles que ocuparam esses postos, o que levou o autor a concluir que se evidencia elitização dos dirigentes partidários.

A partir dos dados coletados e analisados por Silva (2013, p. 91), conjectura-se que os dois filtros existentes para algum indivíduo integrar a coalizão dominante do partido são: experiência política e recursos intelectuais preexistentes. O primeiro está disponível pela possibilidade de todos poderem candidatar-se a cargos públicos, já o segundo é limitador por ser um recurso escasso e que nem todas as pessoas têm acesso.

3.3 Tendências do PSOL

No PSOL, a organização interna dos militantes é dada pelo estabelecimento de tendências, ou seja, grupos formados pelos integrantes do partido para defender teses, fomentar o debate interno à organização e disputar o poder em torno das perspectivas que orientarão o partido de modo hegemônico. De acordo com o estatuto³⁴ do PSOL em seu capítulo IV, artigo 11, um dos direitos do filiado é o de constituir e/ou pertencer a alguma dessas tendências. Conforme o entendimento de Silva (2013, p. 68), as tendências ocupam “lugar central na estrutura organizativa do partido” e diferentemente de partidos como o PSTU, em que as tendências são apenas “sazonais”, formadas somente antes dos eventos congressuais com sua posterior dissolução, as do PSOL têm caráter permanente (POMPÊO, 207, p.7).

Existem inúmeras tendências que acomodam a massa de integrantes do partido distribuída pelo país, são algumas delas: Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST); Movimento Esquerda Socialista (MES); Nova Era; Insurgência; Somos PSOL; Movimento de Unidade Socialista (MUS); Liberdade, Socialismo e Revolução (LSR); PSOL do Povo; Trabalhadores na Luta Socialista (TLS); Coletivo Rosa-Zumbi; Coletivo Resistência Socialista (CRS); Coletivo Primeiro de Maio; Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL); e Coletivo Ecosocialista Libertário (ECOSOL).

³⁴ Estatuto do PSOL. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-socialismo-e-liberdade-de-6-6.2004> Acesso em 2 fev. 2017.

De acordo com Pompêo (2007, p.12), as principais tendências do PSOL são as que seguem: Ação Popular Socialista, Coletivo Socialismo e Liberdade, Corrente Socialista dos Trabalhadores, Enlace, Movimento Esquerda Socialista e Poder Popular. São tomadas como as mais importantes e majoritárias pelo seu “peso social, político, formulativo e organizativo”, analisa Pompêo (2007, p. 10).

Conforme as posições defendidas por cada uma dessas tendências, elas foram acomodadas em duas concepções por Silva (2013): Bloco de direita e Bloco de esquerda. Entretanto, para um partido que é conceituado como de esquerda no conjunto dos partidos políticos brasileiros (MOURA, 2011; POMPÊO, 2007; SILVA, 2011; SILVA, 2013), englobar suas tendências em dois blocos denominados como “de esquerda” e “de direita” não parece apropriado. Como Silva (2013, p. 70) considera o suposto bloco de direita como a ala do partido que defende um quadro de alianças mais amplo com vistas a viabilidade eleitoral e o suposto bloco de esquerda como os grupos que defendem um quadro de alianças mais restrito e atrelado a questão programática do partido, chamarei o primeiro grupo de Bloco pragmático e o segundo de Bloco programático.

Nesse sentido, os mais importantes grupos considerados parte do Bloco pragmático são a dissidência da APS (dis-APS), dissidência do MES (dis-MES), dissidência do Enlace (dis-Enlace), e militantes integrantes do Movimento Terra e Liberdade (MTL) (SILVA, 2013). Enquanto isso, os grupos considerados pertencentes ao Bloco programático, ao conferir centralidade para as lutas sociais e não para a viabilidade eleitoral, são representados pelo Enlace, CSOL, APS, CST e MÊS (SILVA, 2013).

3.4 A face pública do PSOL

A face pública do PSOL é formada por aqueles integrantes que obtiveram sucesso na competição eleitoral e tornaram-se parlamentares por um ou mais mandatos. Esses parlamentares tornaram-se parte da classe política do país e, portanto, os seus atos e falas quando tornados públicos alcançam uma boa parcela do eleitorado e da sociedade. Hannah Arendt (2005) lembra que algo que se torna público é porque recebe a máxima divulgação possível e que as decisões tomadas e as falas proferidas revelam o autor das mesmas, cabendo a seus interpretadores, ou

seja, a sociedade, o juízo de valor acerca da gama de feitos e de falas realizadas pela sua classe política.

Neste caso, não apenas o autor é revelado, mas também a organização que o dá suporte e pela qual atua. O prestígio, a repulsa, a identificação que se vincula a imagem de um parlamentar influencia o partido a vice-versa, todavia, a dimensão dessa ligação não pode ser estabelecida *a priori* pelo motivo de se estar lidando com uma gama bastante grande de fatores. Pode acontecer que os fatores que influenciam o partido não influenciem determinado parlamentar, ou que as suas ações não sejam vinculadas ao partido, pois é necessário lembrar que a tradição política brasileira conta com o fenômeno do personalismo político.

Quanto aos atos e falas publicizados quando se está falando de uma classe política que provém de um mesmo partido, como aqui se está falando do PSOL, pode ser comum ter um conteúdo de falas e decisões semelhantes, até porque o pertencer a um partido já coloca seus integrantes sob uma série de incentivos e restrições³⁵, tal como a questão da disciplina partidária, da pressão de seus correligionários, pressão das tendências que fazem parte (isso no caso de não serem “independentes”), do eleitorado e do partido como um todo. A seguir, no Quadro 2, é apresentada a face pública do PSOL, ou seja, os parlamentares que foram eleitos para os distintos cargos.

³⁵ Exemplo das restrições é o caso da votação contrária dos antigos petistas Luciana Genro, Babá, João Fontes e Heloísa Helena à reforma da previdência que foi proposta pelo partido que integravam na época (PT), oposição que os leva à expulsão da agremiação.

Quadro 2: Parlamentares eleitos do PSOL

	Herdados do PT	Eleitos em 2006	Eleitos em 2010	Eleitos em 2014
Senado Federal	Heloísa Helena José Nery		Marinor Brito Randolfe Rodrigues	
Câmara Federal	Chico Alencar Luciana Genro Ivan Valente Maninha Babá João Alfredo Fantazzini	Chico Alencar Luciana Genro Ivan Valente	Chico Alencar Jean Wyllys Ivan Valente	Ivan Valente Chico Alencar Jean Wyllys Edmilson Rodrigues Cabo Daciolo
Assembléia Legislativa	Randolfe Rodrigues Brice Bragato Araceli Lemos Afrânio Boppré	Marcelo Freixo Carlos Giannazi Raul Marcelo	Marcelo Freixo Carlos Giannazi Janira Rocha Edmilson Rodrigues	Marcelo Freixo Carlos Giannazi Paulo Ramos Eliomar Coelho Flávio Serafini Dr. Julianelli Edilson Silva Renato Roseno Raul Marcelo Pedro Ruas Fabrício Furlan Prof. Paulo Lemos

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do TSE.

Na face pública do PSOL se encontra a senadora herdada do PT, Heloísa Helena, nascida em 1962 em Pão de Açúcar, município do interior do estado de Alagoas. Atuou como professora na Universidade Federal de Alagoas e iniciou sua trajetória militante ao engajar-se no movimento estudantil e docente, atuando também no movimento sindical. Filiou-se ao PT em 1985 e conquistou seu primeiro cargo político em 1992, quando tornou-se a vice-prefeita de Maceió. Dois anos mais tarde, em 1994, elegeu-se deputada estadual por Alagoas e, em 1998 foi eleita a primeira senadora do estado de Alagoas, trajetória política vinculada ao Partido dos Trabalhadores até o ano de 2003.

Expulsa do PT, junto com outros parlamentares, por votar contra a reforma da previdência proposta pelo partido, a continuidade da trajetória política de Heloísa Helena se dá com o nascimento do PSOL, sendo ela uma das fundadoras da entidade e atuando no primeiro momento da organização como sua liderança no Senado. Foram 11 anos como integrante do PSOL, vínculo que se desfaz em 2015, quando

Heloísa Helena deixa o PSOL para somar-se ao partido de Marina Silva, o Rede Sustentabilidade³⁶.

José Nery nasceu em Pedra Branca, Ceará, e radicou-se no Pará, formou-se em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Sua trajetória militante contou com a experiência de fazer parte do Movimento Eclesial de Base, estudantil, sindical e popular³⁷. Seu primeiro passo na política é como vereador de Abaetetuba em 1997 pelo Partido dos Trabalhadores, cargo que ocupa por dois mandatos. Em 2007 assumiu o posto de senador para cumprir o restante do mandato referente a vaga da senadora Ana Júlia, da qual era suplente. Sua filiação ao PSOL se dá em 2005 e já em 2006 concorre ao posto de deputado estadual pelo partido, não tendo sido eleito.

Marinor Brito nasceu em Alenquer (Pará) em 1959, atuou como professora de Educação Física do ensino médio e fez parte do movimento sindical. Iniciou sua carreira política no Partido dos Trabalhadores, tendo sido eleita vereadora de Belém com a maior votação da cidade em 1996, cargo para o qual foi reeleita em 2000 e 2004. Filiou-se ao PSOL em 2005 e em 2010 assumiu cadeira no Senado em virtude da candidatura de Jader Barbalho (PMDB) ter sido impugnada devido a Lei de Ficha Limpa. Todavia, teve que ceder seu cargo a Jader em 2011 devido a decisão judicial de que a Lei da Ficha Limpa não teria caráter retroativo³⁸.

Randolfe Frederich Rodriguês Alves nasceu em Garanhuns, Pernambuco, em 1972 e mudou-se para o Amapá aos 8 anos de idade. Graduou-se em História pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), em Direito pela Faculdade SEAMA e concluiu MBA em Gestão e Políticas Públicas. Fez parte do movimento estudantil e decidiu seguir os passos do pai entrando para a carreira política. Filiou-se ao PT, partido pelo qual foi eleito deputado estadual do Amapá em 1998 e reeleito em 2002. Deixou o PT para filiar-se ao PSOL em 2005. Em 2006 foi candidato a deputado estadual pelo partido e em 2008 foi candidato a vice-prefeito de Macapá, em ambas as tentativas não obteve sucesso. Em 2010 foi eleito senador, tendo sido o mais votado no estado do Amapá. Em 2010 anunciou sua saída do PSOL para integrar o partido Rede Sustentabilidade³⁹.

³⁶ Informações obtidas pelo seguinte website: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/heloisa-helena-lima-de-morais-carvalho> Acesso em: 21 set. 2017.

³⁷ Informação obtida no trabalho de Silva (2013, p. 75).

³⁸ Informações obtidas pelo seguinte website: <http://marinorbrito.blogspot.com.br/p/perfil.html> Acesso em: 21 set.2017.

³⁹ Informações obtidas nos seguintes websites: <http://blogdorandolfe.com.br/biografia/> e <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5012> . Acesso em 21 set. 2017.

Chico Alencar (Francisco Rodrigues de Alencar Filho) nasceu no Rio de Janeiro em 1949, formou-se em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e conquistou o título de Mestre em Educação pela Fundação Getúlio Vargas. Lecionou no Ensino fundamental e médio nas redes pública e privada, fez parte do movimento estudantil e de associação de moradores⁴⁰ e é professor licenciado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Iniciou sua carreira política no Partido dos Trabalhadores, tendo sido vereador do Rio de Janeiro entre o período de 1989 a 1996, em 1998 foi eleito deputado estadual pelo partido e em 2002 conquista o cargo de deputado federal.

Chico Alencar não rompeu com o PT no mesmo momento em que Babá, Luciana Genro e Heloísa Helena, ainda tentou, juntamente com Plínio de Arruda Sampaio, mudar o rumo que o partido havia tomado por meio de eleição interna para constituir o Diretório Nacional. Não tendo galgado sucesso na empreitada, rompe com o PT em 2005 e filia-se ao PSOL. Em 2006, 2010 e 2014 é reeleito deputado federal pelo PSOL⁴¹.

Luciana Krebs Genro nasceu em Santa Maria (RS), em 1971, e iniciou sua trajetória militante no movimento estudantil. Filha de um político experiente, Tarso Genro, é graduada em Direito e iniciou sua carreira política no PT. Foi eleita deputada estadual em 1994, reelegendo-se em 1998 e em 2002 foi eleita deputada federal pelo partido. Expulsa do PT em 2003 por sua posição crítica ao governo de Lula e as posições que a agremiação política havia tomado, em 2004/2005 ela foi um dos atores políticos a criar o PSOL. Em 2006 ela foi reeleita deputada federal, pelo PSOL, e em 2014 ela foi candidata à Presidência da República, fato que a permitiu participar dos debates televisionados pelos maiores veículos de comunicação do país, divulgando de modo mais amplo a sua figura política e a proposta do partido⁴².

Ivan Valente nasceu em São Paulo, em 1946, e iniciou sua trajetória militante no movimento estudantil, tendo atuado no movimento anti-ditadura brasileiro. É engenheiro mecânico e atuou como professor. Sua carreira política inicia-se no Partido dos Trabalhadores em 1980, partido que integrou até 2005 e do qual é um dos

⁴⁰ Informação obtida no Trabalho de Silva (2013, p. 74).

⁴¹ Informações obtidas no seguinte website: <http://chicoalencar.com.br/w/biografia/>. Acesso em 21 set. 2017.

⁴² Informações obtidas pelo website a seguir: <https://lucianagenro.com.br/bio/luciana-genro/> Acesso em 20 set. 2017.

fundadores⁴³. Ocupou os cargos de deputado estadual entre os períodos 1987-1990 e 1991-1994, deputado federal durante o período de 1995-1998 e 2001-2003, vaga referente ao mandato de 1999-2003 e do qual Valente era suplente.

Valente é reeleito para o mandato de 2003-2007 e em 2005 rompe com o PT para filiar-se ao PSOL. O cargo de deputado federal, exercido no período de 2007-2011, já foi disputado nas eleições pela nova sigla que integrava, o PSOL. Foi eleito, novamente, deputado federal para o período de 2011-2015, mandato que se renova com sua reeleição em 2014 e que se estenderá até 2019⁴⁴.

Maninha (Maria José da Conceição) nasceu em Januária (MG) em 1948. Cursou Medicina na Universidade de Brasília (UNB) e em 1977 foi aprovada no concurso para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Participou do movimento sindical e filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) por alguns meses antes de ingressar no Partido dos Trabalhadores (PT) em 1982. Participou do congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), compondo sua executiva nacional durante o período que vai de 1982 a 1990. Foi eleita deputada distrital do Distrito Federal para o período de 1995-1998 e 1999-2002 e ainda deputada federal para o mandato de 2003-2007 pela sigla do PT. Em 2005 ela deixa o partido para juntar-se com muitos de seus antigos correligionários e ingressar no PSOL⁴⁵.

João Batista Oliveira de Araújo, mais conhecido como Babá, nasceu em Faro (Pará) em 1953, é formado em Engenharia Mecânica, possui mestrado em Planejamento Urbano pelo IPUR/UFRJ e é docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Participou do movimento sindical e engajou-se no Partido dos Trabalhadores em 1981, tendo conquistado o cargo de vereador de Belém em 1988, exercendo-o por dois anos. Em 1989 é eleito deputado estadual pelo Pará, sendo reeleito, novamente, em 1994. Nas eleições de 1998 conquistou a vaga de deputado federal, tendo sido reeleito em 2002, mesmo ano em que é expulso do Partido dos Trabalhadores (PT). Babá, após dois anos sem partido, filia-se ao PSOL em 2005⁴⁶.

⁴³ Informação obtida pelo seguinte link:

http://www.liderancapsol.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=50&Itemid=64.

Acesso em 26 abril 2017.

⁴⁴ Informações obtidas pelo seguinte website:

http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=73531 Acesso em 19 set. 2017.

⁴⁵ Informações contidas em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maninha> Acesso em: 20 set. 2017.

⁴⁶ Informações obtidas nos seguintes websites:

http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74349&tipo=1 e <http://psolrj.org.br/parlamentar/baba/> . Acesso em 21 set. 2017.

João Alfredo Telles Melo, conhecido apenas pelos dois primeiros nomes, nasceu em 1958, em Fortaleza (CE). Formou-se em Direito, participou do movimento estudantil da Universidade Federal do Ceará e também dos movimentos sindical, ambientalista e de direitos humanos⁴⁷. Iniciou sua trajetória partidária no Partido dos Trabalhadores em 1980, agremiação pela qual foi eleito deputado estadual do Ceará em 1986 (mandato de 1988-1991), 1994 (1996-1999) e 1998 (2000-2003). Elegeu-se deputado federal em 2003 e em 2005 desliga-se do Partido dos Trabalhadores para filiar-se ao PSOL⁴⁸.

Orlando Fantazzini nasceu em 1958 em Guarulhos (SP), formou-se em Direito pelas Faculdades Integradas de Guarulhos (FIG) e possui especialização em Direito Agrário pela Pontifícia Universidade Católica de Goiânia. Sua trajetória militante é iniciada com o engajamento nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e filia-se ao Partido dos Trabalhadores em 1987. Foi eleito vereador de Guarulhos (SP) em 1988 (1989-1992), 1992 (1993-1996) e 1996 (1997-2000). Ocupou o cargo de deputado federal durante o período de 2000-2003 e é eleito para o mesmo posto em 2002 (2003-2007). Rompe com o Partido dos Trabalhadores em 2005, filiando-se ao PSOL no mesmo ano⁴⁹.

Jean Wyllys nasceu em Alagoinha, Bahia, em 1974. É jornalista, possui Mestrado em Letras e atuou como professor universitário. Na sua adolescência participou da Juventude Estudantil, atuou nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e no movimento LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Ficou conhecido nacionalmente por ter participado e vencido a quinta edição do reality show Big Brother Brasil em 2005. Filiou-se ao PSOL em 2009 e foi eleito deputado federal em 2010 (2011-2015), tendo sido reeleito para o mandato de 2015-2019⁵⁰.

Edmilson Rodrigues é de Belém do Pará, nascido em 1957. Graduiu-se em Arquitetura na Universidade Federal do Pará e possui especialização, mestrado e doutorado. Atuou como professor universitário e iniciou sua trajetória militante no

⁴⁷ Informação obtida no trabalho de Silva (2013, p. 75).

⁴⁸ Informações obtidas pelos seguintes websites:

http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=108204&tipo=0 e <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alfredo-joao>. Acesso em 21 set. 2017.

⁴⁹ Informações obtidas pelo seguinte website: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/orlando-fantazzini-neto>. Acesso em 21 set. 2017.

⁵⁰ Informações obtidas pelos seguintes websites:

http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=160672 e <http://epoca.globo.com/tudo-sobre/noticia/2016/06/jean-wyllys-santos.html>. Acesso em 21 set. 2017.

Partido dos Trabalhadores, tendo sido eleito deputado estadual do Pará em 1986 (1987-1990), novamente eleito para o cargo em 1990 (1991-1994). Foi também prefeito de Belém de 1997 a 2000, sendo reeleito para o cargo para o período de 2001-2004. Em 2005, Edmilson sai do PT para filiar-se ao PSOL e em 2010 volta a ser reeleito para deputado estadual (2011-2014). E, por fim, elege-se deputado federal em em 2014⁵¹.

Cabo Daciolo (Benevenuto Daciolo Fonseca Dos Santos) nasceu em Florianópolis (SC) em 1976. É bombeiro militar e após liderar a greve dos bombeiros no Rio de Janeiro em 2011, filia-se ao PSOL. Nas eleições de 2014 foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro e diante da apresentação de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que procurava modificar a parte do texto constitucional que menciona que “todo o poder emana do povo” para a escrita em que “todo o poder emana de Deus” e por ter saído em defesa dos PMs envolvidos com o desaparecimento de Amarildo de Souza em 2013 é expulso do PSOL em 2015⁵².

Ainda que o quadro abaixo conste os parlamentares das assembleias legislativas, optou-se por apresentar algumas informações da face pública do PSOL apenas do âmbito federal, ou seja, parlamentares que ocuparam/ocupam uma vaga na Câmara Federal ou no Senado. Com as informações apresentadas anteriormente pode-se ver que quase a totalidade da face pública nacional do PSOL iniciou sua carreira política no Partido dos Trabalhadores, trazendo, assim, suas experiências partidárias e militantes para o seio do partido.

Notou-se que esses parlamentares apresentam alta taxa de escolarização, muitos deles e delas sendo professores (as) universitários e que muitos tiveram experiências militantes em movimentos estudantis, religiosos, de juventude, etc. Essas duas características, a de terem feito parte de movimentos e de grande parte do conjunto ter sido filiado ao PT, ressaltam a influência que o PSOL recebe deste partido, inclusive por ter se originado a partir de uma ruptura nele (PT).

Características presentes no Partido dos Trabalhadores como o vínculo com movimentos sociais também fazem parte das tentativas perpetradas pelo PSOL,

⁵¹ Informações disponíveis em: <http://www.edmilsonbritoedrigues.com.br/biografia/> e http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/dep_Detalhe.asp?id=134812 . Acesso em 21 set. 2017.

⁵² Informações disponíveis em: http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/dep_Detalhe.asp?id=178938 e <https://oglobo.globo.com/brasil/cabo-daciolo-um-bombeiro-estranho-no-ninho-socialista-do-psol-15726716> . Acesso em 21 set. 2017.

tendo-se até previsto no Estatuto do partido uma Secretaria de Movimentos Sociais⁵³ que se ocupa da aproximação, diálogo e manutenção dessa relação. A proximidade com os sindicatos também se faz presente, uma vez que o PSOL se declara socialista e defensor de ideias e iniciativas que favoreçam os trabalhadores.

Outra questão que pode ser levantada acerca da ligação/influência do PT sobre o PSOL diz respeito ao pragmatismo eleitoral. Ao tratar dos parlamentares que eram petistas antes de engajar-se no PSOL, Silva (2013, p. 77) afirma que começa nos anos 1990 o processo que leva o PT a preferir a viabilidade eleitoral em vista de questões programáticas e que o PSOL, por ter surgido de uma cisão parlamentar dentro do PT, pode deter essa lógica em algum grau. Entretanto, as formulações de Silva (2013) sobre o assunto devem ser tomadas apenas como hipóteses que dependerão, em última instância, da experiência futura do PSOL para sua verificação.

⁵³ Informação contida no artigo 43 do Estatuto do PSOL aprovado pelo TSE em 14/09/2010. Segue o link: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-socialismo-e-liberdade-de-1-4.2010>. Acesso em 02 maio 2017.

4 O PSOL nas eleições presidenciais

O presente capítulo tem por objetivo o mapeamento do desempenho eleitoral do PSOL nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014. Para isso, são apresentadas estatísticas descritivas acerca das votações do partido para as referidas eleições, em que se apresenta a votação mínima e máxima, a médias das votações para cada ano, o desempenho do partido nos estados, nas capitais e nas 20 cidades em que o PSOL obteve maior e menor desempenho eleitoral. Isso é feito para o ano de 2006, 2010 e 2014, a fim de verificar as regiões em que o PSOL conquista mais e menos votos.

O capítulo também conta com explanação acerca do instrumento pelo qual as condições socioeconômicas são medidas, o IFDM. Os dados e informações sobre o IFDM e sobre o desempenho eleitoral do PSOL nas eleições presidenciais são importantes por serem os dois pilares a partir dos quais se viabiliza o cálculo do Coeficiente de Pearson para cada ano. Por fim, é exposto e analisado o Coeficiente de Pearson para as eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014.

4.1 Mapeamento do desempenho eleitoral do PSOL na eleição presidencial de 2006

A eleição de 2006 foi a primeira em que o PSOL participou. Desde sua fundação, os esforços de regularização do partido estiveram orientados para a possibilidade de competir nesse pleito eleitoral. A candidata escolhida pelo partido para disputar o cargo máximo da República Federativa do Brasil, o de presidente, foi a alagoana Heloísa Helena, nascida em 1962 e que assumiu a tarefa de concorrer a eleição presidencial de 2006 ao lado de César Benjamin, o candidato a vice-presidente da chapa.

Como destacado no capítulo 3, Heloísa Helena possui uma longa trajetória militante e política, participou do movimento estudantil e sindical, foi uma das fundadoras do PT e, posteriormente, uma das fundadoras do PSOL. Ocupou os cargos de vice-prefeita, deputada estadual e senadora por Alagoas. O candidato a vice-presidente, César Benjamin, é cientista político, jornalista, editor brasileiro e nasceu em 1954 no Rio de Janeiro. Participou do movimento estudantil secundarista, fez frente à ditadura civil-militar brasileira com atuação na luta armada, tendo sido

exilado do país. Ajudou na fundação do Partido dos Trabalhadores, tendo saído da agremiação mais tarde, movimento esse, de adesão e desligamento, que Benjamin repete em relação ao PSOL (MEDEIROS, 2016, p. 27).

Em 2006 é lançada a Frente de Esquerda, uma aliança entre o PSOL, Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), coligação que buscou ser uma alternativa eleitoral para Presidência da República alinhada a perspectiva da classe trabalhadora. Além dos cargos políticos já ocupados e a participação na fundação de dois partidos políticos, o protagonismo de Heloísa Helena incluiu a tentativa de ser a primeira presidente mulher do Brasil na eleição de 2006. Todavia, o curso dos fatos levou Geraldo Alckmin (PSDB) e Lula (PT) para o segundo turno, enquanto a psolista galgou a terceira colocação com 6.575.393 votos, quantidade que representou 6,85% dos votos válidos.

Cabe salientar que o candidato vencedor, Lula, concorria para reeleição e que no pleito de 2002 ele obteve 61,3% dos votos válidos no segundo turno contra 38,7% de seu adversário José Serra⁵⁴. Ele foi o primeiro candidato de um partido de esquerda eleito para a Presidência da República. Quatro anos mais tarde, ele era novamente candidato, competindo com Heloísa Helena, entre outros candidatos, candidata que havia construído sua carreira política pela sigla que Lula concorria, o PT. Para Heloísa Helena, como para o PSOL, uma eleição presidencial era novidade, lembrando que o partido havia conquistado seu registro no TSE no ano anterior, em 2005 (MEDEIROS, 2016, p. 27), ainda que a alagoana já fosse uma política com bastante experiência.

Abaixo são apresentadas estatísticas que foram calculadas a partir da base de dados disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os resultados obtidos dizem respeito a participação de Heloísa Helena (PSOL) na eleição presidencial de 2006 em um total de 5.565 municípios em termos de percentual de votos válidos. Os resultados dos cálculos realizados são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 1 - Estatísticas acerca do percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2006 nos municípios brasileiros

Mínimo	Q1	Mediana	Média	Q3	máximo	Desvio Padrão	Variância
0,16	1,74	2,75	3,3	4,14	24,51	2,37	5,64

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

⁵⁴ Informações obtidas no website do TSE. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/resultado-da-eleicao-2002>. Acesso em 25 set. 2017.

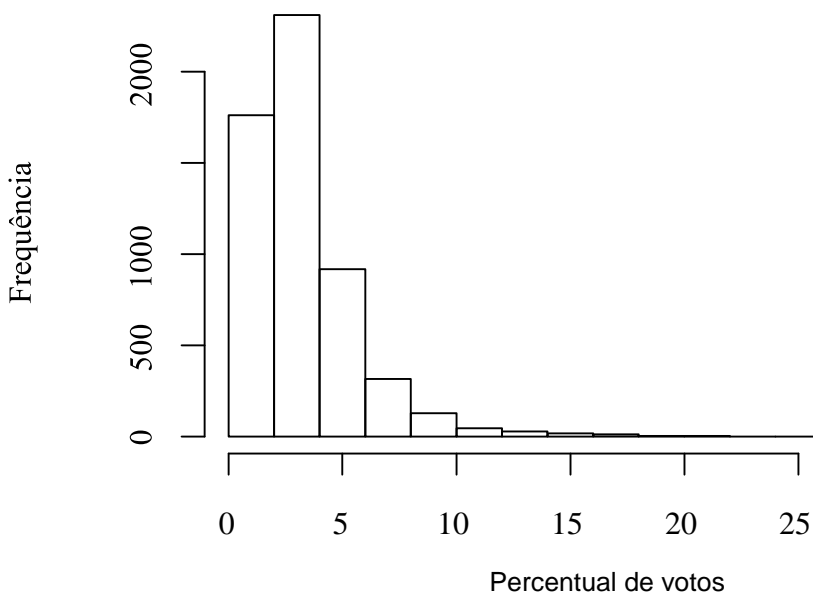
O cálculo da média de um conjunto de dados é feito pelo somatório de todos os seus valores e divididos pelo número de dados. Essa medida contempla todos os dados da amostra ou da população, fato que a faz sensível a valores extremos, sejam eles muito baixos ou muito altos. Já o cálculo da mediana requer que os elementos do conjunto sejam dispostos em ordem crescente. Quando o número de elementos do conjunto for ímpar tal medida é o dado central da amostra/população e quando o número do conjunto for par ela é a média aritmética entre os dois elementos centrais. Diferentemente da média, a mediana é menos sensível a valores extremos, ocupando a posição central em uma distribuição de frequência (BUSSAB e MORETTIN, 2002).

Para o cálculo dos quartis, ordena-se os elementos de forma crescente e os divide em quatro partes iguais. Nesse sentido, o Q1 assumiu o valor de 1,74, o que quer dizer que 25% dos valores analisados estão abaixo deste valor e 75% estão acima. Já o quartil 3 (Q3) assumiu o valor de 4,14, o que significa que 75% dos valores observados estão abaixo desse valor e 25% estão acima (BUSSAB e MORETTIN, 2002).

De acordo com a tab. 1, a média do percentual de votos válidos nos municípios brasileiros foi de 3,3, a mediana foi de 2,75, o menor percentual de votos foi de 0,16% e o maior foi de 24,51. O desvio padrão foi de 2,37 e a variância de 5,64. A menor votação, de 0,16, foi feita no município de Sampaio (TO), a maior, de 24,51, foi obtida em Maceió (AL). O Q1 foi de 1,74 e o Q3 foi de 4,14.

A média (3,3) do percentual dos votos válidos conquistados pelo PSOL em 2006 nas eleições para presidente é maior do que a mediana (2,75), o que expressa que a curva de distribuição tem assimetria positiva, ou seja, a distribuição é assimétrica à direita. Pelo histograma apresentado no gráfico a seguir pode ser vista a distribuição de frequência das votações do PSOL e a assimetria à direita de sua votação.

Gráfico 1 – Histograma⁵⁵ acerca do percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2006



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo TSE

Pelo Gráfico 1, nota-se que em mais de 3.000 municípios o percentual de votos válidos do PSOL esteve entre os valores de 0% a 5% (como demonstram as duas primeiras barras do histograma), frequência que diminui abruptamente quando o intervalo está entre 5% e 10%, continua a diminuir em grande proporção no intervalo de 10% a 15% e torna a ter pouquíssima incidência no intervalo de 15% a 20%, não havendo nenhuma ocorrência acima desse último intervalo. A assimetria à direita reflete o fato de a maior frequência de percentual de votos do partido estar sobre suas votações mais baixas, tendência que não se mantém para valores maiores.

Portanto, é possível verificar que na primeira eleição em que o PSOL concorre à Presidência da República o seu desempenho eleitoral nos municípios brasileiros foi pautado pela ocorrência de baixas votações. O Gráfico 1 mostra que o intervalo em que as votações do PSOL mais ocorrem é o que vai de 0 a 5%, o que expressa que o partido recente não conquistou um volume de votos expressivo nos municípios brasileiros em geral, ainda que Heloísa Helena fosse uma política experiente no cenário político brasileiro.

⁵⁵ Histograma é um instrumento estatístico a partir do qual é possível verificar a frequência da ocorrência de determinado dado. No presente trabalho ele serve para indicar a frequência da ocorrência de votações do PSOL. Informação disponível em: <http://www.portaaction.com.br/estatistica-basica/16-histograma> Acesso em: 26 de set. 2017.

Com relação aos resultados eleitorais do PSOL sob o viés das regiões brasileiras - Sul, Sudeste, Centro-oeste, Norte e Nordeste -, a distribuição regional da votação do partido é apresentada na tab. 2. A votação nominal do partido corresponde ao número de votos válidos conquistados em determinada região e o percentual da contribuição de cada região para o montante obtido nacionalmente é calculado a partir da divisão dos votos nominais válidos obtidos pelo PSOL na região pela quantidade de votos válidos do Brasil, sendo multiplicado por cem o seu resultado.

Tabela 2 – Contribuição das regiões brasileiras para o resultado eleitoral do PSOL na eleição presidencial de 2006 (desprezados os votos no exterior)⁵⁶

Região	Votação nominal do PSOL	% dos votos do partido ⁵⁷
Sudeste	3.671.430	3,82
Nordeste	1.105.430	1,15
Sul	962.078	1
Centro-Oeste	471.835	0,49
Norte	361.326	0,37
Total	6.572.099	6,83

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

A região que obteve maior participação na composição nacional de tal resultado foi a Sudeste, que obteve 3,82% dos votos válidos do Brasil, o que totaliza um valor nominal de 3.671.430 votos. Em segundo lugar, tem-se a região Nordeste, em terceiro a região Sul, em quarto a Centro-oeste e por último a região Norte. Cabe ressaltar que a quantidade de votos válidos em cada região influenciou na contribuição de cada uma dessas para obtenção do valor nacional e, portanto, esperava-se que a região que possuísse maior quantidade de eleitores fosse também a que mais contribuísse em número de votos para a composição votação nacional do PSOL, como se mostrou o

⁵⁶ A diferença entre o valor total da tab.2 (6.572.099) e o total de votos obtidos por Heloísa Helena (6.575.393) se dá em função dos votos obtidos por ela no exterior, que são desprezados por não fazer parte do objeto de análise, as regiões brasileiras. Analogamente, nas tab. referentes as eleições presidenciais de 2010 e 2014, a soma dos votos e o percentual correspondente estará levando em consideração os votos nas regiões brasileiras, que foram calculados a partir da base de dados disponibilizada pelo TSE.

⁵⁷ Estes valores foram calculados a partir de regra de três em que se utilizou o número de votos válidos nominais do país na referida eleição (95.996.733) e o valor nominal obtido pelo partido em determinada região. O primeiro número corresponde a 100% e o segundo corresponde a variável X (%).

caso da região Sudeste. A seguir é apresentada a tab. 3, com as estatísticas de eleitorado.

Tabela 3 – Número de eleitores votantes por região na eleição presidencial de 2006

Região	Número de eleitores	%
Sudeste	54.944.898	43,65
Nordeste	34.133.740	27,13
Sul	19.040.335	15,13
Centro-Oeste	8.890.686	7,08
Norte	8.817.460	7,01
Total	125.827.119	100

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

Conforme o esperado, as tab. 2 e 3 apresentam a mesma ordem com relação as regiões do país, sendo que ambas em ordem decrescente: tanto no que se refere ao número de votos recebidos pelo partido (tab. 2) e de eleitores que cada região detêm (tab. 3). O Sudeste abrange 43,65% do eleitorado brasileiro, tendo sido também a região que contribuiu com 3,82% dos votos válidos nacionais, o maior valor dentre as regiões. O Nordeste aparece em segundo lugar, sendo responsável por 27,13% do eleitorado brasileiro e onde o PSOL galgou sua segunda maior votação, 1,15% dos votos válidos nacionais. Na região Sul o percentual de eleitorado corresponde a 15,13% e a votação da agremiação foi de 1%. As regiões Centro-Oeste e Norte têm um eleitorado de aproximadamente 7% e o percentual de votos recebidos nessas regiões foi de 0,49% e 0,37% dos votos válidos nacionais, respectivamente.

De modo diferente, a tabela a seguir (tab. 4) apresenta os votos nominais e o percentual de votos válidos conquistados pelo partido em cada região. Lembrando que esse último valor é obtido dividindo-se os votos conquistados pelo partido na região pelos votos válidos da região e multiplicando-se por 100, assim, o resultado é o percentual de votos válidos do partido na região.

Tabela 4 – O percentual de votos válidos obtido pelo PSOL na eleição presidencial de 2006 nas regiões brasileiras

Região	Nº de votos do partido	% dos votos válidos do partido
Sudeste	3.671.430	6,68
Centro-oeste	471.835	5,3
Sul	962.078	5,05
Norte	361.326	4,1
Nordeste	1.105.430	3,24

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Com os dados apresentados na tab. 4 percebe-se que as regiões em que o PSOL conquistou maior percentual de votos válidos foram a Sudeste e a Centro-oeste, com 6,68% e 5,3% dos votos válidos, respectivamente. De acordo com a tab. 3, o Sudeste foi a região que abrangeu a maior fatia de eleitores brasileiros, representando 43,65% dos votos do país, já o Centro-oeste ocupou a quarta posição com a proporção de 7,01%. Isso indica, portanto, que o maior percentual de votos válidos obtido pelo PSOL foi feito na região que detinha o maior número de eleitores, o Sudeste, por outro lado, na segunda região com maior quantidade de eleitores, o Nordeste, o PSOL obteve seu menor percentual de votos válidos.

Conforme a tab. 4, a votação na região Sul foi de 5,05%, seguida pelos percentuais obtidos no Norte e Nordeste, 4,1% e 3,24%, respectivamente. A região Sul ocupa a terceira posição em ambas as tabelas, o que na tab. 3 significa que foi a 3ª região com maior número de eleitores e, na tab. 4, que na Sul o PSOL teve o terceiro maior percentual de votos válidos. Na região Norte o partido obteve 4,1% dos votos válidos. E, por último, na região Nordeste o partido galgou 3,24% dos votos válidos, região essa que contém a segunda maior parcela do eleitorado brasileiro, com 27,13% do mesmo.

No que diz respeito aos percentuais de votos válidos obtidos pelo PSOL nos estados brasileiros tem-se a tab. 5, em que são apresentados os cálculos de média, mediana, Q1, Q3, valor máximo e mínimo.

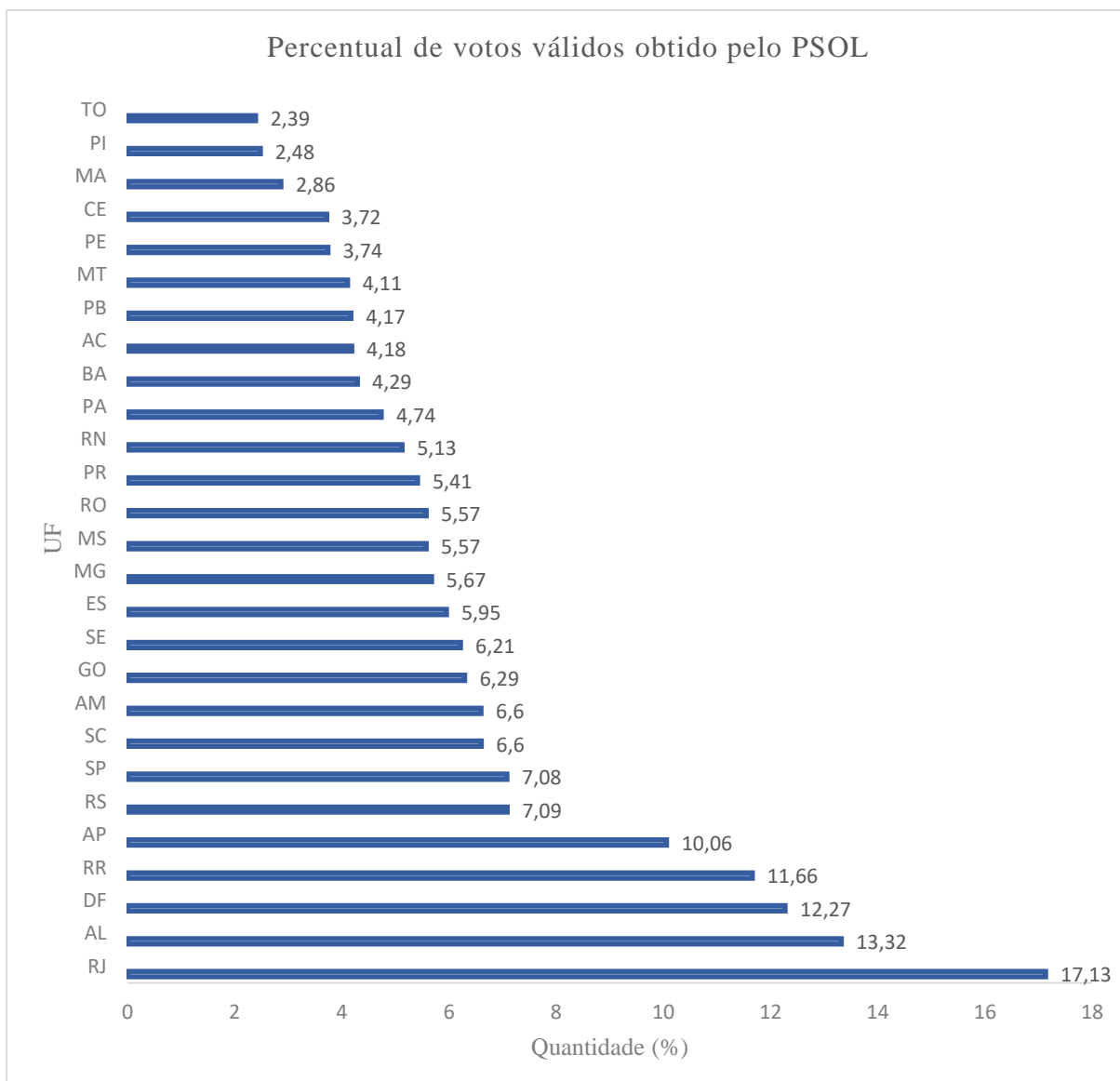
Tabela 5 - Estatísticas acerca dos percentuais de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2006 nos estados brasileiros

Mínimo	Q1	Mediana	Média	Q3	máximo
2,39	4,18	5,57	6,45	6,84	17,13

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

A média dos percentuais de votos válidos alcançados pelo PSOL nos estados brasileiros foi de 6,45, a mediana obteve o valor de 5,57, o valor mínimo foi 2,39 e o máximo foi de 17,13. O primeiro quartil resultou em 4,18, o que quer dizer que 25% dos estados obtiveram votação menor do que esse valor, e o terceiro quartil resultou em 6,84, portanto, 75% dos percentuais de votos válidos obtidos nos estados brasileiros estão abaixo desse número e 25% estão acima. No Gráfico 2, a seguir, são apresentadas as votações percentuais dos estados brasileiros.

Gráfico 2 – Percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2006 nos estados brasileiros



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo TSE.

Quando se olha para o percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL nos estados Brasileiros (Gráfico 2) verifica-se que Rio de Janeiro e São Paulo estão entre os 10 estados com maior votação em termos percentuais, sendo que o Rio é ocupante da primeira posição, com 17,13% dos votos válidos, e São Paulo o 7º lugar com 7,08%. Importante lembrar que esses dois estados brasileiros estão localizados na região Sudeste e que, de acordo com a tab. 3, essa região é a que contém a maior parte do eleitorado brasileiro em 2006. Ressalta-se ainda, que apesar de o PSOL ser um partido com reduzido desempenho eleitoral quando se olha o país de forma

agregada (6,85% dos votos), nos estados se verificam votações mais substantivas, tal como a do Rio de Janeiro e de Alagoas.

Por outro lado, a região Norte tem 3 estados que estão entre os 10 primeiros, Roraima, Amapá e Amazonas, ocupando a 4^a, 5^a e 9^a posições com 11,65%, 10,06% e 6,6% de votos válidos em cada estado, respectivamente. Nas 10 primeiras colocações a região Sul é representada pelo Rio Grande do Sul na 6^a posição e Santa Catarina na 8^a, com 7,08% e 6,6%, respectivamente. O Centro-oeste conta com o Distrito Federal na 3^a posição e Goiás na 10^a, com 12,27% e 6,29%, respectivamente. E, por fim, Alagoas representa a região Nordeste nas 10 primeiras colocações ocupando a 2^a posição com 13,31% dos votos no estado. Portanto, a região Norte contou com 3 estados nas 10 primeiras posições, sendo seguida pela Sudeste e Sul, ambas com dois estados cada uma.

Com relação a votação do PSOL nas capitais dos estados brasileiros seguem os cálculos de média, mediana, Q1, Q3, máximo e mínimo na tab. 6.

Tabela 6 - Estatísticas acerca dos percentuais de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2006 nas capitais brasileiras

Mínimo	Q1	Mediana	Média	Q3	Máximo
4,34	8,16	9,8	10,66	11,85	24,51

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

A média das votações obtidas nas capitais brasileiras corresponde a 10,66, um valor mais do que três vezes maior que a média geral das votações percentuais obtidos pelo PSOL nos municípios brasileiros (tab. 1), e a mediana obtida foi de 9,8. Palmas (TO) foi a capital que conquistou o valor mínimo, de 4,34, e o máximo de 24,51 ficou com Maceió (AL). 25% das votações nos estados estão abaixo do valor de 8,16 (Q1), 75% estão abaixo de 11,85 e 25% estão acima deste último valor. Verifica-se que a média das votações percentuais nas capitais brasileiras é, aproximadamente, 3 vezes maior do que a média geral (tab. 1), o que pode estar ligado a característica de as capitais serem centros urbanos.

Na tab. 7 são apresentadas as votações percentuais do PSOL conquistadas nas capitais brasileiras.

Tabela 7 – As votações do PSOL na eleição presidencial de 2006 nas capitais brasileiras

	UF	Capital	Eleitorado	Votos Válidos	Votos Nominais	%
1.	AL	Maceió	476.691	378.759	92.831	24,51
2.	RJ	Rio de Janeiro	4.534.940	3.392.799	692.272	20,40
3.	SC	Florianópolis	288.746	229.443	38.871	16,94
4.	RR	Boa Vista	156.282	125.525	17.973	14,32
5.	RS	Porto Alegre	1.019.126	819.040	113.634	13,87
6.	AP	Macapá	212.539	176.480	22.671	12,85
7.	DF	Brasília	1.655.050	1.347.805	165.420	12,27
8.	SE	Aracaju	347.712	280.950	32.101	11,43
9.	PA	Belém	927.758	749.806	81.022	10,81
10.	MG	Belo Horizonte	1.742.843	1.322.365	141.304	10,69
11.	ES	Vitória	237.554	189.583	19.315	10,19
12.	GO	Goiânia	819.655	649.834	65.204	10,03
13.	RO	Porto Velho	239.787	191.481	19.046	9,95
14.	BA	Salvador	1.657.559	1.276.283	125.022	9,80
15.	RN	Natal	488.322	382.162	36.680	9,60
16.	PB	João Pessoa	430.643	345.314	32.982	9,55
17.	AM	Manaus	995.870	829.523	77.369	9,33
18.	MA	São Luís	615.977	486.125	42.201	8,68
19.	PR	Curitiba	1.217.263	970.986	81.696	8,41
20.	SP	São Paulo	7.953.144	6.282.972	528.061	8,41
21.	MS	Campo Grande	496.172	403.216	31.908	7,91
22.	MT	Cuiabá	356.495	285.976	22.082	7,72
23.	CE	Fortaleza	1.421.936	1.138.829	84.058	7,38
24.	PE	Recife	1.075.408	843.177	58.750	6,97
25.	AC	Rio Branco	193.549	155.043	9.609	6,20
26.	PI	Teresina	470.213	381.620	20.200	5,29
27.	TO	Palmas	122.343	97.927	4.253	4,34

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Conforme a tab. 7, as capitais de Alagoas (Maceió) e do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), estados que obtiveram as primeiras posições na relação dos estados em que o PSOL conquistou maior percentual de votos válidos, ocupam as primeiras posições. Dentre as dez capitais com maior percentual de votos válidos, não se encontrou uma região hegemônica, sendo a região Norte a que obteve três colocações nesse grupo com Boa Vista (RR), Macapá (AP) e Belém (PA), ocupando, respectivamente, a 4ª, 6ª e 9ª posições. O Sudeste é representado na 2ª e 10ª posição pelas capitais Rio de

Janeiro (Rio de Janeiro) e Belo Horizonte (Minas Gerais) e o Sul na 3ª e 5ª posição, pelas capitais Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS).

As 20 cidades em que o PSOL obteve o maior percentual de votos válidos são apresentadas na tabela a seguir. A cidade com a maior votação é Maceió (AL), representado também na tab. 1 pela estatística de votação percentual máxima na eleição em questão. Maceió é a capital do estado em que Heloísa Helena nasceu (AL) e pelo qual ela foi senadora. Desse modo, percebe-se a influência da candidata na cidade e também no estado, uma vez que Alagoas é o segundo com maior percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL.

As elevadas votações⁵⁸ na capital e no estado de Alagoas sugerem duas hipóteses explicativas: a) influência do PSOL no estado de Alagoas e em especial na capital Maceió; b) a influência da candidata Heloísa Helena no estado. Rejeita-se a primeira hipótese já que as votações do PSOL nas eleições presidenciais dos anos de 2010 e 2014 não mantêm a tendência verificada em 2006 (como se verá nos capítulos subsequentes), seja na capital ou no estado de Alagoas, o que confirma a influência da candidata no estado dada sua trajetória militante e política. Na sequência, na tab. 8, são apresentadas as 20 cidades em que o PSOL obteve as maiores votações em termos de percentual de votos válidos.

Tabela 8 – Os 20 municípios em que o PSOL obteve os maiores percentuais de votos válidos na eleição presidencial de 2006

	UF	Município	Eleitorado	Votos Válidos	Votos Nominais	%
1.	AL	Maceió	476.691	378.759	92.831	24,509
2.	RJ	Nilópolis	110.956	92.578	19.592	21,163
3.	RJ	Rio de Janeiro	4.534.940	3.392.799	692.272	20,404
4.	RJ	Mesquita	121.970	95.481	19.459	20,38
5.	RJ	Niterói	333.078	277.026	56.440	20,374
6.	RJ	Seropédica	43.829	34.342	6.516	18,974
7.	RJ	Maricá	65.117	49.867	9.327	18,704
8.	RJ	Campos	311.678	233.590	43.116	18,458
9.	RJ	Iguaba Grande	14.745	11.377	2.091	18,379
10.	RJ	Araruama	74.108	54.093	9.659	17,856
11.	AL	Belo Monte	3.965	2.817	499	17,714
12.	RJ	Cabo Frio	99.804	75.495	13.357	17,693

⁵⁸ Quando se diz “alta votação” se tem como ponto de referência o PSOL e suas votações. Não se está comparando-o com outros partidos políticos.

13.	RJ	Arraial do Cabo	20.468	15.877	2.802	17,648
14.	AL	Senador Rui Palmeira	7.066	4.902	843	17,197
15.	SC	Florianópolis	288.746	229.443	38.871	16,941
16.	RJ	Rio das Ostras	39.331	30.196	5.102	16,896
17.	RJ	Nova Iguaçu	500.226	388.791	65.597	16,872
18.	RJ	São João De Meriti	334.743	262.208	43.995	16,779
19.	RJ	Mangaratiba	28.001	20.791	3.475	16,714
20.	RJ	São Gonçalo	617.268	477.518	79.250	16,596

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Com exceção da 1ª colocação, da 11ª, 14ª e 15ª, todas as outras cidades responsáveis pelas 20 maiores votações do PSOL são provenientes do estado do Rio de Janeiro. A 1ª, 11ª e 14ª posições são cidades de Alagoas e a 15ª do ranking é de Santa Catarina, a capital Florianópolis. A maior votação é de Maceió (AL), 24,5%, e a menor é de São Gonçalo (RJ), 16,59%. Nota-se a grande influência que o partido tem no estado do Rio de Janeiro, pois com exceção de quatro cidades, todas as outras dezesseis maiores votações foram feitas em municípios do estado. A partir do viés das regiões, se tem, então, a grande participação do Sudeste pelo alto desempenho das cidades do Rio de Janeiro na tabela das 20 cidades com maior percentual de votos válidos.

Já na tab. 9 é apresentada a relação das 20 cidades em que o PSOL obteve suas menores votações em termos de percentual de votos válidos.

Tabela 9 - Os 20 municípios em que o PSOL obteve os menores percentuais de votos válidos na eleição presidencial de 2006

	UF	Município	Eleitorado	Votos Válidos	Votos Nominais	%
1.	TO	Sampaio	2.596	1.871	3	0,16
2.	TO	Recursolândia	2.429	1.775	4	0,23
3.	MA	Belágua	4.389	3.307	8	0,24
4.	MA	Lagoa do Mato	6.720	4.826	12	0,25
5.	PI	São João do Arraial	5.083	3.944	11	0,28
6.	PI	Tamboril do Piauí	2.408	1.745	5	0,29
7.	MA	Feira Nova do Maranhão	4.801	3.688	11	0,3
8.	BA	Buritirama	12.363	8.469	27	0,32
9.	MA	Lago Verde	10.224	6.851	22	0,32
10.	MA	São Félix de Balsas	3.389	2.518	8	0,32

11.	PI	Santa Rosa do Piauí	3.807	2.754	9	0,33
12.	MA	Centro do Guilherme	4.569	2.980	10	0,34
13.	MA	Nova Colinas	3.432	2.621	9	0,34
14.	PI	Sebastião Leal	2.849	2.322	8	0,35
15.	PI	Alvorada do Gurguéia	3.259	2.470	9	0,36
16.	BA	Carinhanha	18.302	12.528	49	0,39
17.	BA	Ibiassucê	7.823	5.314	21	0,4
18.	MA	Centro Novo do Maranhão	7.233	5.300	21	0,4
19.	MA	Peritoró	12.766	8.933	36	0,4
20.	MA	São Roberto	3.646	2.739	11	0,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Os menores valores em termos de percentual de votos válidos foram obtidos no Nordeste, região em que são encontradas 18 das 20 menores votações do partido. As outras duas menores votações estão localizadas na região Norte, essas por sua vez ocupam as duas primeiras colocações. Verifica-se, então, a grande participação da região Nordeste nas menores votações percentuais do PSOL, as quais se concentram em municípios dos estados da Bahia, Maranhão e Piauí.

Conforme a tab. 9, é notável que esses municípios têm um eleitorado bastante diminuto. Dos 20 municípios listados, o que tem a maior quantidade de eleitorado é Carinhanha (BA), com um total de 18.302 eleitores, sendo que a média do número de eleitores desses municípios gira em torno de, aproximadamente, 6.000 eleitores. De modo contrário, a média do eleitorado dos 20 municípios que obtiveram os maiores percentuais de votos (tab. 8) foi de, aproximadamente, 400.000.

Desse modo, verifica-se que a região Sudeste foi a que mais contribuiu para o montante de votos nacionais conquistados pelo PSOL e onde o partido obteve maior percentual de votos válidos na eleição presidencial de 2006, tendo a participação de dois estados entre os dez com maiores percentuais de votos alcançados, duas capitais entre as dez com maiores percentuais de votos e teve participação hegemônica, por meio dos municípios cariocas, nas votações dos vinte municípios em que o PSOL obteve os maiores percentuais de votos válidos no Brasil. A região Norte foi representada por três estados nos 10 com maiores percentuais de votos e galgou 3 posições dentro do grupo das dez capitais com maiores votações percentuais. Ainda

assim, o Nordeste apareceu sob o nome de dois municípios nas menores votações percentuais do Brasil, participação que compartilhou com a região Nordeste.

A região Sul foi a terceira no maior patamar de percentual de votos válidos do Brasil, atrás de Sudeste e Centro-Oeste, respectivamente. Dois de seus três estados estiveram presentes entre os dez estados em que o PSOL conquistou maiores votações percentuais e duas posições entre os dez melhores desempenhos das capitais brasileiras, uma participação entre os 20 municípios com maiores percentuais de votos válidos do Brasil e nenhuma participação entre as menores votações. Portanto, com o mapeamento das votações do PSOL na eleição presidencial de 2006 se verificou seu maior desempenho nas regiões Centro-oeste, Sudeste e Sul. E quando se olha para as votações das capitais ou para as 20 maiores votações nota-se que elas ocorrem, principalmente, em municípios das regiões Sul e Sudeste.

Verificou-se que a média das votações percentuais cresceu quando o enquadramento foi para os estados brasileiros (6,45), ao invés da média geral das votações (3,3), elevando-se para o patamar de 10,66 quando se trata das capitais brasileiras. Aliado a isso, as maiores e menores votações obtidas pelo PSOL nos municípios sugerem que o partido tendeu a ter um maior desempenho nas cidades mais urbanizadas, tais como pode-se verificar pelo desempenho do partido nas capitais brasileiras.

4.2 Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um índice de acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros realizada pelo Sistema Firjan⁵⁹. Sua base de dados tem por fonte estatísticas oficiais disponibilizadas pelos Ministérios da Educação, Trabalho e Emprego e Saúde brasileiros. Foi criado em 2008 e sua série histórica compreende o intervalo que vai do ano de 2005 a 2013, sendo publicado anualmente com uma taxa de defasagem de, aproximadamente, 4 anos⁶⁰.

⁵⁹ O Sistema Firjan é um representante de todas as indústrias no Estado do Rio de Janeiro e do qual fazem parte sindicatos, colaboradores e estagiários. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/o-sistema-firjan/quem-somos/> Acesso em 26 set. 2017.

⁶⁰ Informações obtidas no website do Sistema Firjan. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifdm/> . Acesso em 03 jul. 2017.

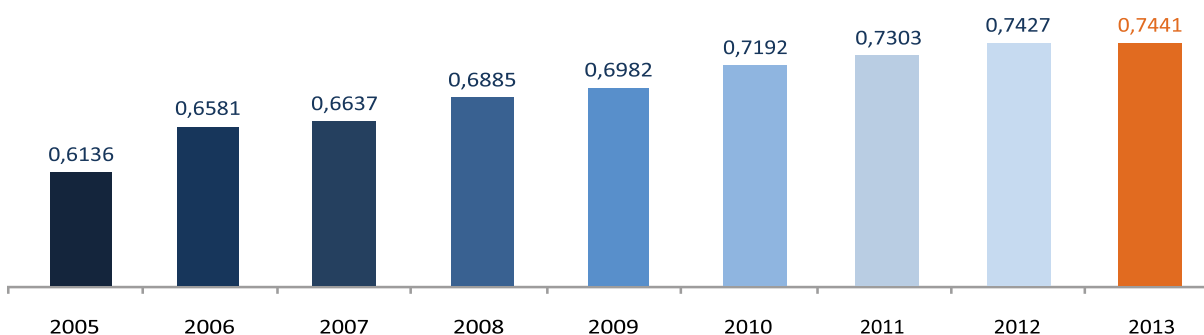
O IFDM engloba as áreas de emprego e renda, educação e saúde, semelhante ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁶¹ que começa a ser calculado para os países a partir da década de 1990. O IFDM varia entre 0 a 1, de modo que quanto mais próximo de 1 o índice estiver maior o desenvolvimento do município. Por outro lado, quanto mais próximo de 0 o índice do município estiver menor é o seu desenvolvimento. O relatório Firjan classifica os municípios em quatro estágios de desenvolvimento, quando o IFDM varia de 0,0 a 0,4 o município é considerado como tendo um baixo estágio de desenvolvimento, de 0,4 a 0,6 com desenvolvimento regular, de 0,6 a 0,8 com desenvolvimento moderado e de 0,8 a 1,0 o município é classificado como tendo um alto desenvolvimento (RELATÓRIO FIRJAN, 2015, p. 12).

Na área de Emprego e Renda os componentes do IFDM são a geração de emprego formal, geração de renda formal, absorção da mão de obra local, salários médios do emprego formal e desigualdade; na área de Educação os componentes são as matrículas na educação infantil, a evasão no ensino fundamental, a distorção idade-série no ensino fundamental, a média de horas-aula diárias no ensino fundamental, a quantidade de docentes com ensino superior no ensino fundamental, resultado do IDEB e a média de horas-aula diárias; na área da Saúde os componentes são o número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causas evitáveis e internação sensível à atenção básica. Portanto, as três variáveis, Emprego e Renda, Educação e Saúde compõe o IFDM geral e todas as três áreas possuem pesos iguais para o cálculo. Ainda assim, elas podem ser observadas separadamente, ou seja, o IFDM Emprego e renda, o IFDM Educação ou o IFDM Saúde (RELATÓRIO FIRJAN, 2015, p. 11).

Quando se olha para o IFDM geral ao longo da série histórica (2005-2013) percebe-se um crescimento constante com tendência a estagnação no final da série, fato que a análise do Relatório Firjan atribui ao mal desempenho econômico que puxa a média entre as três variáveis para baixo. A evolução do IFDM geral do Brasil pode ser observada pelo gráfico 3.

⁶¹ O IDH foi um importante marco na mudança de perspectiva de desenvolvimento, uma vez que antes dessa data e da publicação do primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, a perspectiva de desenvolvimento alicerçava-se no Produto Interno Bruto (PIB). Informações obtidas pelo material disponibilizado pelo IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_introducao. Acesso em 03 jul. 2017. Não é objetivo desta dissertação oferecer uma perspectiva de desenvolvimento, todavia, caso haja interesse por parte do leitor, seguem duas referências: Desenvolvimento Econômico (NALI DE JESUS DE SOUZA, 2011) e Desenvolvimento como Liberdade (AMARTYA SEN, 2001).

Gráfico 3 – IFDM Geral do Brasil para o período de 2005 a 2013



Fonte: Relatório Firjan de Desenvolvimento Municipal

Quando se olha para as votações do PSOL nos 20 municípios em que foram obtidas suas maiores votações percentuais, nota-se que quase todas as cidades são provenientes do Rio de Janeiro, estado localizado no Sudeste, região que “distingue-se por ser a região brasileira com maior presença no estrato superior do ranking brasileiro do IFDM” (FIRJAN, 2015, p. 23). A tab. 8 mostra que os quatro municípios que não são do estado do Rio de Janeiro são de Alagoas e de Santa Catarina. Florianópolis (SC) está localizada no Sul, região que se destaca como a mais desenvolvida do país segundo o IFDM, de modo que quase todos seus municípios estão em estágio moderado ou de alto desenvolvimento (FIRJAN, 2015, p. 23). As outras três cidades são do estado de Alagoas, lembrando que a capital do estado ocupa a primeira posição no grupo dos 20 municípios com maiores votações percentuais.

Percebe-se também o bom desempenho - em relação as suas próprias votações – do PSOL nas capitais brasileiras, as quais estão classificadas com IFDM alto e moderado⁶². Por outro lado, na tab. 9, a das menores votações obtidas pelo PSOL, todos os municípios são provenientes das regiões Norte e Nordeste. Na região Norte, 67,2% das cidades possuem desempenho regular ou baixo ao passo que na região Nordeste são 69,1% que possuem esse mesmo desempenho regular ou baixo, o que faz o Relatório Firjan (2015, p. 9) falar em “um país claramente dividido em dois”,

⁶² Oito delas com alto desenvolvimento e as demais com desenvolvimento moderado para o ano de 2013. Vale lembrar que o IFDM geral de 2013 teve um crescimento baixo em vista da desaceleração econômica que prejudicou a variável Emprego e Renda e o fato de que capitais são mais sensíveis a eventos como esse (FIRJAN, 2015, p. 25).

colocando de um lado as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul e de outro as regiões Norte e Nordeste.

É pelo IFDM que são avaliadas as condições socioeconômicas nesta dissertação. Esse índice, e a respectiva base de dados disponibilizada pelo Sistema Firjan, tem especial importância para este estudo em vista do questionamento feito e do objetivo geral estabelecido. O IFDM dos municípios brasileiros é uma das bases de dados utilizada para a verificação da existência, ou ausência, de correlação entre o desempenho eleitoral do PSOL nas eleições presidenciais e as condições socioeconômicas nos municípios brasileiros, correlação essa que é medida por meio do cálculo do Coeficiente de Pearson.

4.3 Coeficiente de Pearson para a eleição presidencial de 2006

Desse modo, para verificar se existe ou não uma associação entre as duas variáveis, ou seja, entre o desempenho eleitoral do PSOL nas eleições presidenciais que participou e as condições socioeconômicas dos municípios, medidas pelo IFDM, utilizou-se o Coeficiente de Pearson. Esse é um coeficiente que quantifica o grau de associação entre duas variáveis, de modo a descrever “por um único número, a associação (ou dependência) entre duas variáveis” (BUSSAB e MORETTIN, 2002, p. 77). É importante ressaltar que esse coeficiente não mede relações de causa e efeito entre as variáveis, ainda que esse tipo de relação possa existir (LAPPONI, 2005, p. 181).

Esse coeficiente varia entre os valores de -1 e 1, em que -1 representa uma correlação negativa perfeita, ou seja, que as variáveis são inversamente proporcionais (o aumento de uma está associado a diminuição da outra). Se o Coeficiente de Pearson assumir o valor +1 significa que há uma correlação positiva perfeita, de modo que valores elevados de uma variável indicarão uma contrapartida de valores elevados por parte da outra variável, ou seja, diretamente proporcionais. Se o coeficiente assumir o valor zero isso significa que as duas variáveis não estão associadas linearmente (BUSSAB e MORETTIN, 2002, p. 77; LAPPONI, 2005, p. 175-180). Segue abaixo a fórmula pela qual o Coeficiente de Pearson é calculado.

Figura 2: Fórmula pela qual o Coeficiente de Pearson é calculado

Coeficiente de Pearson

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}}$$

Fonte: Fundação Perseu Abramo (2014, p. 1) e o Website de conteúdo estatístico Portal Action, que pode ser consultado pelo seguinte link: <http://www.portalaction.com.br/en/node/1724>. Acesso em 22 set. 2017.

Onde:

x_1, x_2, \dots, x_n = valores assumidos pela variável x .

y_1, y_2, \dots, y_n = valores assumidos pela variável y .

\bar{x} e \bar{y} são as médias aritméticas.

Entre os valores de -1 e +1 existem uma gama de possibilidades para o Coeficiente de Pearson assumir. Se estiver entre 0 e 0,30 significa que há uma fraca correlação entre as variáveis, se estiver entre 0,3 e 0,7 significa que há uma correlação moderada e se o Coeficiente de Pearson for maior que 0,7, isso indica que há uma forte correlação. Se o Coeficiente de Pearson assumir um valor positivo isso indica que as variáveis são diretamente proporcionais, o aumento de uma significa o aumento de outra. De modo contrário, se assumir um valor negativo significa que as variáveis estão associadas de modo inversamente proporcional, de modo que o aumento de uma variável corresponderá a redução da outra⁶³.

Para o ano de 2006 o Coeficiente de Correlação de Pearson assumiu o valor de 0,45, o que indica uma correlação moderada entre as variáveis. O valor encontrado foi positivo, o que significa que as variáveis estão associadas de modo positivo, ou seja, municípios com IFDM elevado estão associados a municípios com desempenho eleitoral elevado (nos termos do PSOL). Portanto, o valor de 0,45 deve ser tomado como o fator pelo qual se dá essa proporção de associação entre as variáveis de desempenho eleitoral do PSOL nas eleições presidenciais e as condições socioeconômicas dos municípios brasileiros (IFDM).

Após encontrado o valor do Coeficiente de Pearson, o segundo passo é verificar se esse valor é estatisticamente significativo e para isso pode-se utilizar o teste de significância. De acordo com Gujarati (2006, p. 104): “um teste de significância é um procedimento em que os resultados amostrais são usados para verificar a veracidade ou a falsidade de uma hipótese nula”. Segue o autor em sua explanação: “a decisão

⁶³ A classificação de fraco, moderado e forte para o valor que o Coeficiente de Correlação pode assumir foi consultada no trabalho desenvolvido pela Fundação Perseu Abramo (2014, p. 1).

de aceitar ou rejeitar H_0 é tomada com base no valor do teste estatístico obtido a partir dos dados disponíveis” (GUJARATI, 2006, p. 104).

Para verificar a significância do Coeficiente de Correlação de Person tem-se a H_0 (hipótese nula) e a H_A (hipótese alternativa). A primeira expressa que o resultado a que se chega é obtido por coincidência e a hipótese alternativa expressa que o resultado a que se chega é devido a uma real correlação entre as duas variáveis utilizadas (nesse caso, portanto, o valor obtido é diferente de zero). A abordagem utilizada para o teste de hipóteses nesse trabalho foi o teste de significância, o teste t (GUJARATI, 2006, p. 102-106).

O valor calculado para o teste t foi de 36,69 e o valor crítico foi de 1,96⁶⁴ para 5.284 graus de liberdade⁶⁵. O t calculado é maior que o t crítico⁶⁶ e, portanto, rejeita-se a hipótese nula de que a correlação entre as variáveis é igual a zero. A associação, na magnitude de 0,45, entre o desempenho eleitoral do PSOL nas eleições presidenciais de 2006 e as condições socioeconômicas (IFDM) dos municípios brasileiros existe, é positiva e estatisticamente significativa.

Pela correlação entre o desempenho eleitoral do PSOL e as condições socioeconômicas nos municípios brasileiros tem-se que o partido teve a tendência de galgar maiores votações nos municípios em que as condições socioeconômicas eram melhores. Aliado a isso, o mapeamento das votações do PSOL sugere que o partido teve melhor desempenho em municípios urbanizados e com médio ou grande eleitorado (tab. 7 e tab. 8) em 2006.

Em 2006 o PSOL era um partido bastante recente, e seu desempenho eleitoral aparece associado, de modo moderado, as condições socioeconômicas (IFDM) dos municípios brasileiros. Uma hipótese explicativa para tal fato pode ser: eleitores com condições socioeconômicas melhores tendem a ser mais informados (lembrando que uma das dimensões do IFDM é o quesito educacional) e acompanhar as informações de conjuntura política, o que os levou a ter conhecimento do novo partido fundado em 2004, cujo discurso girava em torno de ser uma alternativa eleitoral de esquerda em vista do desgaste sofrido pelo Partido dos Trabalhadores.

⁶⁴ Valor obtido pela Tabela D.2 do Gujarati (2006, p. 777).

⁶⁵ Os graus de liberdade se referem a amostra/população (GUJARATI, 2006).

⁶⁶ Como regra geral, para se rejeitar a hipótese nula, o t calculado deve ser maior que o t crítico (GUJARATI, 2006).

4.4 Mapeamento do desempenho eleitoral do PSOL na eleição presidencial de 2010

A eleição de 2010 foi a segunda em que o PSOL participou da disputa pelo cargo de chefe do Executivo. O Brasil havia tido a experiência de dois mandatos do Partido dos Trabalhadores sob o nome de Luís Inácio Lula da Silva. A participação do PSOL se deu sob o nome de Plínio de Arruda Sampaio, candidato à Presidência da República no ano de 2010 pelo PSOL.

Plínio de Arruda Sampaio nasceu em 1930 na cidade de São Paulo e em 1954 graduou-se em Direito pela Universidade Federal de São Paulo (USP). Atuou como advogado e professor e foi filiado ao Partido Democrata Cristão (PDC) no período de 1950 a 1964, quando então os partidos políticos vigentes foram abolidos pelo ato institucional de número 2 (LAMOUNIER, 2015). O advento da Ditadura civil-militar em 1964 faz com que Plínio exile-se no Chile até 1970, ano em que decide ir para os Estados Unidos. Nesse país ele cursou mestrado em desenvolvimento econômico na Universidade de Cornell. Em 1976 voltou ao Brasil e passou a trabalhar na Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁶⁷.

Plínio ocupou o cargo de deputado federal no período de 1963-1964 pelo Partido Democrata Cristão (PDC), filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1981, foi deputado federal no período de 1985-1986 e também atuou como deputado federal constituinte de 1987 a 1991 pelo mesmo partido. A trajetória política de Plínio esteve pautada pela temática da reforma agrária, tendo sido relator da Comissão Especial de Reforma Agrária em 1963 e no tempo que esteve exilado no Chile dirigiu o Departamento de Administração de Reforma Agrária do Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agraria (ICIRA)⁶⁸.

Com o advento do evento que ficou conhecido como mensalão⁶⁹ Plínio desliga-se do PT para ingressar no PSOL. Sendo uma das lideranças do novo partido em 2006 ele disputa o cargo de governador de São Paulo e conquista 2,49% dos votos válidos no estado. Em 2010 Plínio disputa a Presidência da República com Dilma

⁶⁷ Informações disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/plinio-soares-de-arruda-sampaio>. Acesso em 23 maio 2017.

⁶⁸ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/plinio-soares-de-arruda-sampaio> Acesso em 27 set. 2017.

⁶⁹ Conforme Miguel e Coutinho (2007, p. 98), pode ser definido como “pretensa esquema de propinas pagas regularmente a parlamentares federais, com dinheiro público desviado, para que votassem a favor do governo”.

Rousseff (PT), José Serra (PSDB), Marina Silva (PV), dentre outros. Nesse período, o Partido dos Trabalhadores havia dominado o cenário nacional por meio da Presidência da República faziam 8 anos, com a eleição (2002) e reeleição (2006) de Lula. A candidatura de Dilma Rousseff foi a tentativa de manutenção dessa posição, aposta que obteve sucesso com 56,05% dos votos válidos no segundo turno contra 43,95% dos de seu adversário José Serra⁷⁰.

A candidatura de Plínio de Arruda Sampaio obteve 0,87% dos votos válidos do país e contou com a atuação afiada do candidato nos debates eleitorais em rede nacional. A votação obtida por Plínio foi quase 8 vezes menor do que a feita por Heloísa Helena em 2006, o que revelou sua menor influência política eleitoral em relação a Heloísa Helena no país. Abaixo seguem as estatísticas acerca do desempenho eleitoral do PSOL na eleição presidencial de 2010 sob a candidatura de Plínio de Arruda Sampaio. A base de dados utilizada foi a disponibilizada pelo TSE, a qual continha votações do partido em 5.537 municípios brasileiros.

Tabela 10 - Estatísticas acerca do percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2010 nos municípios brasileiros

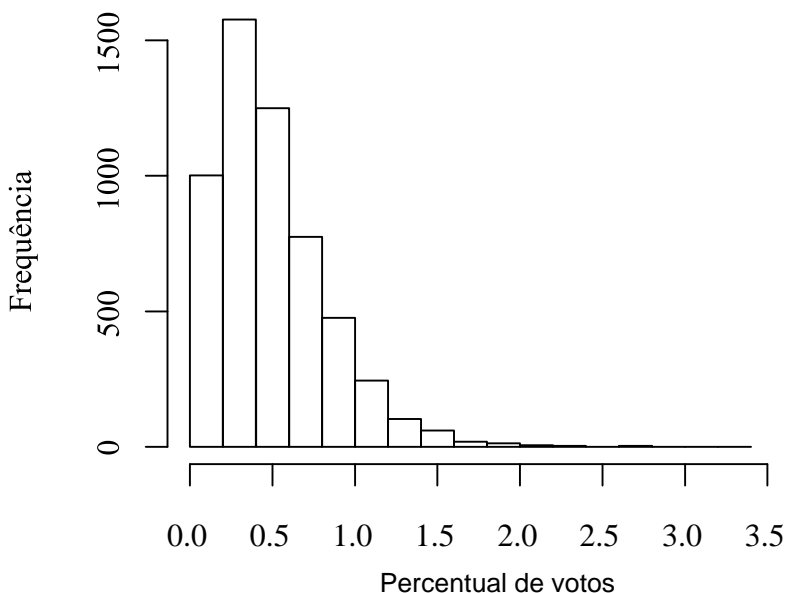
Mínimo	Q1	Mediana	Média	Q3	máximo	Desvio Padrão	Variância
0,017	0,24	0,42	0,49	0,67	3,21	0,34	0,11

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

Conforme a tab. 10, a média do percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL foi de 0,49, um valor bastante pequeno e quase sete vezes menor do que o valor da média obtida em 2006, de 3,3. A mediana foi de 0,42, a votação mínima foi de 0,017 e a máxima de 3,21, muito abaixo do valor da votação máxima de 24,5 do ano de 2006. O desvio padrão alcançou um valor de 0,34 e a variância o valor de 0,11. O Q1 foi de 0,24, o que, analogamente a explicação do ano anterior, significa que 25% das votações do partido estiveram abaixo deste valor, e o Q3 de 0,67, o que significa que 75% das votações obtidas pelo PSOL nos municípios brasileiros estiveram abaixo deste último valor e 25%, acima. A média (0,49) é maior que a mediana (0,42), desse modo, a distribuição tem assimetria positiva, ou seja, assimetria à direita da curva. Tal assimetria na distribuição de frequências pode ser verificada pelo histograma a seguir.

⁷⁰ Informações sobre o percentual de votos válidos na eleição de 2010 foram obtidas no website do G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/apuracao-2-turno/> Acesso em 27 set. 2017.

Gráfico 4 - Histograma acerca do percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo TSE

Pelo Histograma apresentado no Gráfico 4 verifica-se que em mais de 2.500 municípios o percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2010 foi dentro do intervalo 0 e 0,5. A frequência de votações diminui quando o intervalo em questão é o que está entre os valores 0,5 e 1, tendência que continua decrescente no intervalo de 1 e 1,5, tornando-se ínfima no intervalo de 1,5 a 2, para tornar-se muito pequena até chegar a valores nulos dentro do intervalo que vai de 2 a 2,5.

Na tab. 11, apresentada a seguir, são apresentadas as cinco regiões brasileiras e a contribuição de cada uma delas para a votação nacional obtida por Plínio de Arruda Sampaio em 2010. O somatório da contribuição de cada região resulta no montante nacional, 0,87% dos votos válidos nacionais.

Tabela 11 - Contribuição das regiões brasileiras para o resultado eleitoral do PSOL na eleição presidencial de 2010

Região	Votação nominal do PSOL	% dos votos do partido
Sudeste	472.485	0,46
Sul	157.158	0,15
Nordeste	134.011	0,13

Centro-Oeste	70.511	0,07
Norte	51.118	0,05
Total	885.283	0,86

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo TSE

O Sudeste teve, novamente, a maior contribuição para o total nacional, onde 0,46% dos votos nacionais foram obtidos. A segunda posição ficou com a região Sul, onde o valor chegou a 0,15% dos votos nacionais, o Nordeste ocupa a terceira posição com 0,13% dos votos brasileiros, em quarto está o Centro-oeste com 0,07% e por último, a região Norte, com 0,05% dos votos nacionais. Na tab. 12, é apresentada a relação de eleitores por região, o que permite verificar se as regiões que mais contêm eleitores foram as que mais contribuíram para o resultado nacional do PSOL.

Tabela 12 – Número de eleitores votantes por região na eleição presidencial de 2010

Região	Quantidade	%
Sudeste	58.936.436	43,4
Nordeste	36.725.826	27,04
Sul	20.252.770	14,91
Norte	9.990.917	7,37
Centro-Oeste	9.695.987	7,14
Total	135.601.936	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Na tab. 12 são apresentadas as regiões em ordem decrescente conforme o número de eleitores e o quanto isso representa em termos percentuais. A ordem se mantém praticamente inalterada em relação a 2006, exceto pela quarta e quinta posição, já que em 2006 a região Centro-Oeste detinha mais eleitores que a Norte, e em 2010 ocorreu o contrário.

Verifica-se pelas tab. 11 e tab. 12 que a região Sudeste foi a que mais contribuiu para a votação do PSOL e também foi a que possuiu maior número de eleitores. A região Sul foi a segunda que mais contribuiu para a votação do PSOL no Brasil, ainda que tenha estado na terceira posição no que diz respeito as regiões com maior fatia de eleitores. A Nordeste foi a terceira que mais contribuiu para a votação do PSOL (tab. 11) e a segunda em termos de eleitorado (tab. 12). O Centro-oeste foi a quarta que mais contribuiu para a votação nacional do PSOL e a região que teve a menor quantidade de eleitores. A região Norte foi a região que menos contribuiu na soma nacional dos votos do PSOL e a quarta em termos de eleitorado.

Diferentemente da tab. 11, a tab. 13 apresenta o percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL nas regiões brasileiras referentes a eleição presidencial de 2010. Tal como os resultados apresentados para o ano de 2006, os valores abaixo são em relação ao total de votos válidos conquistados na região.

Tabela 13 – O percentual de votos válidos obtido pelo PSOL nas regiões brasileiras na eleição presidencial de 2010

Região	Nº de votos do partido	% de votos válidos do partido na região
Sudeste	472.485	0,8
Sul	157.158	0,77
Centro-Oeste	70.511	0,73
Norte	51.118	0,51
Nordeste	134.011	0,36

Fonte: elaborados e calculados a partir dos dados do TSE

De acordo com a tab. 13, o Sudeste sai na frente novamente com 0,8% dos votos válidos da região, valor bastante abaixo do percentual conquistado em 2006, 6,68%. A segunda região com maior percentual de votos válidos é a Sul, com 0,77% dos mesmos, tendo tomado a segunda colocação da Centro-Oeste em relação a eleição presidencial anterior. A terceira, portanto, é a Centro-Oeste, com 0,73%, a quarta a Norte, com 0,51% e, por fim a região Nordeste, com 0,36% dos votos válidos da região. Nota-se a grande queda do percentual de votos válidos obtidos em todas as regiões quando comparados a eleição de 2006.

Ao comparar a contribuição das regiões para obtenção do percentual nacional de votos válidos (tab. 11) com o percentual de votos válidos obtidos nas regiões (tab. 13) verifica-se que as duas primeiras posições permanecem inalteradas, ocupadas pelas regiões Sudeste e Sul, respectivamente. Isso significa que essas duas regiões foram responsáveis pelas duas maiores contribuições de votos para o resultado nacional e também obtiveram os dois maiores percentuais de votos válidos.

Com relação aos estados brasileiros, segue a tab. 14 com o cálculo das estatísticas de média, mediana, Q1, Q3, valor máximo e valor mínimo.

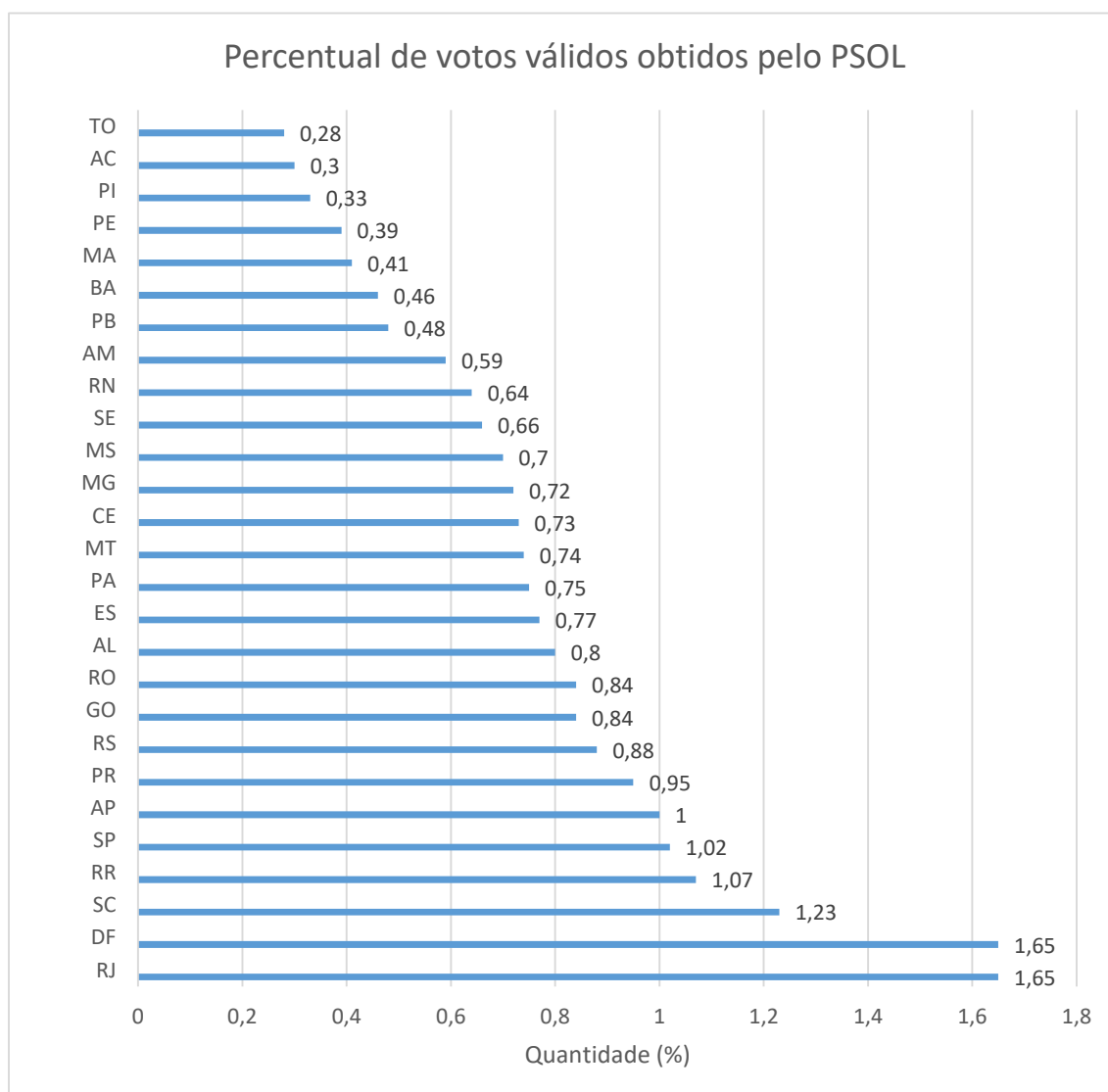
Tabela 14 - Estatísticas acerca dos percentuais de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2010 nos estados brasileiros

Mínimo	Q1	Mediana	Média	Q3	máximo
0,28	0,53	0,74	0,77	0,91	1,65

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

A média das votações nos estados brasileiros na eleição presidencial de 2010 foi de 0,77, a mediana de 0,74, o valor mínimo é representado pelo estado do Tocantins, 0,28, e o percentual máximo de votos válidos foi de 1,65, conquistados no Rio de Janeiro. O primeiro quartil (Q1) obteve o valor de 0,53, portanto, 25% das votações do PSOL nessa eleição presidencial estão abaixo desse valor e 75% estão acima. O terceiro quartil (Q3) assumiu o valor de 0,91, assim, tem-se que 75% das votações percentuais do PSOL são menores que esse valor e 25% são maiores. A seguir seguem os valores percentuais das votações feitas nos estados brasileiros.

Gráfico 5 – Percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2010 nos estados Brasileiros



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados retirados do Website UOL. Disponível em: <https://placar.eleicoes.uol.com.br/2010/1turno/rs/#presidente> Acesso em: 27 set. 2017.

A partir do Gráfico 5 percebe-se a presença de Rio de Janeiro e São Paulo entre as cinco primeiras posições, sendo que o primeiro detém novamente o maior percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL em uma eleição presidencial. Todavia, desta vez o Rio de Janeiro galgou 1,65% dos votos válidos do estado, valor bem abaixo dos 17,13% de votos válidos conquistados na eleição presidencial de 2006. A região Sul está representada pelo terceiro, sétimo e oitavo posto, ocupados por Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, respectivamente. A região Norte conta com

Roraima, Amapá e Rondônia entre as 10 primeiras posições, ocupando a quarta, sexta e a décima posição, respectivamente.

Por outro lado, percebe-se uma concentração de estados da região Nordeste nas últimas posições do percentual de votos válidos galgados pelo PSOL (Gráfico 5). Piauí, Pernambuco, Maranhão, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte obtiveram a 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 9ª menores votações do PSOL em termos percentuais. Os dois menores valores foram ocupados por dois estados do Norte, Tocantins e Acre, respectivamente. Nota-se que o estado de Alagoas caiu bastante nesse ranking, pois em 2006 havia ocupado o posto de segundo estado em que o PSOL havia obtido maior percentual de votos, caindo para a 11ª posição na eleição de 2010.

Se forem comparados os percentuais de votos de 2010 com os 2006, pode-se dizer que a influência e a capacidade de conquistar votos de Plínio foi bem menor do que a de Heloísa Helena. Isso atesta-se, especialmente, quando o exemplo é Alagoas, que em 2006 o percentual de votos conquistado pelo PSOL no estado foi o segundo maior, posição que pulou para a 11ª posição na eleição presidencial de 2010 quando Plínio Sampaio concorreu. Com relação as capitais brasileiras a tabela a seguir apresenta os cálculos de média, mediana, variância, mínimo, máximo e primeiro e terceiro quartil. Ainda que o PSOL se coloque como um partido representante da classe trabalhadora, verifica-se que o voto no partido é personalizado. Isso atesta-se pela diferença entre as votações de Heloísa Helena (eleição de 2006) e Plínio de Arruda Soares (eleição de 2010).

Tabela 15 - Estatísticas acerca dos percentuais de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2010 nas capitais brasileiras

Mínimo	Q1	Mediana	Média	Q3	máximo
0,37	0,95	1,18	1,19	1,43	2,24

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

A média do percentual de votos válidos nas capitais brasileiras foi de 1,19 e a mediana de 1,18. A capital responsável pelo valor mínimo foi Rio Branco (AC), com 0,37 dos votos válidos percentuais, e o valor máximo foi conquistado pela capital Rio de Janeiro (RJ), 2,24 dos votos válidos em termos percentuais. 25% das votações do PSOL estiveram abaixo de 0,95 (Q1) e 75% das votações estiveram abaixo de 1,43 e 25% acima desse último valor. Verifica-se que a média nas capitais brasileiras (1,19)

foi acima do valor da média geral dos municípios (0,49), de modo mais específico, aproximadamente duas vezes maior. A tab. 16, a seguir, mostra o desempenho do PSOL em cada uma das capitais.

Tabela 16 – As votações do PSOL na eleição presidencial de 2010 nas capitais brasileiras

	UF	Capital	Votos Válidos	Votos Nominais obtidos pelo PSOL	%
1.	RJ	Rio de Janeiro	3.376.770	75.665	2,24
2.	SC	Florianópolis	244.694	5.044	2,06
3.	DF	Brasília	1.457.059	24.017	1,65
4.	RS	Porto Alegre	832.788	13.123	1,57
5.	PA	Belém	782.187	11.679	1,49
6.	CE	Fortaleza	1.206.009	17.552	1,45
7.	PR	Curitiba	1.047.851	15.190	1,45
8.	RO	Porto Velho	216.681	3.057	1,41
9.	MT	Cuiabá	306.319	4.149	1,35
10.	GO	Goiânia	703.159	9.428	1,34
11.	AL	Maceió	406.275	5.360	1,32
12.	RR	Boa Vista	145.138	1.799	1,24
13.	AP	Macapá	201.397	2.389	1,18
14.	ES	Vitória	197.060	2.336	1,18
15.	SP	São Paulo	6.639.056	77.939	1,17
16.	RN	Natal	390.120	4.541	1,16
17.	SE	Aracaju	295.402	3.294	1,11
18.	MG	Belo Horizonte	1.404.276	15.447	1,1
19.	MA	São Luís	507.777	5.230	1,03
20.	BA	Salvador	1.339.108	12.928	0,96
21.	MS	Campo Grande	435.035	4.090	0,94
22.	AM	Manaus	917.227	7.294	0,79
23.	PB	João Pessoa	364.780	2.882	0,79
24.	PE	Recife	880.754	5.663	0,64
25.	PI	Teresina	411.308	2.433	0,59
26.	TO	Palmas	112.851	475	0,42
27.	AC	Rio Branco	172.957	650	0,37

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

As votações do PSOL nas capitais brasileiras, apresentadas na tab. 16, mostram a posição de destaque do Rio de Janeiro (RJ), tendo ocupado a segunda posição em 2006 e primeira no pleito de 2010. Todavia, quando se utiliza o viés das regiões, o Rio de Janeiro (RJ) é a única capital do Sudeste entre as dez primeiras colocações. A região Sul, por outro lado, tem todas as suas capitais entre os dez primeiros lugares, sendo que as capitais Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR) assumiram a 2ª, 4ª e 7ª posições, com votações percentuais de 2,06, 1,57 e 1,45, respectivamente.

A região Norte possui duas capitais entre as dez primeiras posições, Belém (PA) na 5ª posição e Porto Velho (RO) na 8ª, e a região Nordeste possui apenas uma capital, Fortaleza (CE), com a 6ª maior votação. A região Centro-Oeste possui duas capitais, Cuiabá (MT) e Goiânia (GO), e o Distrito Federal entre as dez capitais com maior desempenho, ocupando a 9ª, 10ª e 3ª posições, respectivamente.

Entre os menores percentuais de votos válidos nas capitais brasileiras há destaque para as regiões Norte e Nordeste. Os dois menores desses percentuais estão localizados na região Norte, representados pelas capitais Rio Branco (AC) e Palmas (TO), com 0,37 e 0,42, respectivamente. A região Nordeste possui a 3ª, 4ª e 5ª menores votações da tab. 16, que estão representadas pelas capitais Teresina (PI), Recife (PE) e João Pessoa (PB), cada uma com a votação de 0,59, 0,64 e 0,79, respectivamente.

Na tab. 17 encontram-se os vinte municípios brasileiros em que o PSOL conquistou os maiores percentuais de votos válidos. A primeira posição nesse ranking ficou com o município de Urupema (SC), que totalizou um patamar de 3,21 em termos de percentual de votos válidos. Quinze municípios dos 20 melhores desempenhos são provenientes do estado de Santa Catarina, dois municípios estão localizados no Paraná, dois no Rio de Janeiro e um em São Paulo.

Tabela 17 - Os 20 municípios em que o PSOL obteve os maiores percentuais de votos válidos na eleição presidencial de 2010

	UF	Município	Quantidade de Votos Válidos	Votação Nominal	% Votos Válidos
1.	SC	Urupema	1.743	56	3,21
2.	SC	Ibicaré	2.318	70	3,02
3.	PR	Paulo Frontin	4.209	115	2,73

4.	SC	Lacerdópolis	1.587	43	2,71
5.	SC	Atalanta	2.309	61	2,64
6.	RJ	Niterói	287.051	7.554	2,63
7.	PR	Rio Azul	8.153	183	2,24
8.	RJ	Rio de Janeiro	3.376.770	75.665	2,24
9.	SC	Presidente Nereu	1.668	37	2,22
10.	SC	Luzerna	3.860	85	2,20
11.	SC	Santa Rosa de Lima	1.666	36	2,16
12.	SC	Pinheiro Preto	2.068	43	2,08
13.	SC	Major Gercino	2.222	46	2,07
14.	SC	Florianópolis	244.694	5.044	2,06
15.	SC	Agronômica	2.984	61	2,04
16.	SC	Rio Fortuna	3.517	71	2,02
17.	SC	Santa Helena	1.801	36	2
18.	SC	Cunhataí	1.309	26	1,98
19.	SP	Santa Ernestina	3.668	72	1,96
20.	SC	Rio Das Antas	4.393	86	1,96

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

Dezessete dos municípios da tab. 17 estão localizados na região Sul e os três restantes provém da região Sudeste. Ao comparar os 20 maiores desempenhos do PSOL de 2006 com 2010 verifica-se um deslocamento da região Sudeste para a Sul, representado pelos 16 municípios do estado do Rio de Janeiro que haviam composto os vinte melhores desempenhos de 2006 para as 15 posições, que provém de Santa Catarina, que compuseram os vinte melhores desempenhos de 2010. Dezesseis desses vinte municípios contaram com menos de 5.000 votos válidos, o que significa que são municípios com população pouco expressiva.

Em contrapartida, na tab. 18 são apresentados os 20 municípios em que o PSOL obteve os seus menores percentuais de votos válidos. Um total de 15 municípios desse grupo fazem parte da região Nordeste, contagem em que Maranhão, Piauí e Bahia contribuíram com 5, 4 e 4 municípios, respectivamente. A região Norte possui a mesma quantidade de municípios que a Sudeste neste grupo das menores votações, dois cada uma.

Tabela 18 – Os 20 municípios em que o PSOL obteve os menores percentuais de votos válidos na eleição presidencial de 2010

	UF	Município	Qt Votos Válidos	Votação Nominal	% Votos Válidos
1.	PE	Betânia	5.847	1	0,017
2.	BA	Caetanos	5.035	1	0,02
3.	MG	São João das Missões	4.555	1	0,022
4.	MA	Serrano do Maranhão	4.336	1	0,023
5.	MA	Nova Olinda do Maranhão	7.677	2	0,026
6.	MA	Centro do Guilherme	3.728	1	0,027
7.	MA	Santana do Maranhão	3.646	1	0,027
8.	PB	Santa Cecília	3.731	1	0,027
9.	BA	Nova Itarana	3.425	1	0,029
10.	MG	Cônego Marinho	3.476	1	0,029
11.	AM	Itamarati	3.364	1	0,03
12.	PI	Cristalândia Do Piauí	3.219	1	0,031
13.	PI	Campo Largo Do Piauí	3.098	1	0,032
14.	AM	Beruri	5.681	2	0,035
15.	PI	Caldeirão Grande Do Piauí	2.871	1	0,035
16.	PI	Joca Marques	2.769	1	0,036
17.	MA	São Pedro Da Água Branca	5.437	2	0,037
18.	BA	Cravolândia	2.642	1	0,038
19.	BA	Gavião	2.609	1	0,038
20.	MG	Rio Do Prado	2.664	1	0,038

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

A partir do mapeamento do desempenho eleitoral do PSOL bem como das estatísticas apresentadas sobre suas votações verifica-se que na eleição de 2010 o PSOL obteve maior percentual de votos válidos na região Sudeste, tal como na eleição de 2006. O desempenho do partido em 2010 foi bastante pequeno, um total de 0,87% dos votos válidos brasileiros, sendo que a média das votações nos municípios brasileiros resultou em 0,49. A média das votações do partido em 2006 ficou bem abaixo da obtida em 2010, 3,3.

A média do percentual de votos válidos conquistados nos estados brasileiros resultou em 0,77, um pouco acima da média dos municípios no mesmo ano, e bem abaixo da média dos estados brasileiros em 2006, 6,45. Nas capitais brasileiras, a média do desempenho eleitoral do PSOL foi de 1,19, acima da média nos municípios e acima da média das votações nos estados brasileiros, mas ainda sim um valor bastante pequeno. Todavia o padrão de os melhores desempenhos ocorrerem nas regiões Sul e Sudeste se repete

Já com relação aos municípios com os vinte melhores desempenhos eleitorais o ano de 2010 não seguiu o padrão de 2006 e as vinte posições foram realizadas em municípios com baixo número de eleitores. Os vinte municípios com as vinte menores votações também se caracterizam por deterem um reduzido número de eleitores. As vinte maiores votações na eleição de 2010 ocorrem na região Sul com predominância dos municípios do estado de Santa Catarina. E se tem, novamente, a predominância de municípios da região Nordeste no grupo dos vinte municípios com menor desempenho eleitoral.

Na eleição de 2010 fez cinco anos que o PSOL conquistou seu registro junto ao TSE, foi o ano de sua segunda disputa eleitoral para o cargo de chefe do executivo, todavia, seu desempenho eleitoral diminui sob a candidatura de Plínio de Arruda Sampaio, fato que sugere a característica de voto personalizado. Tal fenômeno sugere que o eleitor não tem forte laço com o partido e seu projeto político, mas com a pessoa que concorre ao cargo político.

4.5 Coeficiente de Pearson para a eleição presidencial de 2010

O coeficiente de Pearson para a variável de desempenho eleitoral do PSOL na eleição presidencial de 2010 e as condições socioeconômicas medidas (IFDM) assumiu o valor de, aproximadamente, 0,54. Tal número está dentro do intervalo de 0,3 e 0,7, portanto, correspondente a uma correlação moderada entre as variáveis. O Coeficiente de Pearson obteve um valor positivo, o que expressa que as variáveis são diretamente proporcionais. Dessa forma, em uma magnitude de 0,54, as votações obtidas pelo PSOL na referida eleição estão associadas as condições socioeconômicas dos municípios brasileiros.

O t calculado resultou em 47,76 e o t crítico assumiu o valor de 1,96 com 5.455 graus de liberdade. Da mesma forma que no capítulo anterior, o t calculado é maior

que o t crítico e, portanto, rejeita-se a hipótese nula de ausência de correlação. Nesse sentido, a correlação entre as votações do PSOL na eleição presidencial de 2010 nos municípios e as condições socioeconômicas dos respectivos municípios é existente e estatisticamente significativa.

4.6 Mapeamento do desempenho eleitoral do PSOL na eleição presidencial de 2014

O ano de 2014 marcou a terceira tentativa do PSOL de subir ao Palácio do Planalto, dessa vez com a candidatura da gaúcha Luciana Krebs Genro. Nascida em Santa Maria e tendo sido militante do PT, a candidata ocupou os cargos de deputada estadual e federal pela sigla até ser expulsa por suas convicções ideológicas e ingressar no PSOL. Após a candidatura de Heloísa Helena e Plínio Sampaio, Luciana Genro é a personalidade política que se insere na trama eleitoral e disputa o maior cargo político brasileiro, o de Presidente da República.

A corrida eleitoral contou com uma forte competidora, Dilma Rousseff, que concorria a reeleição e objetivava a manutenção do Partido dos Trabalhadores no poder por mais 4 anos. Já completavam 12 anos que o PT estava no exercício do cargo mais importante do país, com os dois mandatos de Luis Inácio Lula da Silva e o primeiro mandato de Dilma Rousseff. A acreana e ex petista Marina Silva era outra forte candidata, que concorreu pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) na época, e que foi cotada como a grande rival à reeleição de Rousseff.

As pesquisas de intenção de voto Datafolha⁷¹ mostraram em 18 de agosto de 2014 Dilma Rousseff (PT) com 36% das intenções de voto, Marina (PSB) com 21% e Aécio (PSDB) com 20%. No final do mesmo mês de agosto Dilma possuía 35%, Marina 34% e Aécio 14% das intenções de voto, momento em que Marina começa a ser vista como real adversária de Dilma, o que a tornou alvo de inúmeros ataques, a dita propaganda negativa⁷². Com os holofotes das críticas direcionados para Marina Silva, quem acaba passando a candidata nas intenções de voto à véspera da eleição

⁷¹ Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2014/pesquisas-eleitorais/brasil/1-turno/>. Acesso em 05 jul. 2017.

⁷² Para mais informações, ver Negative Campaign Advertising: Demobilizer or mobilizer? (WATTENBERG e BRIANS, 1999)

e indo para o segundo turno com 33,55% dos votos foi o candidato tucano Aécio Neves. Ao final Dilma acaba por ser reeleita em um segundo turno acirrado tendo obtido 51,64% dos votos válidos no segundo turno.

Luciana Genro, por sua vez, obteve 1,55% dos votos válidos do país, uma votação pequena em relação aos outros candidatos e mais do que quatro vezes menor do que a votação nacional obtida por Heloísa Helena em 2006, mas também quase duas vezes maior do que a feita por Plínio Sampaio em 2010. A atuação da candidata nos debates em rede nacional teve a marca do PSOL, performance argumentativa incisiva e crítica, tal como a de Plínio Sampaio e Heloísa Helena. Abaixo seguem as estatísticas acerca do desempenho eleitoral do PSOL em termos de percentual de votos válidos obtidos na eleição presidencial de 2014 nos municípios brasileiros. Utilizou-se a base de dados disponibilizada pelo TSE, que abrangia um total de 5.570 municípios.

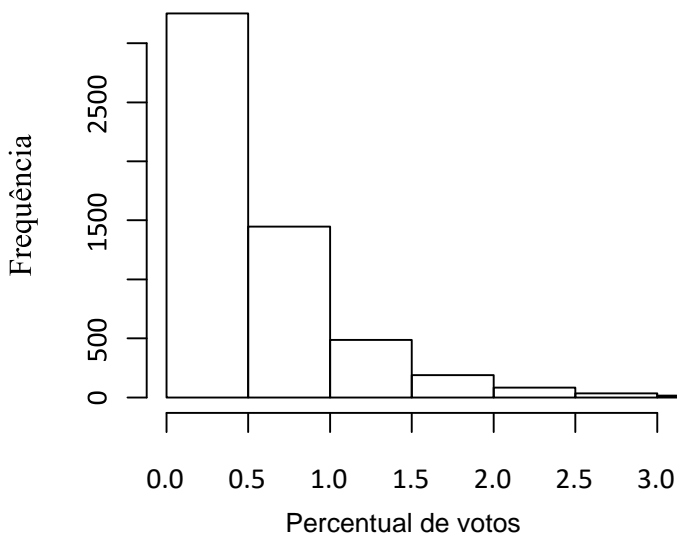
Tabela 19 - Estatísticas acerca do percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2014 nos municípios brasileiros

Mínimo	Q1	Mediana	Média	Q3	máximo	Desvio Padrão	Variância
0	0,22	0,41	0,57	0,73	6,51	0,53	0,28

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

De acordo com a tab. 19, a média do percentual de votos válidos conquistados pelo PSOL nos municípios brasileiros na eleição presidencial de 2014 foi de 0,57, valor acima do realizado em 2010 (0,49) e bastante abaixo do de 2006, 3,3. A mediana assumiu o valor de 0,41, o desvio padrão de 0,53 e a variância de 0,28. A votação mínima foi 0, valor que se repetiu em mais de 50 municípios, e a votação máxima foi de 6,51, conquistada na cidade de Porto Alegre (RS). O primeiro quartil (Q1) indica que 25% das votações do PSOL estiveram abaixo de 0,22 e o terceiro quartil informa que 75% das votações estão abaixo de 0,73 e 25% estão acima deste mesmo último valor. A seguir são apresentadas as frequências das votações do PSOL pelo Histograma referente a eleição presidencial de 2014.

Gráfico 6 – Histograma acerca do percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2014



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo TSE.

Pelo Gráfico 6 pode-se verificar que a maior frequência de votações está entre os valores de 0 e 0,5, de modo que as votações de mais de 3.000 municípios ocorreu dentro desse intervalo. A segunda maior frequência de votações se deu no intervalo que vai de 0,5 a 1, a terceira maior frequência ocorreu entre 1 e 1,5, a quarta entre 1,5 e 2, a quinta entre 2 e 2,5 e a quinta maior frequência esteve entre o intervalo que vai de 2,5 a 3. Há algumas observações que estão acima do valor 3, todavia elas são escassas e imperceptíveis no histograma do Gráfico 6.

Luciana Genro conquistou 1,55% dos votos válidos nacionais na eleição de 2014 e a tab. 20 apresenta a contribuição de cada região para a totalidade desse montante. A região Sudeste ficou na frente das demais regiões com 0,9% dos votos, fato que se repetiu em 2006 e em 2010. A região Sul foi a segunda que mais contribuiu para a soma nacional, com 0,26%, sendo seguido pela região Nordeste, Centro-Oeste e Norte, que obtiveram votações de 0,23%, 0,08% e 0,07%, respectivamente.

Tabela 20 – Contribuição das regiões brasileiras para o resultado eleitoral do PSOL na eleição presidencial de 2014

Região	Votação nominal do PSOL	% dos votos do partido
Sudeste	941.200	0,9
Sul	276.169	0,26
Nordeste	237.157	0,23
Centro-Oeste	82.647	0,08

Norte	71.539	0,07
Total	1.608.712	1,54

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Nas três eleições analisadas, a região Sudeste e a região Norte ocuparam a primeira e a última posições, respectivamente, quando se tratou da contribuição das regiões para obtenção do resultado nacional. No caso do Sudeste, um fator altamente contribuinte é o de ter a maior fatia do eleitorado nacional, ou seja, 43,5% dos eleitores brasileiros localizam-se nessa região (tab. 21). Já no caso do Norte, em 2006 e em 2010 a região estava na última posição em termos de eleitorado, fato que mudou no ano de 2014, quando foi verificado menor número de eleitores na região Centro-Oeste.

Tabela 21 – Número de eleitores votantes por região na eleição presidencial de 2014

Região	Quantidade de eleitores	%
Sudeste	62.041.794	43,5
Nordeste	38.267.351	26,9
Sul	21.117.307	14,8
Norte	10.801.178	7,6
Centro-Oeste	10.238.050	7,2
Total	142.465.680	100

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

Conforme a tab. 21, a região Sudeste é seguida pela Nordeste, Sul, Norte e Centro-oeste, cada uma com uma fatia do eleitorado correspondente a 43,5%, 26,9%, 14,8%, 7,6% e 7,2%, respectivamente. A região Sul, apesar de estar na terceira posição em termos de eleitorado (tab. 21), está em segundo lugar na contribuição de votos para o montante nacional (tab. 20), fenômeno que também foi observado na eleição de 2010. Por outro lado, na tab. 22 são apresentados os percentuais de votos válidos obtidos pelo PSOL nas regiões brasileiras, valores em que a quantidade de votos conquistada pelo PSOL tem por referência a quantidade de votos válidos da região em questão.

Tabela 22 – O percentual de votos válidos obtido pelo PSOL na eleição presidencial de 2014 nas regiões brasileiras

Região	Nº de votos do partido	% de votos válidos na região
Sudeste	941.200	2,12
Sul	276.169	1,71
Centro-Oeste	82.647	1,07
Norte	71.539	0,88
Nordeste	237.157	0,86

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

De acordo com a tab. 22, a região Sudeste e a Sul foram as duas onde o PSOL obteve seus dois maiores percentuais de votos válidos, tal como aconteceu na competição presidencial de 2010. Além disso, as posições ocupadas pelas regiões nessas duas eleições foram as mesmas, sendo diferente da eleição presidencial de 2006, em que o Centro-oeste ocupou a segunda posição, depois do Sudeste e antes da região Sul. As regiões Norte e Nordeste ocuparam a penúltima e última posição, respectivamente, em todas as três eleições. Desse modo, verifica-se que o PSOL possui uma maior influência nas regiões Sudeste e Sul, ainda que suas votações sejam pouco expressivas em relação aos partidos que venceram as eleições.

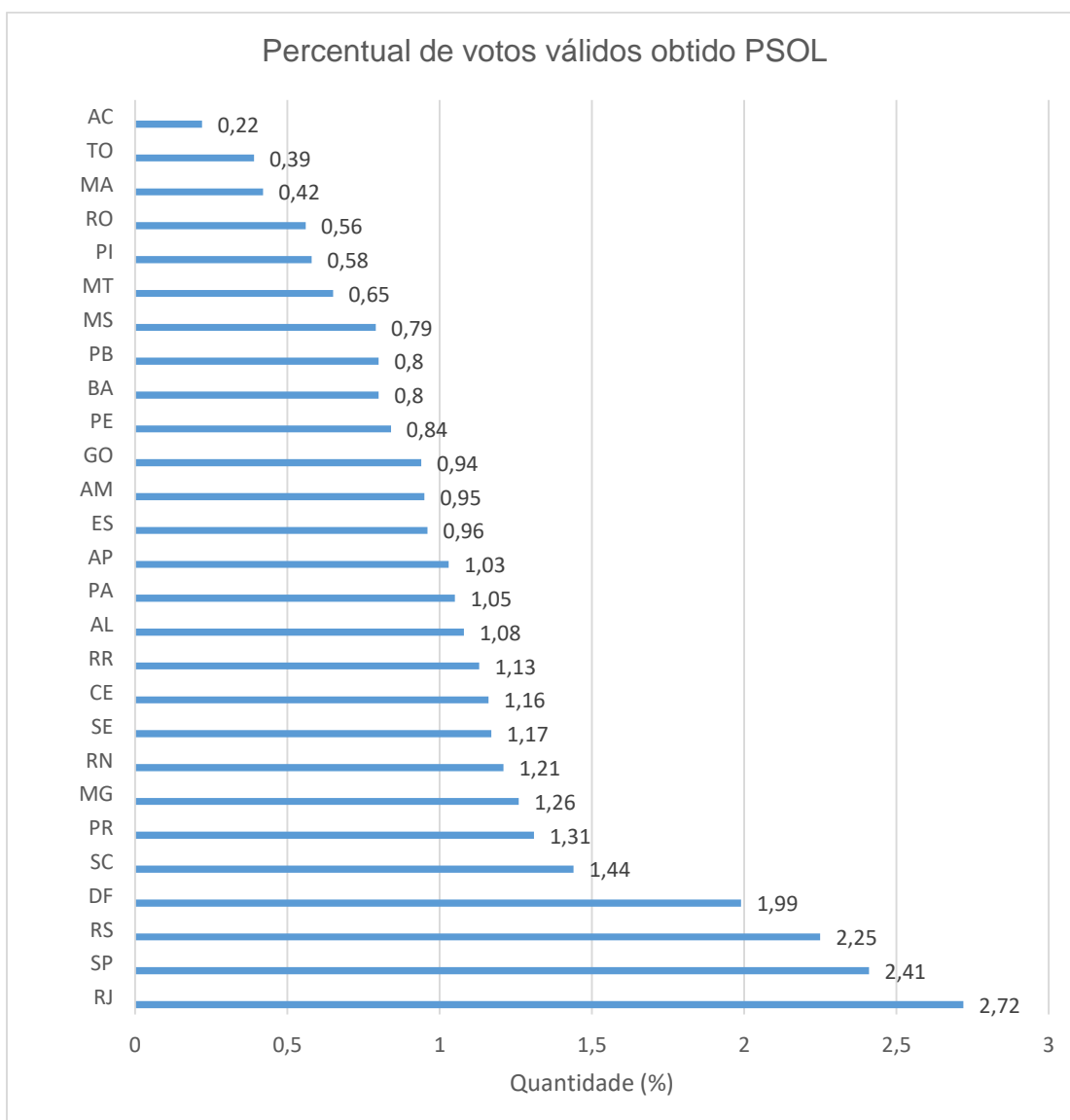
Tabela 23 - Estatísticas acerca dos percentuais de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2014 nos estados brasileiros

Mínimo	Q1	Mediana	Média	Q3	Máximo
0,22	0,79	1,03	1,11	1,23	2,72

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

Conforme a tab. 23, a média das votações percentuais obtidas nos estados brasileiros foi de 1,11, valor acima do obtido na eleição de 2010 (0,77) e bastante abaixo do conquistado na eleição de 2006 (6,45). A mediana foi de 1,03, o valor mínimo obtido foi realizado no Acre, 0,22 dos votos percentuais e o valor máximo foi realizado no Rio de Janeiro, um total de 2,72 em percentual de votos válidos. O primeiro quartil revela que 25% das votações percentuais nos estados estiveram abaixo do valor de 0,79 e o terceiro quartil expressa que 75% das votações nos estados estiveram abaixo do valor de 1,23 e 25% das mesmas acima.

Gráfico 7 – Percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2014 nos estados Brasileiros



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Os percentuais de votos válidos galgados nos estados brasileiros pelo PSOL na eleição presidencial de 2014 estão apresentados no Gráfico 7. Verifica-se que o Rio de Janeiro teve o maior percentual de votos válidos nas três eleições, podendo ser tomado como o estado onde o PSOL tem maior influência em eleições presidenciais. Esse percentual obtido pelo estado variou conforme os candidatos e foi na eleição de 2006 que atingiu seu maior valor, 17,13% dos votos válidos. Já na eleição de 2014, esse percentual correspondeu a apenas 2,72% no estado.

Nas dez primeiras posições as regiões Sudeste, Sul e Nordeste estão representadas por três estados cada. O Sudeste por Rio de Janeiro, São Paulo e

Minas Gerais, ocupando a primeira, segunda e sétima posições com votações de 2,72, 2,41 e 1,26, respectivamente. Todos os estados da região Sul estão entre os dez primeiros, o Rio Grande do Sul ocupa a 3ª posição com 2,25, Santa Catarina ocupa a 5ª com 1,44 e Paraná ocupa a 6ª posição com 1,31. Rio Grande do Norte, Sergipe e Ceará, da região Nordeste, ocupam a 8ª, 9ª e 10ª posição com votações de 1,21, 1,17 e 1,16, respectivamente.

Entre os 10 piores desempenhos feitos pelo PSOL estão a região Norte, Nordeste e Centro-oeste. A primeira está representada pelos estados do Acre, Tocantins e Rondônia, cada qual com 0,22, 0,39 e 0,56 em termos de percentual de votos válidos, respectivamente. A região Nordeste tem cinco estados entre as menores votações, são eles: Maranhão na 3ª posição com 0,42%, Piauí na 5ª posição com 0,58%, Paraíba e Bahia na 8ª e 9ª posições com 0,8% dos votos cada e Pernambuco na 10ª posição com 0,84% dos votos. Mato Grosso, na 6ª posição com 0,65% e Mato Grosso do Sul na 7ª posição com 0,79% dos votos, representam a região Centro-oeste.

Verificou-se que as regiões Sudeste e Sul estão sobrerepresentadas nas maiores votações percentuais dos estados brasileiros ao passo que as regiões Norte e Nordeste estão sobrerepresentadas nos menores percentuais de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2014. Ainda assim, ao olhar as 10 primeiras posições do Gráfico 7 o Nordeste esteve representado pelos estados do Rio Grande do Norte, Sergipe e Ceará. O Centro-oeste teve a participação no grupo dos 10 dos piores desempenhos com Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e nos 10 melhores desempenhos por meio da votação do Distrito Federal.

Tabela 24 - Estatísticas acerca dos percentuais de votos válidos obtidos pelo PSOL na eleição presidencial de 2014 nas capitais brasileiras

Mínimo	Q1	Mediana	Média	Q3	máximo
0,33	1,49	1,97	2,26	2,66	6,51

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

De acordo com a tab. 24 a média das votações percentuais nas capitais brasileiras atingiu 2,26, valor acima do conquistado em 2010 (1,19) e bastante abaixo do auferido em 2006 (10,66). A mediana foi de 1,97, o mínimo obtido em uma capital brasileira foi de 0,33 em Rio Branco (AC) e a maior foi em Porto Alegre (RS), 6,51. O

primeiro quartil mostra que 25% das votações realizadas pelo PSOL estiveram abaixo de 1,49 e o terceiro quartil revela que 75% das votações do PSOL estiveram abaixo de 2,66 e 25% acima desse mesmo valor.

Tabela 25 – As votações do PSOL na eleição presidencial de 2014 nas capitais brasileiras

	UF	Capital	Votos Válidos	Votos Nominais obtidos pelo PSOL	%
1.	RS	Porto Alegre	804.439	52.380	6,51
2.	SC	Florianópolis	244.015	12.072	4,95
3.	RJ	Rio de Janeiro	3.214.698	130.885	4,07
4.	SP	São Paulo	6.228.510	207.319	3,33
5.	PA	Belém	778.566	23.573	3,03
6.	PR	Curitiba	998.646	27.847	2,79
7.	RN	Natal	363.610	9.839	2,71
8.	CE	Fortaleza	1.237.818	32.471	2,62
9.	SE	Aracaju	290.828	7.212	2,48
10.	MG	Belo Horizonte	1.435.784	33.247	2,32
11.	AL	Maceió	400.180	8.857	2,21
12.	BA	Salvador	1.307.604	28.510	2,18
13.	DF	Brasília	1.579.692	31.435	1,99
14.	ES	Vitória	197.675	3.892	1,97
15.	GO	Goiânia	712.039	12.758	1,79
16.	PE	Recife	915.004	16.414	1,79
17.	MT	Cuiabá	311.213	4.997	1,61
18.	PB	João Pessoa	384.521	6.061	1,58
19.	RR	Boa Vista	162.036	2.478	1,53
20.	PI	Teresina	424.057	6.408	1,51
21.	AM	Manaus	991.021	14.688	1,48
22.	AP	Macapá	231.248	3.217	1,39
23.	MS	Campo Grande	451.441	6.142	1,36
24.	MA	São Luís	514.530	6.916	1,34
25.	RO	Porto Velho	231.885	2.964	1,28
26.	TO	Palmas	129.136	1.180	0,91
27.	AC	Rio Branco	198.143	648	0,33

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Segundo a tab. 25 Porto Alegre (RS) e Florianópolis (SC) obtiveram o primeiro e o segundo maior percentual de votos válidos do PSOL entre as capitais brasileiras

e distrito federal, cada capital com de 6,51% e 4,95% de votos, respectivamente. O terceiro lugar é ocupado pelo Rio de Janeiro (RJ), com 4,07%, capital que ocupou o primeiro lugar do ranking das capitais na eleição de 2010 e o segundo na eleição de 2006. Florianópolis (SC), por sua vez, ocupou a segunda posição neste ano de 2014, a segunda no ano de 2010 e a terceira no ano de 2006.

A região Sul teve as suas três capitais entre as 10 primeiras colocações. Porto Alegre (RS) ficou com a 1ª posição, Florianópolis (SC) na 2ª posição e Paraná na 6ª. A região Sudeste também galgou três colocações nas dez primeiras posições, com Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG) na 3ª, 4ª e 10ª posições, respectivamente. O Nordeste está representado nas dez primeiras por Natal (RN), Fortaleza (CE) e Aracaju (SE) na 7ª, 8ª e 9ª posições, respectivamente. A região Nordeste tem apenas a Belém (PA) no grupo das dez primeiras, ocupando a 5ª posição.

Já com relação aos dez menores percentuais de votos que o PSOL obteve, a região Norte está representada pelas capitais Rio Branco (AC), Palmas (TO), Porto Velho (RO), Macapá (AP), Manaus (AM) e Boa Vista (RR). A região Nordeste tem três capitais nesse grupo, são elas São Luís (MA), Teresina (PI) e João Pessoa (PB). A região Centro-oeste está representada apenas pela presença de Campo Grande (MS). Verifica-se a maior presença das regiões Sul e Sudeste nos 10 maiores percentuais e a maior presença das regiões Norte e Nordeste nos menores percentuais de votos conquistados pelo PSOL.

Com relação aos vinte municípios brasileiros em que o PSOL obteve suas maiores votações em termos percentuais, segue a tab. 26. O município com maior percentual de votos foi Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, estado em que Luciana Genro nasceu e começou a sua carreira militante e política. Em 2008 foi a primeira vez que a candidata concorreu a prefeitura de Porto Alegre, obtendo 10% dos votos. Verifica-se, nesse sentido, que Luciana exerceu influência na capital do estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 26 – Os 20 municípios em que o PSOL obteve os maiores percentuais de votos válidos na eleição presidencial de 2014

	Município	UF	Votos Luciana	Votos Totais	% Válido
1.	Porto Alegre	RS	52.380	804.439	6,51
2.	Florianópolis	SC	12.072	244.015	4,95
3.	Niterói	RJ	13.290	274.144	4,85
4.	Rio de Janeiro	RJ	130.885	3.214.698	4,07
5.	Pelotas	RS	7458	187.777	3,97
6.	Viamão	RS	4715	121.413	3,88
7.	São José	SC	4308	111.590	3,86
8.	Esteio	RS	1930	52.060	3,71
9.	Santos	SP	8918	246.521	3,62
10.	São Caetano do Sul	SP	3595	99.573	3,61
11.	Campinas	SP	20299	568.652	3,57
12.	Canoas	RS	6549	185.559	3,53
13.	Araraquara	SP	3960	112.498	3,52
14.	Cachoeirinha	RS	2573	73.591	3,5
15.	São Carlos	SP	4415	126.559	3,49
16.	Sorocaba	SP	11262	329.046	3,42
17.	Alvorada	RS	3429	101.774	3,37
18.	São Paulo	SP	207319	6.228.510	3,33
19.	Poá	SP	2171	66.810	3,25
20.	Gravataí	RS	4298	134.336	3,2

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

Os vinte municípios em que o PSOL obteve os maiores percentuais de votos estão divididos entre o Sul e Sudeste, cada região sendo responsável por dez municípios da tab. 26. Rio Grande do Sul e Santa Catarina são os estados da região Sul de onde provém 50% dos municípios desse grupo, sendo oito do primeiro estado e dois do segundo. Os municípios da região Sudeste estão localizados nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e seguem essa lógica numérica, com uma participação de oito e dois municípios no grupo, respectivamente.

Verifica-se que por ser a gaúcha Luciana Genro a concorrer o cargo da presidência, o Rio Grande do Sul, que não havia integrado as 20 maiores votações percentuais do PSOL em 2006 e 2010, agora integra o grupo dos municípios mais bem votados com a participação de oito municípios. Verifica-se que as cidades onde as maiores votações foram conquistadas têm a característica de serem médias ou

grandes cidades, sendo que a menor delas, Esteio (RS), possuiu um total de 52.060 votos válidos, e a maior com 6.228.510 de votos válidos, São Paulo (SP).

Por outro lado, a tab. 27 é destinada aos vinte municípios com as menores votações percentuais do PSOL na eleição presidencial de 2014. Todavia, ressalta-se que houveram 53 municípios em que o PSOL obteve votação zerada nessa eleição. A região Norte tem quatro estados com municípios com votações nulas, são eles: Amazonas (1 município), Pará (1 município), Roraima (1 município) e Tocantins (12 municípios).

Tabela 27 – Os 20 municípios em que o PSOL obteve os menores percentuais de votos válidos na eleição presidencial de 2014

	UF	Município	Votos Luciana	Votos Totais	% Válido
1.	AM	Guajará	0	4.926	0
2.	BA	Nova Redenção	0	3.874	0
3.	BA	Nova Ibiá	0	3.337	0
4.	MA	Centro Novo Do Maranhão	0	6.767	0
5.	MA	São Pedro Dos Crentes	0	2.537	0
6.	MA	São Roberto	0	2.748	0
7.	MG	Josenópolis	0	2.183	0
8.	MG	São Geraldo Do Baixo	0	2.182	0
9.	MG	Aricanduva	0	2.747	0
10.	MG	Goiabeira	0	2.121	0
11.	MG	Estrela Do Indaiá	0	2.096	0
12.	MG	Fernandes Tourinho	0	1.953	0
13.	MG	Gonzaga	0	3.095	0
14.	MG	Santa Maria Do Salto	0	2.588	0
15.	MG	São José Da Safira	0	2.569	0
16.	MG	Serra Da Saudade	0	800	0
17.	MS	Rochedo	0	2.887	0
18.	MT	Nova Santa Helena	0	1.952	0
19.	MT	Juruena	0	4.032	0
20.	MT	Araguaiana	0	1.641	0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

A região Nordeste tem quatro estados que detém municípios que realizaram votações nulas (amostra de 53 municípios). Dois desses municípios são provenientes

da Bahia, três no Maranhão, dois na Paraíba e nove no Piauí. O Sudeste tem onze municípios com votações nulas, dez deles sendo em Minas Gerais e um em São Paulo. No Centro-Oeste são 5 municípios, onde 1 está no Mato Grosso do Sul e 4 no Mato Grosso. E, por fim, o Sul é representado por 6 votações nulas no estado do Rio Grande do Sul. O fato de nenhum outro candidato presidencial do PSOL ter tido votações nulas em outras eleições sugere que Luciana Genro foi a candidata do PSOL que mais gerou rejeição ou indiferença nos eleitores.

A partir dos dados se verificou que o PSOL possui maior influência no Sudeste, fenômeno que pode ser observado em razão de o partido ter conquistado o maior percentual de votos válidos na região nas três eleições analisadas. Porto Alegre apareceu como a capital em que o PSOL obteve melhor desempenho eleitoral, fato que parece estar vinculado a candidatura de Luciana Genro. Outra peculiaridade é que no grupo dos 20 municípios com maiores desempenhos eleitorais a região Sul apareceu como responsável por 50% destes municípios e na tab. do percentual de votos válidos obtidos nos estados, o Rio Grande do Sul ocupou a terceira posição. Desse modo, há indícios de que esses resultados foram obtidos pelo fato de ter sido Luciana Genro a candidata do PSOL nas eleições presidenciais de 2014.

4.7 Coeficiente de Pearson para a eleição presidencial de 2014

O Coeficiente de Pearson referente as votações do PSOL na eleição presidencial de 2014 e as condições socioeconômicas dos respectivos municípios obtido foi de, aproximadamente, 0,54, o que indica uma correlação moderada entre as variáveis. O valor positivo indica uma tendência moderada aos maiores desempenhos eleitorais por parte do PSOL estarem associados a municípios com elevadas condições socioeconômicas (IFDM)

O t calculado resultou em 47,89 e o t crítico assumiu o valor de 1,96 para 5.515 graus de liberdade. Portanto, rejeita-se a hipótese nula de ausência de correlação. Desse modo, um elevado desempenho eleitoral do PSOL (em relação ao próprio partido) está associado a um elevado nível de condições socioeconômicas (IFDM) em 2014 e, vice-versa. Dito de outra forma, há associação entre o desempenho eleitoral do PSOL nos municípios brasileiros na eleição de 2014 e as condições socioeconômicas desses municípios e essa correlação/associação é estatisticamente significativa.

Considerações Finais

Essa dissertação foi orientada pelo questionamento: há, ou não, correlação entre o desempenho eleitoral do PSOL nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014 nos municípios brasileiros e as condições socioeconômicas desses municípios? Para dar resposta ao problema enunciado e aos objetivos propostos utilizou-se o Coeficiente de Pearson, o mapeamento do desempenho eleitoral do PSOL nas regiões brasileiras, na abordagem do contexto político-partidário em que o PSOL se insere e na apresentação de informações acerca do objeto de estudo dessa dissertação, o PSOL. Por meio da pesquisa realizada, portanto, confirma-se a hipótese levantada de que o desempenho eleitoral do PSOL nas eleições presidenciais nos municípios brasileiros está associado as condições socioeconômicas desses municípios.

Conforme o mapeamento do desempenho eleitoral do PSOL realizado, verificou-se que a média geral de suas votações nos municípios sofreu uma redução de 2006 para 2010 e um singelo aumento deste último ano para 2014, de modo que os valores obtidos foram: 3,3; 0,49; e 0,57, respectivamente. A média de 3,3 está vinculada a participação de Heloísa Helena, maior valor obtido dentre as três eleições, e que expressa que sua força política em termos de captação de votos foi maior do que a de Plínio de Arruda Sampaio (2010) e Luciana Genro (2014).

A partir dos histogramas de 2006, 2010 e 2014, verificou-se que na eleição presidencial em que Heloísa Helena foi a candidata a frequência das votações se concentra no intervalo de 0 a 5%, reduzindo sua ocorrência no intervalo de 5% a 10%, mas ainda tendo uma frequência significativa. Na eleição presidencial de 2010, sob a candidatura de Plínio de Arruda Sampaio, a frequência das votações é maior no intervalo que vai de 0 a 0,5%, sendo reduzida quando o intervalo em questão é o entre os valores 0,5% e 1%, todavia, esses são os dois intervalos em que as votações do PSOL nesse ano tiveram maior frequência. Na eleição presidencial de 2014, a qual o PSOL concorreu por meio da candidatura de Luciana Genro, a maior frequência de votações obtidas pelo PSOL foi realizada no intervalo de 0 a 0,5%, frequência que diminuiu no intervalo que vai de 0,5 a 1%, entretanto, ainda sendo possível verificar a frequência de, aproximadamente, 1500 municípios nesse intervalo.

Portanto, notou-se que o PSOL obteve pequenas votações na maior parte dos municípios brasileiros, sendo que nas eleições de 2010 e 2014 as maiores frequências

de votações obtidas pelo partido foram entre os intervalos de 0 a 0,5% e 0,5% a 1%. A exceção a esse padrão é a eleição de 2006, cujas maiores frequências das votações do partido se concentram nos intervalos de 0 a 5% e 5% a 10%, mostrando que Heloísa Helena teve maior aceitação por parte dos eleitores na eleição presidencial de 2006 do que Plínio de Arruda Sampaio e Luciana Genro nas de 2010 e 2014.

Com relação a contribuição das regiões para o resultado eleitoral obtido pelo PSOL nas eleições presidenciais, verificou-se que o Sudeste foi a região que mais contribuiu para o resultado nacional do PSOL nos pleitos de 2006, 2010 e 2014. Na eleição presidencial que Heloísa Helena concorreu (2006), a segunda região que mais contribuiu para o resultado eleitoral do PSOL foi a Nordeste, dado que pode estar vinculado ao fato da candidata ser oriunda de um dos estados que compõe a região (Alagoas), onde construiu a trajetória política que a alçou ao cargo de Senadora da República. Sem dúvida, a visibilidade projetada pela trajetória política bem sucedida contou para uma votação mais expressiva se comparada com os candidatos subsequentes. Uma vez que o Nordeste apareceu na terceira posição para as eleições presidenciais de 2010 e 2014. Nas eleições de 2010 e 2014, em que Plínio de Arruda Sampaio e Luciana Genro foram candidatos, a região Sul aparece como a segunda maior em termos de contribuição para a votação nacional obtida pelo PSOL. Entretanto, é necessário lembrar que essa contribuição das regiões é influenciada pela quantidade de eleitorado que elas detêm, sendo que Sudeste, Nordeste e Sul, nas três eleições presidenciais, estiveram em ordem decrescente conforme o número de eleitores, respectivamente.

No que se refere ao percentual de votos válidos obtidos pelo PSOL nas regiões brasileiras nas três eleições presidenciais analisadas, 2006, 2010 e 2014, o Sudeste ficou na primeira posição. Por outro lado, o Nordeste foi a região em que o PSOL obteve o seu menor percentual de votos válidos nas três eleições em questão. A região Sul obteve a segunda posição nas eleições de 2010 e 2014 e o Centro-Oeste ficou com a segunda posição na eleição de 2006. Nas eleições de 2010 e 2014, Centro-Oeste e Norte ocuparam a 3ª e 4ª posições, respectivamente. Portanto, destaca-se a maior influência eleitoral do partido nas regiões Sudeste e Sul nas eleições presidenciais analisadas.

As médias do percentual de votos válidos alcançados pelo PSOL nos estados Brasileiros foram de 6,45, 0,77 e 1,11 nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014, respectivamente. Nota-se que a média das votações percentuais do partido nos

estados brasileiros são maiores do que as médias gerais dos percentuais de votos válidos obtidos nos municípios e que a maior média dos desempenhos eleitorais dos estados brasileiros se dá na eleição de 2006 e a menor ocorre na eleição de 2010. Na eleição de 2006 destacam-se os estados do Rio de Janeiro e de Alagoas nas duas primeiras posições, respectivamente. Na eleição de 2010, os estados que se destacam são Rio de Janeiro e Distrito Federal, e na eleição de 2014, Rio de Janeiro e São Paulo são os estados que ocupam as duas primeiras posições respectivamente. Portanto, verificou-se que o Rio de Janeiro obteve o maior apoio eleitoral em termos de percentual de votos válidos dentre os estados brasileiros em todas eleições presidenciais que o PSOL concorreu, o que mostra que o estado é a base mais sólida do partido em matéria de eleições presidenciais e apoio eleitoral.

A média das votações percentuais obtidas pelo PSOL nas capitais brasileiras foi de 10,66, 1,19 e 2,26 nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014, respectivamente. A partir desses resultados notou-se a tendência do partido ter votações mais elevadas nas capitais brasileiras. Já com relação aos 20 municípios em que o PSOL conquistou os melhores desempenhos eleitorais, verifica-se a predominância de municípios provenientes do estado do Rio de Janeiro para o ano de 2006, reafirmando a influência eleitoral do partido na região Sudeste. No ano de 2010, os 20 melhores desempenhos eleitorais são provenientes da região Sul, onde a maior parte dos municípios desse grupo são de Santa Catarina. No ano de 2014, os municípios em que o PSOL obteve seu maior desempenho eleitoral estão divididos entre as regiões Sudeste e Sul, ambas sendo representadas pela participação de dez municípios nesse grupo.

Nas três eleições presidenciais analisadas, 2006, 2010 e 2014, os municípios do grupo dos 20 em que o PSOL obteve seu menor desempenho eleitoral são provenientes, em sua maioria, da região Nordeste. Todavia, para a eleição de 2014 foram listados mais de vinte municípios pelo motivo de haverem ocorrido votações nulas que ultrapassaram esse número. Tal fenômeno aponta Luciana Genro como a única candidata que obteve votações nulas dentre os três candidatos do PSOL, o que sugere que ela despertou antipatia ou indiferença por parte de alguns eleitores.

Pelo mapeamento do desempenho eleitoral do PSOL nas eleições analisadas verificou-se, por um lado, que o partido teve maior influência eleitoral na região Sudeste e, por outro lado, que o Nordeste é a região em que o PSOL teve menor influência eleitoral, tal como se apresentou pelas votações percentuais nas regiões

para as três eleições analisadas. E conforme o Relatório Firjan de Desenvolvimento Municipal, o Brasil é dividido em dois quando é visto pelo viés das condições socioeconômicas. Por um lado, tem-se as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, e, por outro, as regiões Nordeste e Norte, sendo as três primeiras as regiões que tem um desempenho moderado e/ou elevado na grande parte de seus municípios e as duas últimas as que a maior parte dos seus municípios tiveram desempenho regular ou baixo segundo o IFDM.

A correlação entre o desempenho eleitoral do PSOL nos municípios brasileiros nas eleições presidenciais analisadas e as condições socioeconômicas destes municípios foi mensurada pelo Coeficiente de Pearson. Os valores assumidos pelo Coeficiente de Pearson foram de 0,45, 0,54 e 0,54 para as eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014, respectivamente. O sinal dos três anos foi positivo, o que significa que o desempenho eleitoral do PSOL nos municípios brasileiros está associado as condições socioeconômicas desses municípios de modo diretamente proporcional. Nesse sentido, votações elevadas estão associadas a condições socioeconômicas (mensuradas pelo IFDM) elevadas na proporção assumida pelos Coeficientes de Pearson das três eleições analisadas.

Verifica-se ainda que essa associação entre as duas variáveis sofre um crescimento da eleição de 2006 para a de 2010 e permanece constante de 2010 para 2014. O fato de o Coeficiente de Pearson referente a eleição de 2006 ter obtido o menor valor dentre os três anos analisados pode estar vinculado ao fato de ter sido Heloísa Helena a candidata do PSOL, política alagoana que foi senadora pelo estado de Alagoas, em outras palavras, a trajetória e o capital político acumulado pela candidata na região influenciou na votação do PSOL. Tal fato sugere que o PSOL conquistou votações elevadas em municípios localizados na região Nordeste, região em que predominam baixas condições socioeconômicas (IFDM). Essa realidade faria diminuir o fator de associação mensurado pelo Coeficiente de Pearson em razão de uma parte das votações altas do PSOL terem sido conquistadas em municípios com baixas condições socioeconômicas. Há indícios de altos desempenhos eleitorais por parte do PSOL nessa região: o desempenho da capital de Alagoas, Maceió, tendo sido a capital mais votada; o estado de Alagoas conquistou a segunda maior votação percentual entre os estados brasileiros no ano de 2006; e o Nordeste foi a segunda região que mais contribuiu para a votação nacional do PSOL na eleição de 2006.

Como foi visto em relação a organização interna do PSOL, um dos filtros para se tornar parte da coalizão dominante do partido é exercer função docente, fato que sugere que essas pessoas atuam no meio acadêmico, de escolas, etc. Tal fenômeno pode ter propiciado para o partido ter conquistado suas maiores votações em municípios com melhores condições socioeconômicas da população brasileira. Fazem 13 anos desde a fundação do partido e suas votações nas eleições presidenciais não galgaram crescimento em relação aos anos anteriores, pelo contrário, houve uma queda de 2006 para 2010, com uma pequena ascensão de 2010 para 2014. Todavia, por meio dessa dissertação pode-se verificar certos padrões (mencionados nos parágrafos anteriores) e que o desempenho eleitoral do PSOL dos municípios brasileiros nas eleições presidenciais analisadas está associado as condições socioeconômicas desses municípios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRUCIO, F., PEDROTI, P., PÓ, M. A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas. IN: **Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI**/ Maria Rita Loureiro, Fernando Luiz Abrucio, Regina Silvia Pacheco (Organizadores) – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ANDRADA, Bonifácio de. **A crise dos partidos, do sistema eleitoral e a militância política**. – 2. Ed. Barbacena: UNIPAC, 2007.
- ALENCAR, C. O porvir do PSOL. IN: **Um partido necessário: 10 anos do PSOL**/ Juliano Medeiros e Israel Pinto Dorneles Dutra (Organizadores). – Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2016.
- ARAÚJO, L. Um partido para um novo ciclo de esquerda no Brasil. IN: **Um partido necessário: 10 anos do PSOL**/ Juliano Medeiros e Israel Pinto Dorneles Dutra (Organizadores). – Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2016.
- ARAÚJO, P. M. Bicameralismo e Poder Executivo no Brasil: revisão de projetos presidenciais entre 1989-2010. **Opinião Pública** (UNICAMP. Impresso), v. 20, p. 67-95, 2014.
- BABÁ. A decadência do PT e o surgimento do PSOL. IN: **Um partido necessário: 10 anos do PSOL**/ Juliano Medeiros e Israel Pinto Dorneles Dutra (Organizadores). – Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2016.
- BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL Jr, J. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?. **Opinião Pública** (UNICAMP. Impresso), v. 17, p. 271-303, 2011.
- BUSSAB, W. de O., MORETTIN, P. A. **Estatística básica** – 5ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2002.
- CARDOSO, H. Um pouco da história da esquerda. **Lua Nova**, São Paulo, n. 3, 1984.
- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CARTA DE PRINCÍPIOS, 1979. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/cartadepincipios.pdf> Acesso em: 22 de Setembro de 2017.
- CASTRO, M. M. M. de. O eleitorado popular brasileiro: composição e comportamento. IN: **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Organizadores: Lúcia Avelar e Antônio Octávio Cintra. 3ª ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015.

- DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. Tradução: Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Tradução de Cristiano Monteiro Oiticica; revisão técnica de Gilberto Velho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 1980.
- ESTATUTO DO PSOL. **Estatuto do Partido Socialismo e Liberdade**. 2010. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-socialismo-e-liberdade-de-1-4.2010> . Acesso em 23/09/2017.
- FERREIRA, M. M. B. Voto Personalista e indicadores sociais negativos: o caso do Pará. In: IX Encontro da ABCP, 2014, Brasília. **Anais eletrônicos do IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, 2014.
- FIGUEIREDO, R. COUTINHO, C. A eleição de 2002. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. IX, nº 2, p. 93-117, 2003.
- FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. Poder de agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo pluripartidário. In: Gláucio Ary Dillon Soares; Lucio R. Rennó. (Org.). **Reforma Política** - Lições da História Recente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, v. , p. 249-280.
- FINKEL, S. E.; GEER, J. G. A spot check: casting doubt on the demobilizing effect of attack advertising. **American Journal of Political Science**. vol. 42, n. 2, p. 573-595, 1998.
- FONSECA, G. V. **Comunicação e contra-hegemonia: buscando caminhos de resistência à razão instrumental na atuação do PSOL na internet**. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Desempenho eleitoral e condições socioeconômicas dos municípios brasileiros. 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2014/11/fpa-comunica-16.pdf>. Acesso em 11/08/2017.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, F. de B. C. Cooperação, liderança e impasse entre o Legislativo e o Executivo na produção legislativa do Congresso Nacional do Brasil. **Dados** (Rio de Janeiro. Impresso), v. 55, p. 911-950, 2012.

- GUARNIERI, F. Democracia intrapartidária e reforma política. **Revista Parlamento e Sociedade**. São Paulo, v. 3, n. 5, p. 83-106, 2015.
- GUJARATI, D. N. **Econometria básica** / Damodar Gujarati; tradução de Maria José Cyhlar Monteiro. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- HERNÁNDEZ, E. Las formas de acción colectiva: partidos políticos y movimientos sociales. In: LOIS, M. y ALONSO, A (coords.) **Ciencia política con perspectiva de género**. Madrid: Edit. Akal, 2014.
- HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos**: o breve século XX. Tradução Marcos Santarrita; Revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUNTINGTON, S. P. **A terceira Onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo. Ática, 1994.
- KECK, M. E. A estruturação do PT: legislação eleitoral e organização partidária. IN: **A lógica da diferença**: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- LAMOUNIER, B. O que é que se constrói quando se constrói a democracia. IN: **Sistema político brasileiro**: uma introdução. Organizadores: Lúcia Avelar e Antônio Octávio Cintra. 3ª ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- LAPPONI, J. C. **Estatística usando Excel** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- LIJPHART, A. **Modelos de democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MAINWARING, S. Pluripartidismo, federalismo fuerte y presidencialismo en Brasil. In: **Presidencialismo y Democracia en América latina** / Scott Mainwaring y Matthew Soberg Shugart. - 1ª ed. - Buenos Aires: Paidós, 2002.
- MARTINS JUNIOR, J. P. Organizações partidárias. **Revista Parlamento e Sociedade**. São Paulo, v. 3, n. 5, p. 65-81, 2015.
- MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- MEDEIROS, J. Por uma história do PSOL. IN: **Um partido necessário**: 10 anos do PSOL/ Juliano Medeiros e Israel Pinto Dorneles Dutra (Organizadores). – Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2016.
- MCADAM, D.; TARROW, S. Movimentos Sociais e Eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Sociologias** (UFRGS. Impresso), v. 13, p. 18-51, 2011.

- MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, 2009, n. 76, pp. 11-48 (online).
- MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. A. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**. Campinas, vol. 13, nº1, p. 97-123, 2007.
- MORAIS, M. M. **A estrutura organizacional do Partido Socialismo e Liberdade**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- MOREIRA, C. A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. **Opinião Pública**, Campinas – SP, n. 1, p. 17-54, 2000.
- MOURA, P. T. C. **As razões da esquerda radical – PCB, PSTU e PSOL: estrutura organizativa e objetivos políticos**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- MOSCA, G. **La classe política**. México: Fondo de Cultura Economica, 1992.
- NEVES, L. A. O Partido Comunista Brasileiro: trajetória e estratégias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 16, n. 47, 2001.
- PALERMO, V. Como se governa o Brasil? O Debate sobre Instituições Políticas e Gestão de Governo. **Dados** (Rio de Janeiro), v. 43/3, p. 35-57, 2000.
- PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PARETO, V. **Tratado de sociologia geral**. In: Rodrigues, José Albertino (org.). – Vilfredo Pareto: Sociologia. São Paulo: Ática, 1984.
- POMPÊO, F. S. As origens do P-SOL. **Revista Urutágua** (Maringá - Paraná). n. 12, p. 1-15, 2007.
- REIS, F. W. Dilemas da democracia no Brasil: identidade política, desigualdade e a experiência PT-Lula. IN: **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Organizadores: Lúcia Avelar e Antônio Octávio Cintra. 3ª ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- RELATÓRIO FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. Rio de Janeiro: Sistema Firjan, 2015. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/data/files/43/22/FF/C8/634615101BF66415F8A809C2/IFDM-2015-versao-completa.pdf> . Acesso em 22 set. 2017.

- ROBAINA, R. Breve balanço dos anos de legalização do PSOL. IN: **Um partido necessário: 10 anos do PSOL/** Juliano Medeiros e Israel Pinto Dorneles Dutra (Organizadores). – Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2016.
- SAMUELS, D. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. **Dados**. (Rio de Janeiro), v. 40, n. 3, 1997.
- SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**; tradução de Waltensir Dutra; apresentação à edição brasileira do Prof. David Fleischer. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**; tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das letras, 2010.
- SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SILVA, J. C. G.. Partido dos professores: elite partidária e evolução política do Partido Socialismo e Liberdade. **Paraná Eleitoral: revista de direito eleitoral e ciência política**. v. 2, p. 63-98. 2013.
- SILVA, J. C. G. **Partido, Política e organização: O PSOL e os dilemas estratégicos da nova esquerda radical do Brasil (2004-2010)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- SILVA, A. O. da. Trabalho e Política. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano II, nº 22, 2003. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/022/22pol.htm. Acesso em 2 de janeiro de 2017.
- TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- TEMER, M. Parece que foi ontem. IN: **Um partido necessário: 10 anos do PSOL/** Juliano Medeiros e Israel Pinto Dorneles Dutra (Organizadores). – Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2016.
- TERRON, S. L.; SOARES, G. A. D. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, nº 2, p. 310-337, 2010.
- VALENTE, I. A disputa do espaço à esquerda. IN: **Um partido necessário: 10 anos do PSOL/** Juliano Medeiros e Israel Pinto Dorneles Dutra (Organizadores). – Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2016.
- VASCONCELOS, J. **Democracia pura**. 5. Ed. São Paulo. Exterior Editora, 2015.

VIEIRA, R. de S. **Partidos políticos brasileiros**: das origens ao princípio da autonomia político-partidária. Santa Catarina: Ed. da Unesc, 2010.

WATTENBERG, M. P.; BRIANS, C. L. Negative Campaign Advertising: Demobilizer or Mobilizer? **American Political Science Review**. v. 93, n. 4, p. 891-898, 1999.

WEBER, M. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 1968.